



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EDSON JOSÉ LASTA

**AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS EDUCADORES E DA CLIENTELA
ESCOLAR COM RELAÇÃO À POLÍTICA DE GEORREFERENCIAMENTO NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO MÉDIO DE CAMPO MOURÃO**

MARINGÁ

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

EDSON JOSÉ LASTA

**AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS EDUCADORES E DA CLIENTELA
ESCOLAR COM RELAÇÃO À POLÍTICA DE GEORREFERENCIAMENTO NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO MÉDIO DE CAMPO MOURÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia (PGE), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças de Lima

MARINGÁ

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

L349a Lasta, Edson José
Avaliação do grau de satisfação dos educadores e da clientela escolar com relação à política de georreferenciamento nas escolas públicas do ensino médio de Campo Moura Mourão / Edson José Lasta. -- Maringá, 2010. 143 f. : il. (Algumas col.)., figs., tabs.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

1. Georreferenciamento escolar - Campo Mourão - Paraná, BR. 2. Espaço geográfico - Escola e cidade - Monitoramento das matrículas - Campo Mourão - Paraná, BR. 3. Escolas públicas - Georreferenciamento - Matrículas - Campo Mourão - Paraná, BR. 4. Georreferenciamento escolar - Controle social - Campo Mourão - Paraná, BR. 5. Georreferenciamento escolar - Espaço habitado - Campo Mourão - Paraná, BR. 6. Paraná. Secretaria Estadual de Educação - Sistema georreferenciado de matrículas - Campo Mourão - Paraná, BR. 7. Georreferenciamento escolar - Organização, produção e reprodução - Espaço habitado - Campo Mourão - Paraná, BR. I. Lima, Maria das Graças de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 910.13042

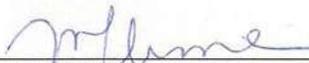
EDSON JOSÉ LASTA

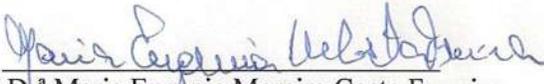
“AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS EDUCADORES E DA CLIENTELA
ESCOLAR COM RELAÇÃO À POLÍTICA DE GEORREFERENCIAMENTO NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO MÉDIO DE CAMPO MOURÃO”

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de
concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em 01 de março de 2010.

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Maria das Graças de Lima
Orientadora-presidente
Universidade Estadual de Maringá


Profª Drª Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá


Profª Drª Maria Eliza Miranda
Membro convidado
Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho aos meus filhos que tanto me orgulham, inclusive pelo fato de serem, os três, dedicados aos estudos;

Dedico de forma especial aos geógrafos;

Dedico aos professores e funcionários da rede pública de ensino. São estes trabalhadores os principais responsáveis por mudanças significativas na educação.

O caso limite, o último resultado é o gueto. Observemos que há vários guetos e tipos de guetos: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devido às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos da riqueza. O lazer tem seus guetos.

LEFEBVRE

AGRADECIMENTOS

Sabedor de que este trabalho só pode se concretizar dada a colaboração, paciência, compreensão e amizade das pessoas que, direta ou indiretamente se envolveram, resta-me reconhecer e agradecer.

Com muita sinceridade, quero agradecer:

À minha orientadora, Professora Dra. Maria das Graças de Lima que durante a orientação no PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação oferecido pelo Governo do Estado do Paraná aos professores da rede pública estadual de ensino, sugeriu e me incentivou ingressar na pós-graduação. Com sua objetividade, irreverência, paciência e sabedoria contribuiu sobremaneira para a realização deste trabalho.

Aos professores das disciplinas cursadas na pós-graduação, igualmente dedicados, preocupados e incentivadores que muito contribuíram. São eles: Professora Dra. Maria das Graças de Lima; Professor Dr. César Miranda Mendes; Professora Dra. Ângela Maria Endlich; Professora Dra. Celene Tonella; Professora Dra. Márcia da Silva e Professor Dr. Márcio Mendes Rocha.

Aos colegas de magistério diretores de escolas que tão bem me receberam. Refiro-me ao Professor Odenir Montesino Colchon; Professor Anésio Cardeal Santana; Professora Maria de Lourdes Ceolin; Professor Cláudio Pereira; Professora Cláudia Regina S. da Eira; Professor Osmar Alves Ferreira e Professor Nereu Pinto de Souza.

À Secretaria Estadual de Educação e ao Núcleo Regional de Educação, pelas informações prestadas.

Agradeço a *minha banca de mestrado*, pela contribuição ao meu trabalho de pesquisa.

À Professora Mestre Rosineide de Jesus Oliveira, tão importante que ao longo deste trabalho revelou-se uma co-orientadora.

À *Elen Galesso Bueno*, secretária competente, dedicada e amiga que me assessorou em minha gestão, contribuindo indiretamente para que eu me dedicasse à realização desta pesquisa.

Finalmente, agradeço *ao Programa de Pós-Graduação em Geografia*, pela infra-estrutura e recursos oferecidos para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho foi uma análise do sistema georreferenciado de matrículas para alunos do ensino fundamental e médio, instituído no ensino básico do Estado do Paraná pela Secretaria Estadual de Educação. Buscamos investigar a relação desse monitoramento das matrículas com o espaço geográfico da escola e da cidade. Considerando nossa experiência na direção administrativa escolar, levantamos a hipótese de que o georreferenciamento escolar não contribuiu para a democratização do ensino de qualidade que se pretendia, além de avaliarmos que esta proposta perpassava mecanismos ideológicos e políticos de dominação, refletindo a organização, produção e reprodução do espaço habitado pela sociedade na Cidade de Campo Mourão. Para realização da investigação, os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica acerca do tema; entrevistas e questionários com professores e diretores do sistema de ensino paranaense e um técnico da SEED responsável pelo gerenciamento do programa. A determinação do universo estudado foi realizada a partir de amostragem estatística. Os resultados de nossa pesquisa demonstraram que a tentativa de democratizar o sistema escolar paranaense por meio do georreferenciamento ainda é barrado pela qualidade da infra-estrutura oferecida pelas escolas e a crítica expressada tanto por diretores, professores, pais e alunos evidenciam esta questão. Além de revelar-se dispensável em cidades de pequeno e médio porte.

Palavras-chave: Georreferenciamento escolar, Espaço Geográfico, Controle Social.

ABSTRACT

This paper's object of study was an analysis of the georeferenced system of registration to students from primary and high school, which was carried out in Paraná State's basic education by *Secretaria Estadual de Educação*. We tried to investigate the relationship between this registrations' monitoring and the school and city's geographic space. By considering our experience at managing schools, we took as hypothesis the fact that the school georeferencing does not help to democratize a good education as it was intended; moreover, we asses that this proposal crosses ideological and political mechanisms of domination, reflecting the organization, production, and reproduction of the space occupied by Campo Mourão's society. In order to carry out this investigation, the methodological procedures used were bibliographic research on the theme, interviews and questionnaires together to teachers and principals from Paraná and an expert from SEED, who is responsible for managing the program. The way the studied universe was determined was done through statistic sample. Our research's results demonstrated that the attempts to democratize the Paraná's schools system by georeferencing is still blocked by the quality of infrastructure offered to schools and this criticism expressed by principals, teachers, parents and students is pointing this trouble. Moreover this system seems to be expendable in towns and villages.

Key-words: School Georeferencing, Geographic Space, Social Control.

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
CELEPAR	Companhia Paranaense de Informática
CIEG	Centro Integrado de Estudos em Geoprocessamento
COAMO	Cooperativa Agropecuária Mourãoense
COMCAM	Comunidade dos Municípios de Campo Mourão
CONAE	Conferência Nacional de Educação
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DAE	Departamento de Administração Escolar
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Paraná
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de desenvolvimento Humano Médio
IDORT	Instituto de Organização do Trabalho
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NRE	Núcleo Regional de Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PARANATEC	Agência Paranaense de Desenvolvimento do Ensino Técnico
PARANAEDUCAÇÃO	Agência de Serviço Social Autônomo
PEA	População Economicamente Ativa
PQE	Programa Qualidade no Ensino Público do Paraná
PROEM	Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná

SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SETI	Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior
SIMI	Micro planejamento da Rede Estadual de Ensino
SUDE	Superintendência de Desenvolvimento Educacional
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	União Democrática Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná com a Localização da Mesorregião Centro- Ocidental e o Município de Campo Mourão.....	19
Figura 2 – Mapa da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná e Localização do Município de Campo Mourão	20
Figura 3 – Mapa do Entrocamento Rodoviário Que Serve o Município de Campo Mourão ..	24
Figura 4 – Mapa com a Localização das Escolas Participantes da Pesquisa – Área Urbana de Campo Mourão	44
Figura 5 – Gráfico do Ensino Fundamental	61
Figura 6 – Gráfico do Ensino Médio	62
Figura 7 – Gráfico do Ensino Superior	63
Figura 8 – Gráfico da Renda Familiar	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das Escolas.	45
Quadro 2 – Ensino Fundamental.	61
Quadro 3 – Ensino Médio.	62
Quadro 4 – Ensino Superior.	62
Quadro 5 – Renda Familiar.	65
Quadro 6 – Infra-Estrutura dos Colégios.	70
Quadro 7 – Recursos Humanos – Quadro de Professores dos Colégios.....	70
Quadro 8 – Resultados do ENEM.	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ESTUDADA: O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO NO CONTEXTO DA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ	18
1.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL - INDICADORES GERAIS	20
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO E O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO	22
2 ABORDAGEM TEÓRICA E CONTEXTO HISTÓRICO: PAPEL DA ESCOLA NO SISTEMA CAPITALISTA	26
2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ESCOLAR COMO MECANISMO IDEOLÓGICO-POLÍTICO DE DOMINAÇÃO – ASPECTOS GERAIS.....	26
2.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1990 a 2001	32
2.3 GEORREFERENCIAMENTO ESCOLAR: DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO OU SEGREGAÇÃO URBANA?	37
2.4 ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE MATRÍCULAS POR GEORREFERENCIAMENTO.....	39
3 O SISTEMA GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E A REALIDADE DE CAMPO MOURÃO – UMA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA	41
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA	42
3.3 ANÁLISE E RESULTADO DAS ENTREVISTAS	46
3.3.1 Origem e Implantação do Sistema	47
3.3.2 Os Objetivos do Sistema.....	51
3.3.3 Democratização e Qualidade das Escolas	53
3.3.4 O Resultado do georreferenciamento na Visão dos Agentes Sociais	56
3.4 ANÁLISE E RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS	60
3.4.1 Grau de Instrução	60
3.4.2 Renda Familiar.....	64
3.4.3 A Qualidade das Escolas na Opinião dos Entrevistados	66

3.4.4	Nível de Aceitação do Sistema Georreferenciado de Matrículas	68
3.5	A REALIDADE DAS ESCOLAS PESQUISADAS: UMA ANÁLISE DOS COLÉGIOS NOVO HORIZONTE, VINÍCIUS DE MORAES E UNIDADE POLO.....	69
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICES	77
	APÊNDICE I - PESQUISA COM REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....	78
	APÊNDICE II - PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS	84
	APÊNDICE III - PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS	87
	APÊNDICE IV - PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS	90
	APÊNDICE V - PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS	94
	APÊNDICE VI - PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS	98
	APÊNDICE VII - PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS	102
	APÊNDICE VIII - PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS	105
	APÊNDICE IX - PESQUISA COM PAIS.....	110
	APÊNDICE X - RESULTADO DA PESQUISA COM PAIS.....	112
	APÊNDICE XI - TERMOS DE CONSENTIMENTO.....	118
	ANEXO	142
	ANEXO I - AUTORIZAÇÃO DO COMITE DE ÉTICA.....	143

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma leitura e análise do sistema georreferenciado de matrículas para alunos do ensino fundamental e médio, instituído no ensino básico do Estado do Paraná pela Secretaria Estadual de Educação. Dedicamo-nos a investigar esse monitoramento das matrículas dos alunos em relação ao espaço geográfico da escola e da cidade. Nossa hipótese é de que por esta proposta de organização perpassam mecanismos ideológicos e políticos de dominação, com implicações ideológicas e políticas que refletem na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão

O controle das matrículas que busca ser rigoroso determina áreas de abrangência em torno das escolas. O que se percebe é uma insistência do governo estadual em fixar as pessoas em determinadas áreas diminuindo sua circulação pela cidade, uma vez que elas residem, estudam, tem atendimento médico nos postos de saúde dos próprios bairros. Assim, a organização do espaço vai se configurando como espécie de guetos. Em Campo Mourão, há vários exemplos: região do grande Lar Paraná, um bairro antigo, com razoável infra-estrutura, que polariza os demais bairros do seu entorno. Outro exemplo é o Tropical, conhecido principalmente pela grande distância do centro e pela violência. O Cidade Nova, igualmente distante e violento.

Esta organização do espaço urbano de Campo Mourão nos faz lembrar dos blocos econômicos. Aquele que polariza, no caso a área central da cidade, permite a circulação de capital e da mão-de-obra, mas não permite a livre circulação de pessoas. Pode parecer exagero, mas não o é. A distância do centro, aliada a falta de recursos, permite que muitas pessoas se desloquem pela cidade com pouca frequência, apenas quando muito necessário. É comum ouvir de pessoas que residem nos bairros a seguinte fala: “vou à cidade todo início de mês para receber a aposentadoria”.

O sistema georreferenciado de matrículas foi gestado na década de 1990 pelo Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio - PROEM durante o governo de Jaime Lerner, sendo que a implantação ocorreu em 2001, já no final de sua administração. Este programa consiste em matricular os alunos em escolas próximas de suas casas. Uma vez a escola georreferenciada, os alunos confirmarão suas matrículas a partir de seus endereços registrados na Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Esta organização objetivando

facilitar o acesso dos alunos às escolas próximas de sua casa, buscando solucionar o problema com o transporte, por exemplo, esbarrou em outra questão que permeia o espaço escolar há décadas, a diferença que há entre a qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas que se localizam em áreas centrais e periféricas. Além de uma discussão que não se pretende aprofundar, a concepção de espaço urbano contida neste programa. Nossa hipótese é de que a concepção de periferia e centro urbano contida no programa refere-se à organização de cidades de médio e grande porte, não se adequando à organização de cidades de pequeno porte ou de cidades com aproximadamente cem mil habitantes.

O georreferenciamento, nome pelo qual é denominado esse programa, iniciou-se pela capital Curitiba e estendeu-se pela região metropolitana; em 2009 alcançou cento e vinte e nove dos trezentos e noventa e nove municípios do Estado, o equivalente a 32 %. A meta seria atingir em 2010 todos os municípios que tivessem ao menos duas escolas, porém, segundo informações da equipe responsável pelo sistema na Secretaria Estadual de Educação - SEED, em 2010 todos os municípios serão georreferenciados, inclusive os que possuem apenas uma escola. A exceção é o município de Coronel Vivida pelo fato de não ser a COPEL quem faz a distribuição de energia.

Nosso objetivo foi investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação, bem como estudar as implicações desses mecanismos na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Fizemos isto analisando a utilização do georreferenciamento das escolas desse município, como forma de adequação à organização do espaço habitado para manter sem solução o problema da qualidade de ensino entre as escolas e verificar por meio de entrevistas e questionários o que sabem os professores, os alunos, os pais e os demais segmentos da sociedade sobre o espaço geográfico escolar como mecanismo ideológico-político de dominação.

Para alcançarmos nossos objetivos, realizamos entrevista com um representante da Secretaria Estadual de Educação responsável pelo gerenciamento do sistema; sete diretores de escolas que ofertam o ensino médio na cidade de Campo Mourão, sendo dois de escolas da área central e cinco de bairros fora deste quadro da cidade. A escolha das escolas pretendeu garantir a comparação entre essas escolas. Na sequência aplicamos questionários a cento e trinta e três pais das mesmas escolas dos diretores entrevistados. Chegamos a este número a

partir dos cálculos sugeridos por Gil (2008), considerando-se um total de aproximadamente mil alunos matriculados na primeira série do ensino médio. Este número foi levantado junto ao Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão. O número exato de entrevistados por escola pode ser observado no apêndice X. Para elaboração e análise das entrevistas e dos questionários, utilizamos Bardin (1977) e Venturi (2005). Estas informações podem ser observadas detalhadamente no esboço metodológico na seção três.

Considerando que o georreferenciamento escolar acontece em dois momentos: na transição da quarta para a quinta série no caso do ensino fundamental de oito anos, quando os alunos saem da rede municipal e ingressam na rede estadual e na transição da oitava série do ensino fundamental para a primeira série do ensino médio, optamos por delimitar nossa pesquisa no último ciclo do ensino fundamental, da transição para o ensino médio. A opção por este segundo momento se deu em razão da mobilidade dos alunos acontecer especificamente entre as escolas da rede estadual.

Na seção um, esclarecemos o sistema georreferenciado de matrículas e apresentamos o município de Campo Mourão no contexto da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná. Na seção dois, apresentamos uma retrospectiva sobre a organização do sistema de ensino que remonta à década de 1930. Na seção três, apresentamos a pesquisa de campo e a sistematização das informações levantadas: os sujeitos; as entrevistas; os questionários; as unidades de contexto e de registro que compõem as categorias de análise e as respectivas análises; e a determinação da amostragem que utilizamos na pesquisa.

Por fim, tecemos as considerações finais sobre o sistema georreferenciado de matrículas verificando se nossas hipóteses se confirmaram: a de que o sistema de matrículas por georreferenciamento das escolas e dos alunos não contribuiu para a qualidade do ensino ou para sua democratização; e que por esta proposta de organização perpassam mecanismos ideológicos e políticos de dominação, com implicações ideológicas e políticas que refletem na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão.

1 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ESTUDADA: O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO NO CONTEXTO DA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ

O município de Campo Mourão está localizado a 24°04'S e 52°38'W, a uma altitude de 630m. Possui clima subtropical úmido mesotérmico; área de 757.11Km²; população de 82.530 habitantes e densidade demográfica de 112.48 hab/Km² (IBGE, 2000).

Escolhemos o município de Campo Mourão para realização da pesquisa por ser o lugar de nossa atuação profissional: desempenhamos a função de diretor em um colégio do ensino médio.

A cidade é considerada de médio porte e possui treze escolas estaduais. Doze delas oferecem o ensino médio. Para realização desta pesquisa, não levamos em consideração a rede municipal de ensino.

Apresentaremos alguns dados que permitirão caracterizar o município de Campo Mourão, inserindo-o no contexto da Mesorregião Centro-Occidental do Estado (Figura 1 e 2). Campo Mourão é o principal município desta mesorregião, formada pela microrregião de Campo Mourão e de Goioerê, totalizando vinte e cinco municípios, também conhecida como Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM (Figura 2).

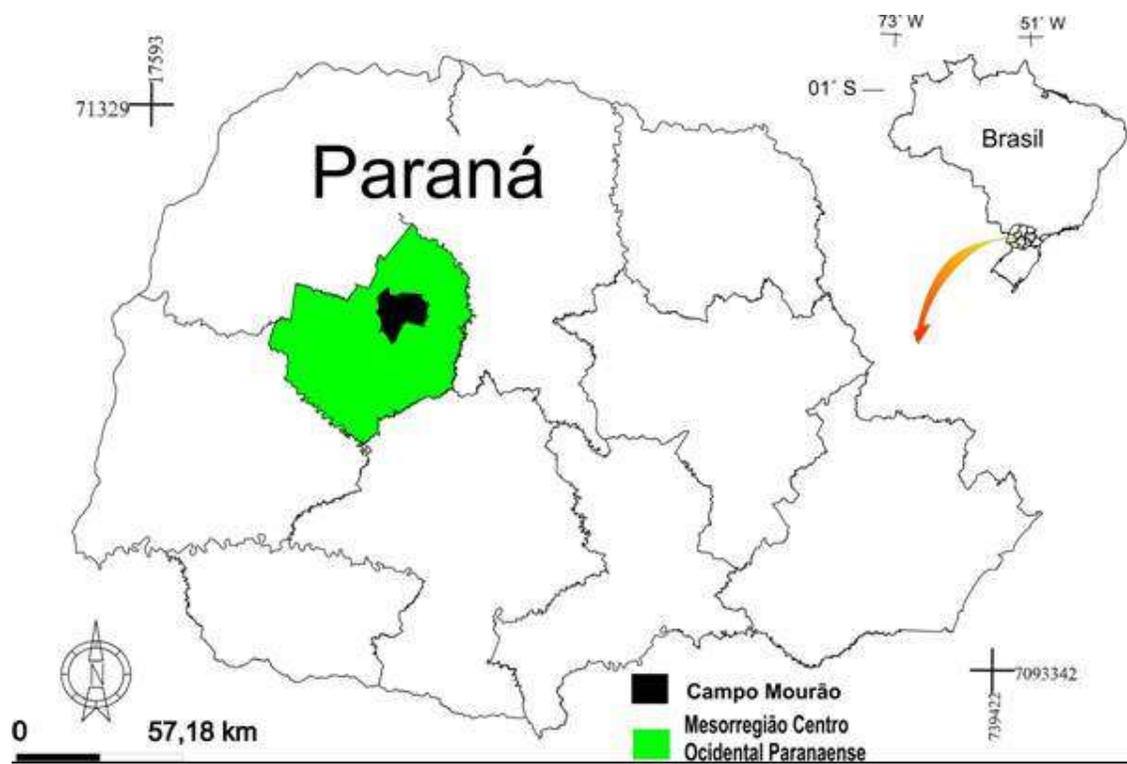


Figura 1 - Mapa do Estado do Paraná com a Localização da Mesorregião Centro- Ocidental e o Município de Campo Mourão.

Fonte: MENEZES, Helton, 2009.

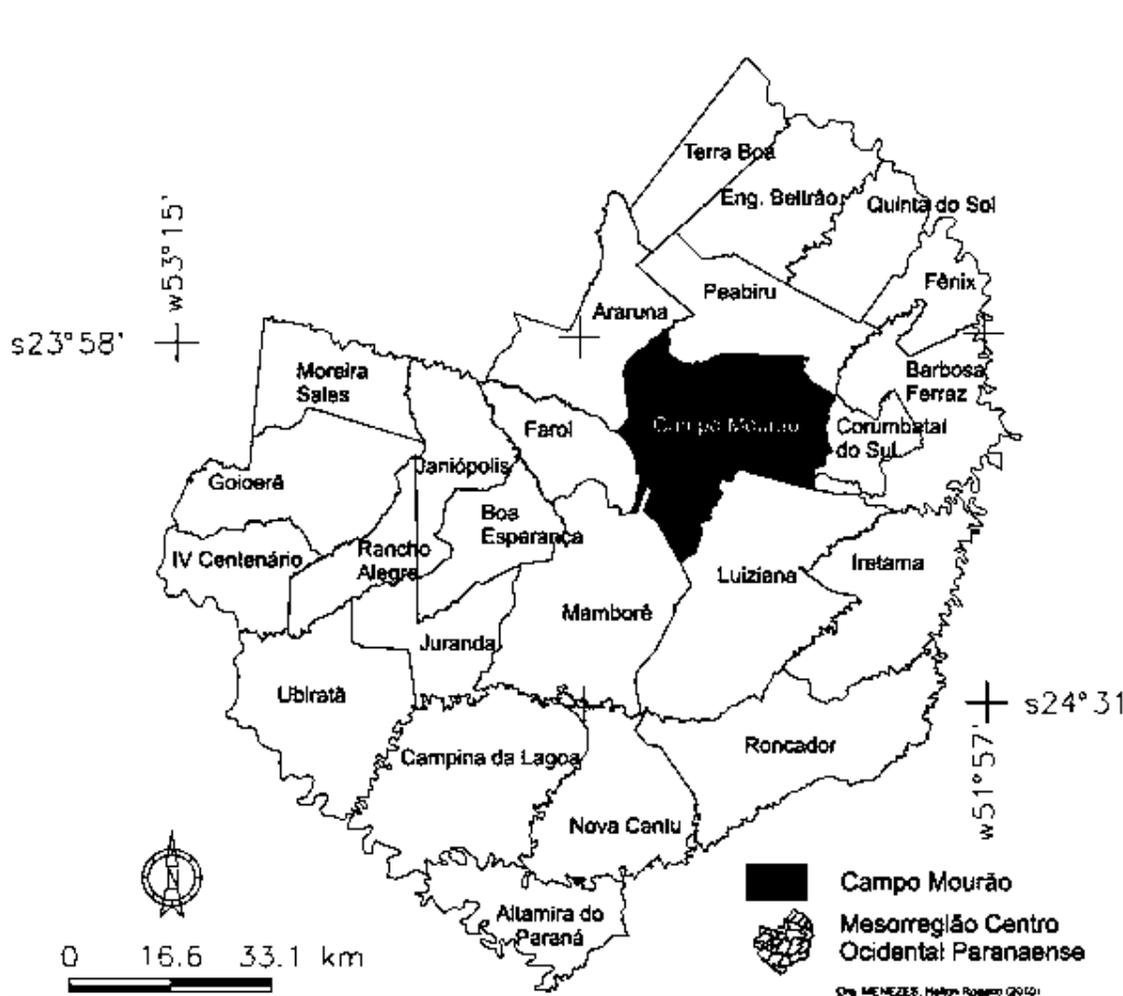


Figura 2 - Mapa da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná e Localização do Município de Campo Mourão.

Fonte: MENEZES, Helton, 2009.

1.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL - INDICADORES GERAIS

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2004), a população economicamente ativa na Mesorregião Centro-Ocidental, em 2000, era de aproximadamente 158 mil pessoas. Em cada 100 pessoas de 10 anos ou mais de idade, 56 estavam inseridas no mercado de trabalho regional, constituindo uma das menores taxas de atividade entre as mesorregiões paranaenses.

O IPARDES (2004), também aponta que a taxa de desemprego da mesorregião em 2000 era de 13,7%, a terceira maior entre as dez mesorregiões do Estado. Aproximadamente 22 mil

pessoas participam da população economicamente ativa (PEA) na mesorregião na condição de desempregadas. Campo Mourão, com 6,5 mil pessoas nestas condições, concentram 30% do desemprego regional.

Nesta mesorregião, 33% dos ocupados dependem da atividade agropecuária ou de exploração florestal. A indústria (extrativa, de transformação e construção civil), representa 15,4% dos ocupados, sendo que destes, 9,5% correspondem à indústria de transformação, a menor participação entre as mesorregiões e, também, o menor número (13 mil) de pessoas ocupadas no setor (IPARDES, 2004).

O IPARDES (2004) aponta também que o setor de serviços é responsável por 34,7% da população ocupada, destacando-se os segmentos da saúde e educação nos municípios de Goioerê, Ubitatã e Campo Mourão, representando mais de 40% do total dessa ocupação. Refletindo a estrutura ocupacional da região, a maioria dos municípios depende da atividade agropecuária.

Com relação à indústria, o IPARDES (2004) mostra a distribuição municipal do emprego nos subsetores mais importantes: a) indústria têxtil, com 2,1 mil postos de trabalho; b) indústria de alimentos e bebidas, com 1,7 mil postos de trabalho; c) indústria de madeira e mobiliário, com destaque para o município de Araruna que detém 1,4 mil postos de trabalho. A matriz industrial da região está vinculada à agroindústria, destacando-se a produção de açúcar e álcool, óleo/gorduras vegetais, algodão e mandioca, os quais conjuntamente representam em 2002, a metade do valor adicionado pela indústria regional.

A mesorregião é fortemente influenciada pela cooperativa agropecuária mourãoense – COAMO, localizada no município de Campo Mourão, mas com atuação para além dos limites dessa mesorregião, abrangendo 50 municípios, totalizando dezoito mil associados, inclusive nos Estados do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. A COAMO constitui o maior grupo exportador de produtos agrícolas e agroindustriais do Paraná, constituindo-se no símbolo do agronegócio na região (COAMO, 2009).

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO E O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

A Mesorregião Centro-Occidental do Estado do Paraná teve grande perda populacional acentuada entre a década de 1970 e 1980, tanto na área urbana como rural, devido aos vários fatores que elencamos aqui: modernização das relações de produção na agricultura (mecanização agrícola, favorecimento das políticas agrícolas às culturas de exportação, concentração da estrutura fundiária; crescimento das áreas de pastagens) e intenso êxodo rural (IPARDES, 2004).

Esta perda populacional continuou nas décadas seguintes, com menor índice, chegando a ser a região do Estado de maior evasão populacional na virada do século. Além dos fatores econômicos, contribuiu muito para este acontecimento a questão da taxa de mortalidade e a taxa de fecundidade (número de filhos nascidos vivos por mulher). Isto expressou-se de forma geral em todo o Paraná, ficando em torno de 2,7. Essa tendência foi acompanhada pela Mesorregião Centro-Occidental (MAGALHÃES, 2003).

Segundo o IPARDES (2008), os municípios mais populosos dessa mesorregião são Campo Mourão com 82.530 habitantes; Goioerê, com 28.941; Ubitatã, com 21.214 e Campina da Lagoa, com 15.983 habitantes. Os demais municípios estão abaixo dos 15.000 habitantes. Dos vinte e cinco municípios que compõem esta mesorregião, apenas Campo Mourão, no decênio 1991-2000, apresentou taxa positiva de crescimento, mesmo assim, inferior à média do Estado. Em 2000, esta região atingiu 72,6% do total da sua população residindo nas cidades, porém, abaixo da média do Estado que atingiu 81,4%, e nos dias atuais, o município de Campo Mourão possui 92,89% da sua população residindo na zona urbana.

Cabe ressaltar que nestes municípios mais populosos o predomínio da população jovem é do sexo masculino; e da população adulta e idosa, do sexo feminino. Nos municípios menores, a perda populacional é maior nos segmentos populacionais mais jovens. A explicação para isso é a migração destes jovens pelo território paranaense ou para outros estados, em busca de melhores oportunidades de trabalho.

De acordo com o IPARDES (2009), o índice de desenvolvimento humano – IDH-M na Mesorregião Centro-Occidental do Paraná mostra que em 2000 nenhum município possuía

média acima da do Estado (0,787). Ainda que os municípios de Araruna e Mamborê apresentassem uma expressiva ascensão, outros cinco apresentaram mudanças mínimas e os demais perderam posição em relação ao Estado. Campo Mourão conseguiu situar-se na 77ª posição na classificação estadual do IDH-M com 0,774 e os demais municípios ficaram em uma posição bastante desfavorável. No quesito PIB per capita, Campo Mourão destaca-se na mesorregião obtendo R\$14.599, porém sem alcançar a média estadual.

Quanto à taxa de pobreza, a mesorregião apresenta este índice bastante elevado, sendo que praticamente 1/3 da sua população pode ser considerada pobre. Apenas Campo Mourão, com 20,74% da sua população considerada pobre, e Terra Boa se sobressaem com taxas de pobreza inferiores à média paranaense (IPARDES, 2009).

Assim como todo o estado do Paraná, o município de Campo Mourão apresenta infraestrutura rodoviária adequada que o liga a outras regiões do país: BR 158/PR 317 dá acesso ao município de Maringá; BR 272 liga Campo Mourão ao município de Goioerê; a BR 369 liga Campo Mourão ao município de Cascavel; e a BR 487 liga Campo Mourão ao município de Cruzeiro do Oeste e ao estado de Mato Grosso do Sul.

Conforme informações do sítio BemParaná (2009), a BR 487 tem uma extensão de 595 Km, ligando Dourados, no Mato Grosso do Sul, a Ipiranga, na região central do Paraná. No Estado do Paraná, a rodovia têm 470Km entre Porto Camargo, no Município de Icaraíma, e Ipiranga. Esta BR é também conhecida como Estrada Boiadeira, visto que no início do século XX era percorrida por tropeiros que traziam gado de Mato Grosso para engordar no Paraná. É tida como de grande importância para o desenvolvimento da região, entretanto no trecho entre Campo Mourão e Porto Camargo, pouco mais de 30Km estão asfaltados, restando ainda 120Km para conclusão da obra. A reivindicação do asfaltamento da BR 487 remonta à década de 1950 - Figura 3.

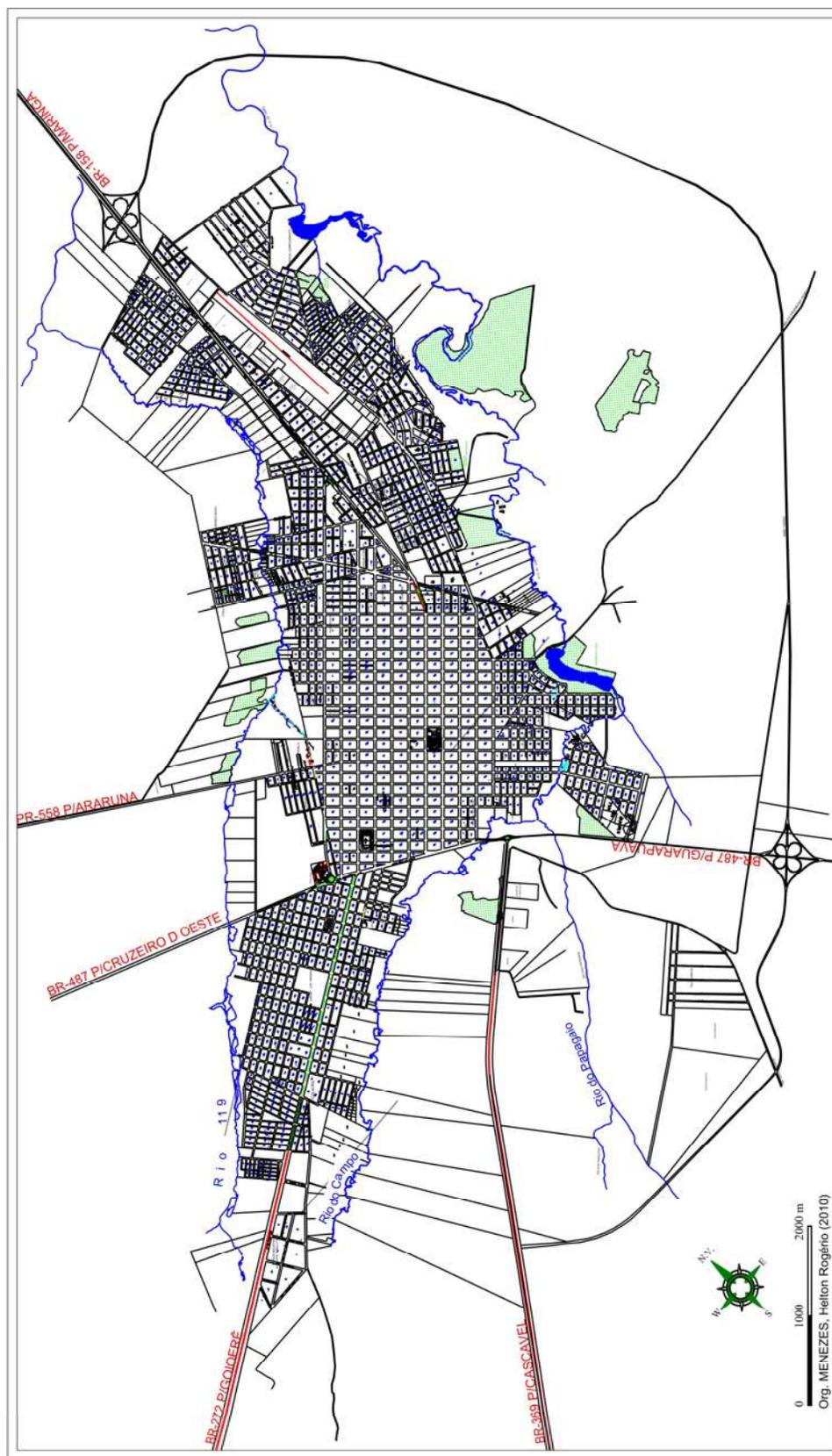


Figura 3 – Mapa do Entroncamento Rodoviário Que Serve o Município de Campo Mourão.

Fonte: MENEZES, Helton, 2009.

Esta mesorregião possui uma pequena estrutura aeroviária, que compreende apenas dois aeroportos públicos. Um deles está no município de Campo Mourão e o outro em Goioerê e são administrados pelas respectivas prefeituras. Os dois aeroportos servem principalmente os proprietários locais de pequenas aeronaves e, esporadicamente, recebem autoridades vindas da capital. De acordo com o IPARDES (2009), o aeroporto de Campo Mourão possui infraestrutura suficiente para pouso e decolagem de aeronaves de porte médio, o que levou a prefeitura do município estabelecer uma linha diária entre Campo Mourão e Curitiba na década de 1990, porém não houve clientela para sustentá-la e foi cancelada.

2 ABORDAGEM TEÓRICA E CONTEXTO HISTÓRICO: PAPEL DA ESCOLA NO SISTEMA CAPITALISTA

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ESCOLAR COMO MECANISMO IDEOLÓGICO-POLÍTICO DE DOMINAÇÃO – ASPECTOS GERAIS

Ao longo do tempo e com a evolução tecnológica experimentada pelas sociedades, a organização do espaço geográfico passou por diversas modificações, tanto em suas formas quanto em suas funções. Esta modificação pressupõe pensar que o espaço geográfico reflete na sua organização as características impressas pela sociedade que o modifica e não o faz sem contradições. Segundo o sociólogo Lefebvre (2008, p. 10), “nesse processo, uma certa ‘racionalidade’ segregadora, invocada para ordenar o espaço, acaba ratificando a expulsão dos considerados incômodos, inconvenientes, ou mesmo ameaçadores, enfim, os esbulhados de sempre para as periferias desurbanizadas”.

A Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, rompia com um modelo de produção e iniciava uma das maiores mudanças na sociedade europeia. Esta mudança se alastraria por todo o planeta, imprimindo um novo modo de produção, uma nova lógica na organização da sociedade e por decorrência em seu espaço geográfico também. Dividida em classes e adepta do consumo e do lucro, o novo regime altera completamente valores e princípios.

No início desta nova fase, a mão-de-obra foi fundamental para alavancar as indústrias inglesas, holandesas e francesas e a educação da população que formaria o exército de mão-de-obra para a indústria pôde ser negociada. Na Inglaterra esta fase aconteceu posteriormente aos “Cercamentos”, assim chamado porque a população ficou cerceada do acesso às terras disponíveis.

No processo de industrialização, a população se transferia da zona rural para a zona urbana e não tinha os pré-requisitos necessários para o trabalho nas máquinas. As escolas surgem neste contexto, o que permitiu então permutar o acesso ao sistema de ensino pelos trabalhos nas fábricas capitalistas.

Smith (1985) analisa que cedendo à pressão da sociedade e, também, pela necessidade de mão-de-obra qualificada, a classe dominante negocia a oferta educacional, porém, o faz em doses “homeopáticas”. Na segunda metade do século XIX, a França ainda estava democratizando seu sistema de ensino, movimento que perdurou por 60 anos até que se popularizasse. Esta fase contou com o auxílio de intelectuais como o escritor Vitor Hugo e o geógrafo Paul Vidal de Blache, dentre outros.

Naquela conjuntura, o termo “homeopático” proferido por Smith (1985), referia-se especialmente ao conhecimento que seria oferecido. Como envolvia a universalização da educação, era necessário tomar alguns cuidados de modo a evitar que as informações que circulassem na escola resultassem em conscientização da população trabalhadora. Com a intenção de evitar este problema, a escola no sistema capitalista nasce então com a função de reproduzir a ideologia deste sistema. Fará isso desempenhando o papel de locos de registro do conhecimento produzido pela sociedade. Embora nasça com essa função, não evitará na Europa os conflitos entre os trabalhadores irlandeses e ingleses, estes representando o operariado mais esclarecido do planeta.

Desta forma, com os procedimentos tomados em relação à escola no sistema capitalista evitar-se-ia a emancipação dos segmentos sociais representados pelos trabalhadores, colocando em risco a classe dominante e o modo de produção capitalista, principalmente nos países que compuseram o bloco de países subdesenvolvidos.

No contexto inglês, avaliava-se que essa conscientização poderia causar uma ruptura, pois o indivíduo detentor do saber engajar-se-ia politicamente. Se, “As relações de classes são relações de dominação política, ideológica e econômica” (MIRANDA, 1992, p. 14), é compreensível que a educação pública seja encarada como uma política social compensatória do trabalho vendido ao capital.

No Brasil, este processo vivenciado pela escola inglesa não ocorreu. A ideologia liberal que impregnou o pensamento pedagógico desde o início de sua organização, a partir de 1930, encarregou-se de manter grande parte da população afastada do sistema educacional. O próprio termo sistema educacional não é totalmente aceito. Saviani (2008) considera que o Brasil possui uma estrutura educacional, por meio da qual, poderemos evoluir para um sistema educacional. Lima (2001) discorda de Saviani e afirma que o país possui um sistema

desde 1824. Ainda que não seja bom, ele existe.

O fato é que o Brasil não possui um sistema educacional planejado e articulado com os interesses da classe trabalhadora. O que existe é uma submissão do nosso sistema educacional ao modelo econômico vigente e ambos estão submetidos às diretrizes da – Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional - USAID; – Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO; – Fundo Monetário Internacional - FMI; – Banco Internacional de Desenvolvimento - BID e Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Para o banco mundial: “[...] todo ser humano deve receber o mínimo de educação básica tanto quanto os recursos financeiros o permitam e as prioridades do desenvolvimento o exijam [...]” (MC Namara, 1975 apud NOGUEIRA, 1999, p. 130).

Para a Conferência Nacional de educação - CONAE, a ser realizado em 2010, o principal objetivo é a “construção de um sistema nacional de educação responsável pela institucionalização de orientação política comum e de trabalho permanente do Estado e da sociedade na garantia do direito à educação” (MEC, 2009).

Se o próprio MEC reconhece a necessidade de construir um sistema nacional de educação, então o termo “estrutura” defendido por Saviani parece encaixar-se melhor neste contexto.

Embora este trabalho tenha como recorte temporal as décadas de 1990 e de 2000, há de se fazer uma incursão na história da educação em nosso país. Nosso ponto de partida é a primeira metade do século XX, mais ou menos 1930, quando em razão da mudança do modelo econômico brasileiro de agro-exportador para agro-industrial, a educação passou a ser encarada como política pública, desencadeando tentativas que se estendem até hoje, de organização do ensino no país. Tendo como organizador do sistema educacional, desde o início, os interesses econômicos nacionais e internacionais, pois este momento coincide com o início da industrialização no país, a organização do sistema de ensino debateu-se entre um ensino teórico e prático; entre o ensino confessional e leigo; entre o sistema de ensino público e particular; entre ensino para ricos e ensino para pobres.

É nesta época que se dá o deslocamento do eixo da vida societária do campo para a cidade e da agricultura para a indústria.

O grupo de empresários paulistas que possuía antes da revolução de 1932 um projeto de hegemonia dá sequência a este projeto no período pós-revolução. É a partir de então que a educação no país passa a ser organizada por esse grupo econômico.

Em 1931, a burguesia industrial cria o Instituto de Organização do Trabalho - IDORT, presidido por Armando de Salles Oliveira e tendo como principais dirigentes Armando Simonsen, Roberto Mange e Lourenço Filho, além de Noemy Silveira, Júlio de Mesquita Filho e Raul Briquet. Estes últimos, juntamente com Lourenço Filho foram os idealizadores do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932. Este mesmo grupo cria em 1933 a Escola de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, em 1934. Coube ao IDORT a formulação das políticas governamentais pós 1930, inclusive a reorganização educacional e principalmente a educação profissional (SAVIANI, 2008).

Roberto Mange e Lourenço Filho participaram em 1942 e 1943 da Reforma Gustavo Capanema, em que surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e as Leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial. Lourenço Filho atuava desde a década de 1920, reivindicando a organização do sistema de ensino nacional. Ao longo das décadas de 1930, 1940, 1950, paralelo às discussões que aconteciam sobre o modelo econômico brasileiro, discutia-se também a organização do sistema de ensino. A ala da igreja que monopolizava parte do ensino particular no país disputava com os defensores da escola pública não só a organização do sistema de ensino, quanto à distribuição das verbas (SAVIANI, 2008).

Para Saviani (2008), o movimento pela organização do sistema de ensino, deflagrado a partir de 1930, composto por diversas correntes, inclusive pelos defensores da corrente escolanovista, favorece a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Para ocupar a pasta, foi indicado Francisco Campos que, em 1931, baixou um conjunto de sete decretos, conhecidos como Reforma Francisco Campos. Esta reforma criou entre 1931 e 1932 o Conselho Nacional de Educação - CNE; e a universidade do Rio de Janeiro; organizou o ensino secundário; restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; organizou o ensino comercial, regulamentando a profissão de contador e consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Segundo Saviani (2008), o que mais chamou atenção nesta reforma foi o restabelecimento do

ensino religioso nas escolas públicas por meio do decreto n. 19.941 de 30 de abril de 1931. A atitude premeditada de cunho político estabeleceu aliança com a igreja católica, não permitindo a organização do sistema de ensino.

Entre 1942 e 1946, Gustavo Capanema realizou ampla reforma na estrutura educacional do país. Esta reforma coincide com a primeira fase importante da industrialização brasileira e atendia as necessidades do desenvolvimento industrial. Capanema a fez por meio de oito decretos-lei, quais sejam:

- a) Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI;
- b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- e) Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- f) Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- g) Decreto-lei n. 8621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC;
- h) Decreto-lei n. 9613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (SAVIANI, 2008, p. 269)

Segundo Saviani (2008), o ensino secundário ficou organizado em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos; e o colegial, com duração de três anos, nos ramos secundário e técnico-profissional. O profissional subdividia-se em industrial, comercial e agrícola, sendo que o normal mantinha ligação com o secundário. Esta organização atendia às necessidades da sociedade industrial e separava o ensino secundário, que era destinado às elites condutoras da economia do país, do ensino profissional dado ao povo, sendo permitido apenas ao ramo secundário o acesso a qualquer carreira de nível superior.

Saviani (2008) continua afirmando que posterior ao Estado Novo a concepção humanista tradicional, representada pelo ensino confessional e pela ala privatista do ensino, suplantou a concepção humanista moderna, representada pelos pioneiros da educação nova, também dividido em várias alas. A ala tradicional, vencedora desta questão, continuou recebendo os subsídios financeiros por meio de bolsas de estudos a alunos carentes; recebia ainda assessoria técnico-científica e ganharam a equiparação dos diplomas. Assim, essa ala tradicional do ensino continuou no sistema educacional fonte de renda e de disseminação ideológica, reforçando acima de tudo um ensino elitista e excludente.

Como o processo educacional não se desvincula do econômico, pelo contrário, se sujeita a ele,

a partir de 1961, implanta-se no Brasil a pedagogia tecnicista de influência norte-americana, por meio dos acordos conhecidos como MEC-USAID.

A concepção pedagógica, cujo conhecimento didático fundamentava-se no tecnicismo escolar, em que os recursos didáticos produzidos externamente são introduzidos nas atividades de sala de aula, privilegiava apenas uma metodologia do “aprender a fazer”; O “aprender a fazer, pensar, discutir e escolher” não receberá atenção neste novo modelo.

Sustentada por uma ciência alicerçada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista reordena o processo educativo, assemelhando-o ao trabalho fabril mecanizado.

Com isto, a pedagogia tradicional, que tinha como questão central o aprender e a pedagogia nova, com o aprender a aprender, são substituídas por uma nova pedagogia em que o que importa é o aprender a fazer. Desta forma, a educação passa a treinar pessoas para executarem tarefas específicas, visando ao aumento da produtividade. Duarte (2001) considera esta pedagogia como uma arma na competição por postos de trabalho, na luta contra o desemprego.

Pode-se dizer que no Brasil as políticas públicas (sociais) que visam diminuir as diferenças estruturais existentes são intervenções estatais nos campos econômico e social, conforme o momento. Elas não têm caráter contínuo, duradouro, pensadas a longo prazo. Estando o Brasil inserido no modo de produção capitalista desenvolve políticas públicas que atendem mais à classe dominante que a classe trabalhadora, isto ocorre, por exemplo, quando a saúde, a educação, a segurança, são vendidas fazendo com que os serviços públicos se transformem em mercadorias. Desta forma, a educação serve ao mercado duplamente: como mecanismo ideológico-político de dominação e como fonte de recursos para pagamento de juros dos empréstimos contraídos no exterior, quando o governo diminui os recursos destinados a ela.

É preciso examinar o significado das políticas sociais e das políticas econômicas... Se políticas econômicas talvez possam ser encontradas; políticas sociais não... A distinção entre política social e política econômica só é sustentável do ponto de vista didático, porque não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico... Na realidade, não existe coisa mais econômica do que a educação (NOGUEIRA, 2001, p. 17-18).

Esta citação nos leva ao questionamento formulado por Nagel (apud NOGUEIRA, 2001) “a

questão social é superável ou não nos marcos da sociedade capitalista”?

Se o que é destinado para o pagamento de juros deve ser retirado dos programas sociais, o Brasil e o Paraná experimentaram na década de 1990, sob a administração federal do presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador do estado do Paraná Jaime Lerner, intenção de desativação de setores dos serviços públicos, especialmente na educação, ainda que as diretrizes educacionais da década de 1990 tenham sido gestadas em anos anteriores.

2.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1990 a 2001

Durante os dois mandatos do governador Jaime Lerner (1995 – 2002), o Paraná, por meio da SEED e Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, implantou políticas educacionais para o ensino fundamental, médio e profissional. Projetos como o Programa Qualidade no Ensino Público do Paraná - PQE e Programa Expansão, Melhoria e Inovação No Ensino Médio do Paraná - PROEM, absorveram as orientações do BIRD e do BID em seus objetivos. Segundo Deitos (apud NOGUEIRA, 2003), o BIRD financiou com mais representatividade o ensino fundamental e o BID destinou recursos, principalmente, para o ensino médio e superior.

Com isto, as condicionalidades e orientações do BID e do BIRD para empréstimos aos países articulam educação e mercado econômico. Os investimentos que deixam de ir para a organização do sistema de ensino destinam-se ao pagamento de dívidas e juros. O Estado, no caso o paranaense, participou com contrapartidas financeiras, o que se apresenta como requisito para os empréstimos. A quantidade emprestada é sempre igual ou menor à quantidade oferecida como contrapartida. No caso do PQE, segundo Nogueira (2003), o montante inicial foi de US\$ 198.431.200,00, sendo que ao estado do Paraná coube dar uma contrapartida de US\$ 102.431.200,00, o equivalente a 51.62%. Este total foi majorado em 13%, alcançando o montante de US\$ 224,4 milhões. Esta é a lógica. A postura do Estado em aceitar as condições dos órgãos fomentadores se coloca como uma questão para aqueles que pensam um sistema de ensino: a de que a soberania nacional reflète-se no sistema de ensino. Quando o país não garante sua autonomia, suas propostas pedagógicas e curriculares e suas políticas educacionais representam os interesses políticos e econômicos e outra realidade e conjuntura. Estas questões podem ser verificadas e se concretizam quando as administrações

estão em processo eleitoral. As disputas representam as classes sociais.

Então vejamos o que significou para o Paraná o PQE e o PROEM financiados pelo BIRD e BID e a conseqüente orientação destes organismos internacionais na reestruturação do ensino paranaense na década de 1990. Foi possível verificar que diversos programas foram adotados pela administração que sucedeu o governo de Jaime Lerner, representado pelo governo de Roberto Requião, e um deles foi o sistema georreferenciado de matrículas, que tem origem no PROEM. Como já mencionado anteriormente, a hipótese levantada buscará confirmar que este sistema não contribuiu para a qualidade do ensino ou para sua democratização.

Para Nogueira (2003), o PQE e o PROEM se inserem em uma política de reformas do Estado brasileiro, que se iniciou na década de 1980. Tinha como objetivo adaptar o país ao mundo globalizado e levava em consideração quatro problemas fundamentais: a) a delimitação do tamanho do Estado, b) a redefinição do seu papel, c) a recuperação da governança e d) o aumento da governabilidade. Iniciaram-se, então, o ajustamento fiscal, as reformas econômicas orientadas para o mercado e reformas na previdência social. Deflagrou-se um processo de privatização, por meio da venda de ativos públicos; da publicização, que transformava órgãos estatais em entidades públicas não-estatais, de direito privado e sem fins lucrativos; e da terceirização, por meio da contratação de serviços prestados por terceiros. Em contrapartida, o Banco Mundial na condição de maior tomador de empréstimos do setor privado internacional repassa aos países periféricos empréstimos conhecidos como empréstimos de ajuste estrutural, num primeiro momento e na sequência, empréstimos de ajustes setoriais.

O Estado do Paraná contrai na década de 1990 os dois empréstimos para realização do PQE e PROEM nos moldes dos que vinham sendo feitos para outros Estados da federação, principalmente na região nordeste: de acordo com Nogueira (2003), o Estado deveria participar com a chamada contrapartida, que sempre representa cinquenta por cento ou mais do montante do empréstimo. Os recursos liberados eram usados na capacitação e formação de professores e funcionários, construção e reformas das escolas, aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, livros, dentre outros.

O PQE começou a ser negociado em 1992, ainda na administração do governador Roberto Requião e aprovado em 1994, ao final de sua gestão. Embora gestado pela administração

anterior, é fato que sua execução se dá, então, entre 1994 e 2001 no Governo de Jaime Lerner conforme atesta Nogueira (2003). Poder-se-ia dizer, em linguagem “política” que “embora tenha sido gestado pela administração de Roberto Requião, foi no colo da administração de Jaime Lerner que “o bebe dormiu”. O projeto atendeu as redes públicas estadual e municipal de ensino, compreendendo cinco áreas de investimentos ou programas de ação. São eles: materiais pedagógicos e equipamentos; capacitação dos recursos humanos; rede física; desenvolvimento institucional; e estudos, pesquisas e avaliação.

Segundo Nogueira (2001), inicialmente a capacitação dos professores e funcionários foi planejada de forma descentralizada e começaria pelas escolas. Entretanto, criou-se a Universidade do Professor, uma espécie de centro de estudos denominado Faxinal do Céu, localizado no município de Pinhão, antiga vila de moradores dos barrageiros que trabalharam na construção da usina de Foz do Areia, no Rio Iguaçu. Avaliava-se que a implementação da reforma educacional promoveria transformações no trabalho desenvolvido pelos professores, portanto, passaria, obrigatoriamente, pelo seu desempenho, o que valeria receber sua aceitação. Os investimentos envolviam ainda a expansão da rede física e o fornecimento de materiais didático-pedagógicos para a formação dos professores. Esta formação oferecida aos professores foi criticada pelo sindicato da categoria que a acusava de promover lavagem cerebral nos professores e funcionários.

Na área de capacitação de recursos humanos da educação, de acordo com Nogueira (2001), destacam-se os três eixos que são: a) qualidade de ensino; b) educação continuada e c) capacitação da escola. No eixo “a”, sobre a qualidade de ensino, destacam-se os projetos “universalização da educação básica com qualidade” e “adequação idade/série”. O primeiro dedicou-se a dar continuidade ao ciclo básico de quatro anos, tendo como meta, atingir todas as escolas de primeira a quarta série da rede estadual e o segundo pretendia corrigir a relação idade/série dos alunos com diferença de no mínimo dois anos em relação à idade adequada à série cursada, ficou conhecido como “classes de aceleração”.

O PROEM, voltado para o ensino médio e profissional, a exemplo do PQE, foi gestado em 1992, no Governo de Roberto Requião, entretanto, a aprovação do contrato pelo BID se deu em 1996. A Câmara do Senado aprovou ao final de 1997. O financiamento foi liberado tendo como contratante o Governo do Estado do Paraná, Jaime Lerner; e fiador, o Governo Federal, Fernando Henrique Cardoso, ficando a SEED como executante. Ao todo, o projeto repassou

investimentos de 222 milhões de dólares, sendo 100 milhões de responsabilidade do BID e 122 milhões do Governo do Estado do Paraná; as contrapartidas sempre ultrapassaram os 51%. As principais características do contrato são: o período de desembolso correspondente a cinco anos; carência de cinco anos; prazo de amortização de 25 anos; e tipo de juros variável. A última condição do acordo com certeza é o de maior risco. Na relação de moedas, o dólar supera o real. No entendimento do BIRD, o incremento de políticas de emprego e o melhoramento ao acesso nos diversos níveis de educação, possibilitariam o aumento da produtividade, por meio da capacitação da mão de obra. Função que a escola deveria cumprir para atingir as metas do programa. A “redefinição” do ensino médio e profissional, nos moldes como foi feito no Paraná, contou com:

[...] um certo “consenso” teórico das elites e de alguns setores sociais, tais como: representantes sindicais patronais e de determinados segmentos de trabalhadores, assim como, de intelectuais postados nas burocracias de Estado e nas Universidades (NOGUEIRA, 2001, p. 156).

E para o BID, conforme consta no contrato de empréstimo para o programa, o Paraná serviria de referência para o resto do país ao afirmar que “[...] Recién ahora se há comenzado a considerar muchas de las medidas de reforma en el ambito nacional; por lo cual, su aplicación clave para el resto del país” (BID, 1996 apud NOGUEIRA, 2001, p.157).

Segundo Nogueira (2001), o projeto demorou para ser assinado, mas o governo do Paraná se antecipou na execução daquilo que viria a ser acordado com o BID. Em outubro de 1996, por meio de resolução secretarial, separou-se o ensino médio da educação profissional. Interromperam-se as matrículas nas primeiras séries dos cursos profissionalizantes, restando apenas a alternativa de matrícula no ensino médio – formação geral. Para o PROEM, priorizar a educação geral significava fortalecê-la como base para a formação profissional específica, conferindo ao ensino médio o desenvolvimento de competências básicas e sociais.

A interrupção das matrículas nos cursos profissionalizantes via resolução secretarial deu-se de forma opcional. Entretanto, na prática, as escolas que não interrompessem as matrículas nos referidos cursos não receberiam recursos para reformas. Algumas escolas que ofereciam a habilitação magistério resistiram.

O período entre 1996 e 2001 ficou marcado por grande embate entre sindicato e governo, com duas grandes greves e praticamente nenhuma conquista.

Conforme relatório do BID sobre o progresso econômico e social na América Latina, informe 1998-1999, a universalização da educação básica emerge como necessidade:

También es preciso acelerar la transición demográfica y educacional para que las familias sean gradualmente más pequeñas y más educadas (...) Es imperativo que nos desplacemos rápidamente hacia la educación secundaria universal. Ello mejorará la calidad de la fuerza laboral, incrementará la base de posibles estudiantes universitarios y promoverá un proceso de desarrollo diferente, de uso más intensivo de capital humano (BID, 1998 apud NOGUEIRA, 2001, p. 159).

Essa preocupação com a pouca educação da população não tem o objetivo de emancipá-la, senão controlar sua taxa de crescimento, de modo a controlar os movimentos sociais; além de, por meio da formação de mão de obra especializada, aumentar a produtividade.

Segundo Barros e Mendonça (1997 apud NOGUEIRA, 2001), estudos sobre educação e desenvolvimento econômico apontam que a eliminação do atraso educacional eleva o crescimento da renda per capita dos salários industriais e das exportações de 15% a 30%; e a eliminação do atraso educacional reduz o crescimento populacional em cerca de 10 a 15%.

A criação de dois órgãos evidenciou as características da política que vinha sendo implementada: o primeiro foi a criação da Agência Paranaense de Desenvolvimento do Ensino Técnico – PARANATEC, em 1995. Segundo Nogueira (2001), esta instituição tinha caráter privado, com autonomia para administrar e propor cursos e currículos, cujas ênfases buscavam atender os interesses do mercado e contavam com apoio financeiro do Estado.

O segundo foi a criação da Agência de Serviço Social Autônomo – PARANAEDUCAÇÃO, em 1997. Nos mesmos moldes da PARANATEC, mas com objetivo diferente. De acordo com Nogueira (2001), esta instituição promovia a contratação para o quadro de professores e funcionários sem a necessidade de concurso público, ainda que contrariando a Constituição Federal que diz: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração” (BRASIL, 1988, art. 37, inc. II). A PARANATEC daria, ainda, suporte institucional, administrativo e pedagógico. Nos dois mandatos da administração de Jaime Lerner, o Paraná não teve concursos públicos, exceto no primeiro ano de seu primeiro mandato, 1995, com poucas contratações. Além dessas questões, tanto professores, quanto funcionários, não tiveram reajustes salariais.

A década de 1990 no Paraná marcou a reestruturação da educação básica nas redes públicas

municipal e estadual, por meio das ações do projeto PQE e PROEM, como já dito anteriormente, financiados pelo BIRD e BID, respectivamente, colocando-se o Estado do Paraná na condição de modelo para os demais Estados da Federação que também implementariam tais programas.

Por mais vultosos que pareçam ser os recursos destinados aos programas de reestruturação do ensino, a exemplo do PQE e do PROEM, são, na verdade, desviados para o pagamento de dívidas e juros da balança comercial uma quantidade muito maior.

Pode-se avaliar também que pouco resultado têm as verbas investidas na educação se não acontecer uma política para a criação de empregos. As dificuldades econômicas são a maior justificativa ainda para o êxodo escolar.

Do interior de um grande projeto, como o PROEM, por exemplo, emergem outros “subprojetos” de grande porte e atrelados a um dos eixos do projeto central. No caso do PROEM, deu-se origem ao georreferenciamento escolar. Foi instituído em 2001, no Governo de Jaime Lerner e ganha dimensão no atual governo.

2.3 GEORREFERENCIAMENTO ESCOLAR: DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO OU SEGREGAÇÃO URBANA?

De acordo com as informações dadas pelo Departamento de Administração Escolar - DAE da Secretaria Estadual de Educação, o sistema de georreferenciamento das escolas no Paraná foi criado pela SEED, em conjunto com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, por meio do Centro Integrado de Estudos em Geoprocessamento – CIEG, da referida Universidade. Consiste, basicamente, em encaminhar os alunos da rede pública à Escola Estadual mais próxima de sua residência.

Segundo Lobo e Amato (2009), para o desenvolvimento do projeto, criou-se uma equipe com a seguinte estrutura e suas respectivas funções:

1. Coordenação Geral;
2. Coordenação de Informação Alfanumérica e Região Metropolitana - este setor ficou

responsável pelo levantamento junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, das características e disponibilidade dos dados com nível de agregação por setor censitário; pelo levantamento junto a SEED e Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR dos dados existentes no Sistema de Micro planejamento da Rede Estadual de Ensino – SIMI;

3. Coordenação de Informação Geográfica - tinha como função a criação de fluxo das cartas do IBGE com sistemas de controle, a digitalização de todos os setores censitários urbanos e rurais do Estado do Paraná e a criação do fluxo das cartas da FUNDEPAR para checagem de campo, visto que a FUNDEPAR possuía cartas municipais e urbanas contendo pré-mapeamento das escolas, que serviriam de base para o levantamento de campo;
4. Coordenação de Geodésia - esta equipe encarregou-se da aquisição dos equipamentos GPS e demais acessórios, da seleção das escolas de apoio, do treinamento dos membros da SEED em manuseio do GPS e princípios básicos de cartografia, do geoprocessamento dos 2100 estabelecimentos de ensino, da edição e criação da topologia dos estabelecimentos de ensino e do controle de qualidade;
5. Coordenação de Cartografia - Encarregou-se da criação da base cartográfica digital por meio do levantamento das cartas existentes na forma digital junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA; Instituto Ambiental do Paraná – IAP; Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; Companhia Paranaense de Energia - COPEL; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC; Departamento de Estradas de Rodagem - DER; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER e de várias outras atividades pertinentes;
6. Coordenação de geoprocessamento e informática - este setor responsabilizou-se pelo banco de dados do SIMI por meio de tabelas no ARC VIEW 3.0, com a intenção de obter um banco de dados relacional, utilizando-se de software e de banco de dados (software de interface SDE com software ARC INFO/ARCVIEW).

Uma vez criado o sistema, sua implantação se dá em 2001, ainda no Governo de Jaime Lerner e passa a ocorrer gradativamente, iniciando-se pela região metropolitana, alcançando 65 municípios em 2007 e 129 em 2009, aproximadamente 32% dos municípios paranaenses. Segundo informações da equipe responsável pelo sistema na Superintendência de Desenvolvimento Educacional – SUDE (2009), a intenção para 2010 seria atingir todos os municípios com pelo menos duas escolas, porém, segundo informações mais recentes da

referida equipe, para o ano de 2010, trezentos e noventa e oito municípios terão o sistema de matrículas por georreferenciamento, ou seja, mesmo aqueles municípios que possuem apenas uma escola farão parte do sistema. A exceção é o Município de Coronel Vivida, porque a distribuição de energia não é feita pela COPEL e, portanto, os postes não são georreferenciados.

2.4 ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE MATRÍCULAS POR GEORREFERENCIAMENTO

De acordo com o manual do processo de matrícula por georreferenciamento da SEED (2009), o processo se dá da seguinte forma:

Em todos os estabelecimentos da rede pública municipal e estadual, no ato da matrícula, é obrigatória a apresentação da fatura de energia da COPEL, em nome do pai, mãe ou responsável. Em seguida, o estabelecimento de ensino deve registrar o código de identificação da COPEL no cadastro do aluno, que consta no Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE. Caso a família mude de endereço, deve apresentar nova fatura de energia para que a escola possa atualizar estes dados.

Se por alguma razão, o aluno não possuir a fatura de energia (área de invasão e/ou alunos que residem na zona rural sem energia elétrica), estes serão referenciados na escola de origem. E se o número de vagas do estabelecimento educacional de destino não for suficiente para os alunos da área de abrangência, os primeiros a serem remanejados para outras escolas serão os que não possuem código da COPEL. Seria este um exemplo de discriminação do sistema? De certa forma, o sistema obriga e reconhece apenas aqueles que ocupam moradias consideradas oficiais ou registradas.

Após a atualização dos dados no sistema SERE, o estabelecimento de ensino envia ao Núcleo Regional de Educação – NRE, os dados dos alunos da quarta e oitava séries (organização do ensino fundamental em oito anos).

Em seguida, o estabelecimento deve emitir relatório automático pelo sistema SERE, que deve conter o mesmo número de alunos informados ao Núcleo Regional de Educação e

informações sobre o total de alunos com código da COPEL.

O NRE envia à Companhia Paranaense de Informática – CELEPAR, as informações referentes aos alunos. A CELEPAR encaminha à COPEL para verificação e esta encaminha para a SEED para que a divisão de geoprocessamento localize os alunos no mapa identificando-os individualmente ou por grupos, utilizando-se de figuras geométricas e cores.

Os alunos localizados nas imediações de uma determinada escola estadual são direcionados para ela observando-se o número de vagas informadas no sistema, de acordo com o número de alunos dentro da área de abrangência e acessibilidade (rodovias, rios, bosques, linha de trem, avenidas). A área de abrangência é traçada somente no perímetro urbano, sendo que os alunos da zona rural são direcionados manualmente pelo Núcleo Regional de Educação, levando-se em consideração a proximidade da escola em relação à moradia do aluno e/ou a rota do transporte escolar.

Após o direcionamento dos alunos seguindo os critérios mencionados, os dados retornam à CELEPAR para impressão das cartas matrícula que são enviadas aos NRE pelo correio e estes encaminham aos estabelecimentos de origem para verificação das mesmas, juntamente com uma cópia da lista de alunos de quarta e oitava séries.

Os estabelecimentos de destino, quinta série do ensino fundamental e primeira série do ensino médio, recebem somente a listagem dos alunos que têm a garantia de vaga assegurada por este processo.

Os pais devem garantir a vaga de seu filho por meio da carta na data prevista na instrução de matrícula. No caso de transferência para outra escola de sua preferência, deverão efetuar a matrícula posteriormente, desde que esta tenha vaga disponível. E se o pai, mãe ou responsável não efetivar a matrícula, perde o direito à vaga, podendo a escola disponibilizá-la à comunidade.

3 O SISTEMA GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E A REALIDADE DE CAMPO MOURÃO – UMA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA

Nesta seção, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, os sujeitos, a análise e os resultados obtidos.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa investigação sobre o sistema georreferenciado de matrículas no município de Campo Mourão baseou-se na leitura e análise de entrevistas e questionários.

Para interpretação das entrevistas com o representante da SEED e os diretores das escolas, nos valem da abordagem qualitativa, ou método especulativo, com a técnica de análise de conteúdos proposta por Bardin (1977). Esta técnica é mais apropriada às entrevistas, porque extrai, por meio da seleção de categorias e conceitos aquilo que mais se evidencia na fala do entrevistado. Permite maior subjetividade, além da possibilidade de recorrer a ela quantas vezes se fizerem necessárias, uma vez que foram gravadas em áudio.

Nos 133 questionários aplicados aos pais de alunos das mesmas escolas dos diretores entrevistados, utilizamo-nos da abordagem quantitativa proposta por Gil (2008) para o cálculo de populações finitas. Foi também usada a abordagem qualitativa, porque dentre as nove questões apresentadas duas são abertas e quatro são abertas e fechadas (apêndice IX). Além de Gil (2008), utilizamos Bardin (1977) para orientar essa etapa da pesquisa.

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo é realizada por meio da criação de “núcleos de sentidos” das mensagens. Entende-se por mensagem aquilo que foi extraído das entrevistas. Para Laville e Dionne (1999 apud GIL, 2008), o verdadeiro nas ciências sociais pode ser apenas um verdadeiro relativo e provisório. Sobre esse procedimento, Gil (2008) comenta:

O conhecimento científico [...] É sistemático porque se preocupa em construir sistemas de idéias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo. É verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações. Finalmente é falível porque, ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborados pelo Homem, reconhece sua própria capacidade de errar. (GIL, 2008, p. 02-03).

Para garantir maior credibilidade à pesquisa, Bradley (1993, p.436, apud NEVES, 1996) sugere o uso de quatro critérios para se evitar os questionamentos sobre a confiabilidade e validação dos resultados de estudos qualitativos, a saber: a) conferir a credibilidade do material investigado; b) zelar pela fidelidade no processo de transcrição das entrevistas que antecede a análise; c) considerar os elementos que compõem o contexto; d) assegurar a possibilidade de confirmar posteriormente os dados pesquisados.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Optamos por realizar a pesquisa com três grupos que estão envolvidos no processo georreferenciado de matrículas:

- a) Equipe responsável na SEED pelo sistema - entrevistamos um dos técnicos da equipe responsável pela aplicação e expansão gradativa do sistema. A entrevista permitiu uma visão ampla do seu funcionamento. Tivemos acesso às informações de cunho técnico, tais como os mapas mostrando o georreferenciamento das escolas públicas no município de Campo Mourão e dos alunos de quarta série da rede pública municipal que necessitam entrar na quinta série na rede pública estadual e os de oitava séries da rede pública municipal e estadual que necessitam de vagas na primeira série do ensino médio na rede estadual de ensino. O entrevistado falou, também, dos objetivos, expansão e os resultados obtidos até então. O técnico responsável pelo sistema que nos concedeu a entrevista limitou-se às questões técnicas, não falando sobre a origem do sistema. A entrevista foi realizada na superintendência da educação em Curitiba e gravada em áudio.
- b) Diretores das escolas de ensino médio da rede estadual de ensino de Campo Mourão - entrevistamos sete diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão de um total de treze escolas, sendo que duas se localizam em distritos na zona rural. Uma delas oferece apenas o ensino fundamental e a outra, ensino fundamental e médio. Descartamos as duas e levamos em consideração apenas as onze instituições da rede urbana. Destas, selecionamos sete, sendo duas da área central e cinco de bairros fora da área central. Isto equivale a mais de cinquenta por cento do total, o que garante credibilidade à pesquisa. Das três escolas centrais, optamos por entrevistar a direção do Colégio Marechal Cândido Rondon, que além de ser a mais central é também a mais procurada no período de matrícula. A outra escola escolhida foi o Unidade Polo. Não selecionamos a terceira

escola da área central pelo fato de o pesquisador exercer a função de diretor nesta escola. As escolas fora do quadro central da cidade foram selecionadas levando-se em consideração a distância do centro, tomando-se o cuidado para que toda a cidade estivesse representada. Selecionamos as seguintes escolas: Antônio Teodoro de Oliveira, Novo Horizonte, Vinícius de Moraes, Darcy José Costa e Dom Bosco. Com os diretores destas escolas, a intenção foi verificar o funcionamento do sistema na prática. As entrevistas foram realizadas nas respectivas escolas e gravadas em áudio. Para tratar as entrevistas com discrição e não expor opiniões e autores, adotamos letras e números para identificação dos entrevistados; assim, o técnico da SEED está representado como E1 e os diretores das escolas estaduais de Campo Mourão estão representados de E2 a E8. A localização das escolas pode ser observada na figura 4.

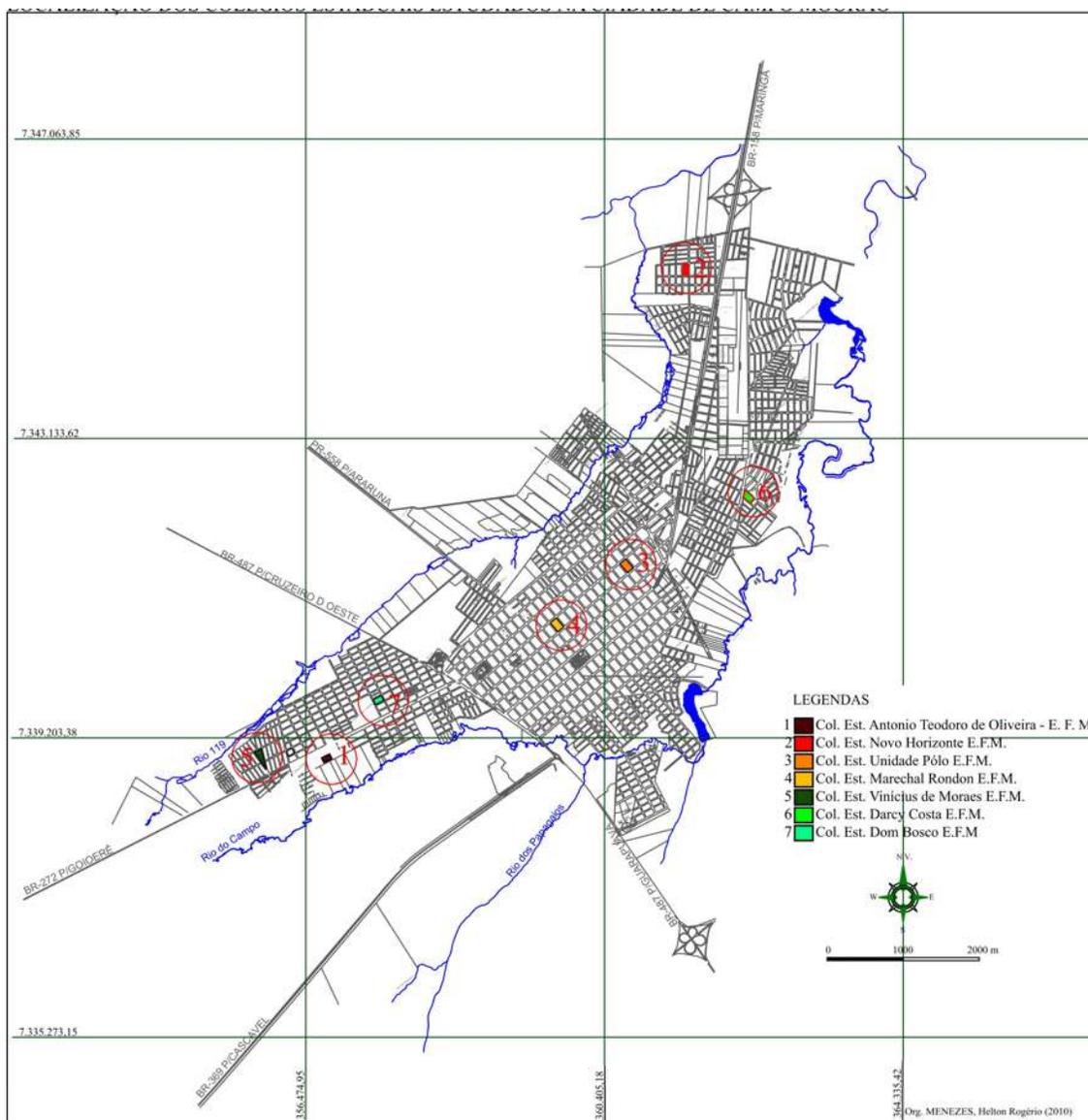


Figura 4 - Mapa com a Localização das Escolas Participantes da Pesquisa – Área Urbana de Campo Mourão.

Fonte: MENEZES, Helton, 2009.

c) Pais de alunos da primeira série do ensino médio - aplicamos questionário a cento e trinta e três pais de alunos egressos da oitava série e que, portanto, foram georreferenciados. Como já mencionamos, as escolas e os alunos são georreferenciados na quarta e na oitava séries. Optamos por delimitar nossa pesquisa, que se deu em 2009, com os alunos da primeira série do ensino médio e que, portanto, foram georreferenciados em 2008. Nesta etapa da pesquisa, nossa intenção foi verificar como a sociedade, ou seja, pais e alunos estão pensando esse sistema. Os pais e diretores pesquisados são das mesmas escolas. O questionário foi encaminhado aos pais por intermédio dos alunos, depois de uma leitura para esclarecimentos e orientação. No dia seguinte, voltamos à escola e recolhemos os

questionários. O total de questionários aplicados aos pais de cada escola pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das Escolas.

Colégio	Total de questionários	%	Localização
Antônio T. de Oliveira	24	18,04	Bairro Lar Paraná
Novo Horizonte	25	18,79	Bairro Jardim Santa Cruz
Unidade Pólo	19	14,28	Centro
Marechal Rondon	23	17,29	Centro
Vinícios de Moraes	07	5,26	Bairro Cohapar
Darcy J. Costa	17	12,78	Bairro Parigot de Souza
Dom Bosco	18	13,56	Bairro Lar Paraná
Total	133	100	

Fonte: O autor, 2009.

Para elaboração das questões, nos valem das orientações de Venturi (2005) e para definirmos a quantidade de questionários a serem aplicados, utilizamos Gil (2008). Primeiramente, buscamos o total de alunos matriculados na primeira série do ensino médio no município de Campo Mourão junto ao Núcleo Regional de Educação por meio do sistema SERE e constatamos que no início de 2009 tínhamos aproximadamente 1080 alunos. Considerando que no mês de setembro, quando se deu a pesquisa constatou-se uma evasão de aproximadamente 10% nesta série, arredondamos a população total para 1000 alunos e utilizamos a seguinte fórmula para definirmos a amostragem:

Fórmula para o cálculo de amostras para populações finitas de acordo com Gil (2008):

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

onde:

n = Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Percentagem com o qual o fenômeno se verifica

q = Percentagem complementar

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido

Atribuímos valores à fórmula e obtivemos o seguinte resultado:

$$N = \frac{1^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 1000}{4^2(1000-1) + 1^2 \cdot 50 \cdot 50}$$

$$N = \frac{2500000}{16.999 + 2500}$$

$$N = \frac{2500000}{15.984 + 2500}$$

$$N = \frac{2500000}{18.484}$$

$$N = 135,25$$

Chegamos ao indicativo de 135 questionários, sendo que conseguimos recolher 133. Pensamos que, mesmo faltando dois questionários, a amostragem foi contemplada.

3.3 ANÁLISE E RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Apresentamos os resultados levantados a partir das entrevistas com os diretores das escolas da rede estadual de ensino do município de Campo Mourão e com o técnico da equipe da SEED responsável pelo sistema georreferenciado de matrículas. Na sequência, apresentamos os resultados obtidos com a utilização de questionários respondidos pelos pais dos alunos da primeira série do ensino médio.

Quando os questionários foram recolhidos foi possível verificar que muitos alunos não haviam recebido a carta da SEED designando a escola na qual deveriam efetuar a matrícula. O fato evidenciou uma falha no diálogo entre SEED e Diretores que conflitam compreensões e interesses no momento de funcionamento do sistema, conforme pudemos verificar em entrevista. Para o representante da SEED, o sistema pode e deve funcionar perfeitamente desde que todos os procedimentos sejam seguidos corretamente. Na entrevista com os diretores, percebemos que nem todos obedecem ao sistema. Às vezes, realizam matrícula sem

exigir a carta do georreferenciamento, ou então não entregam as cartas aos alunos para que os mesmos não mudem de escola, ou ainda, selecionam as cartas que querem entregar para que determinados alunos sejam remanejados de escola. Isto ficou confirmado nos questionários que os pais responderam.

Para trabalhar com as informações levantadas por meio das entrevistas, estabelecemos uma ordem hierárquica de modo que permitisse uma leitura do funcionamento do sistema georreferenciado. Desta forma, o roteiro elaborado para orientação das entrevistas também definiu a organização sobre a qual trataríamos as informações e ficou assim organizado:

- a) Categoria 1 – Origem e implantação do sistema
- b) Categoria 2 – Os objetivos do sistema
- c) Categoria 3 – Democratização e qualidade das escolas
- d) Categoria 4 – O resultado do georreferenciamento na visão dos agentes sociais

As categorias orientam o que buscávamos sobre o sistema georreferenciado, sua origem e implantação; quais são as intenções do sistema; o que ele busca atingir com essa forma de organização; e uma avaliação dos resultados atingidos até hoje na perspectiva da SEED e das escolas que adotaram o sistema.

Para orientar a elaboração das categorias, identificamos, segundo Bardim, as unidades de contexto. Para trabalhar a primeira categoria, definimos as seguintes unidades de análise, que correspondem à contextualização da elaboração e implementação do sistema georreferenciado.

3.3.1 Origem e Implantação do Sistema

O período de implementação do sistema ocorreu a partir de 2001, sendo ampliado gradativamente até este ano de 2009. O E1, representante da SEED, destacou o quão importante tem sido o sistema para a administração pública, mas faz questão de atribuir a sua criação ao governo anterior, ou seja, Jaime Lerner, e diz desconhecer sua origem. Os diretores também concordam com o sistema, embora saibam pouco e revelam a seguinte preocupação: o fato de o sistema coibir o direito de livre escolha.

O E1, representante da SEED, pouco soube dizer sobre os critérios de implementação do sistema georreferenciado na rede pública do Paraná, a não ser que o critério para adoção é basicamente o tamanho do município e o número de escolas.

Para seu funcionamento, é possível perceber que o governo adotou o sistema da COPEL, porque este se instala em áreas urbanas e rurais que não são regulamentadas, permitindo maior abrangência de alunos. Segundo o representante da SEED:

E1 – [...] Esse ano estamos partindo para municípios menores, com até duas escolas. [...] os critérios são os mesmos, o que tem é a complexidade pelo tamanho do município, extensão, número de escolas. [...] a COPEL tem todos os postes georreferenciados. Então, a partir destes postes ligados a um código de consumidor, no caso a fatura da COPEL, nós sabemos, é aquele poste que esta em frente a casa, a residência desse consumidor. No caso seria o aluno e fazemos o direcionamento. [...] nós temos o que chamamos nas escolas, no seu entorno, uma área de abrangência.

É interessante observar que nas ruas há mais casas que postes, portanto há uma área de abrangência também dos postes da COPEL.

A opinião dos diretores sobre o sistema georreferenciado e a avaliação que fazem dele não reflete necessariamente as informações dadas pelo representante da SEED, mas trazem informações importantes sobre o que de fato ocorre nas escolas, no seu dia a dia. Permitem a caracterização do ambiente escolar, por isso avaliamos como sendo importante na relação que estabelece com o sistema georreferenciado.

Para o E2, diretor de escola, o sistema georreferenciado é “[...] uma questão de organização, de manter o aluno no seu bairro. O aluno não toma o espaço de outro em outra escola. Ele é obrigado a defender o seu bairro”. Nesta escola, a direção havia acabado de ser empossada e a preocupação do diretor voltava-se para as ações com os cursos de capacitação. Tirando a afirmação de que o aluno deve defender seu bairro, o restante está em acordo com a SEED.

Na avaliação do E3, segundo diretor de escola a ser entrevistado, aparece o seguinte: “[...] acho que ocorre uma melhor distribuição dos alunos conforme a região em que eles moram. Facilita em minha opinião para você planejar o número de turmas para o ano seguinte”. Este diretor identifica um problema que talvez seja o que se busca resolver com esse sistema, vejamos: “[...] como eu já percebi é que os colégios da área central, eles são superlotados, o que pode atrapalhar no rendimento escolar do aluno e os colégios de periferia [...]

praticamente faltam alunos em sala de aula, nós temos salas ociosas”. E continua: “[...] mas acho que ele não vem sendo cumprido, porque o nosso colégio é um colégio de periferia e nós temos 50% dos nossos alunos que não estudam aqui e sim em outros colégios e conseguem a vaga [...]”.

E4 – Um ponto positivo é que o aluno está próximo da escola, então este acesso garantindo a escola próxima é um ponto positivo. [...] às vezes ele vai estudar em uma escola mais distante, ele vai depender do chamado vale transporte, vai depender do transporte e daí ele deixa de depender desse vale transporte. [...] fere o direito de o cidadão brasileiro procurar a escola que mais lhe convém para o seu filho. [...] porque todo cidadão tem o direito de ir e vir, isto impede que ele busque a escola que está mais distante de sua casa. [...] você está forçando o aluno a estudar naquela escola próxima da sua casa, que ele não quer estudar ali, ele quer conhecer um novo ambiente, então está forçando o aluno a estudar naquela escola e consequentemente, ele pode de repente não produzir.

E5 – Eu acho isso uma aberração, é um custo altíssimo pra decidir sobre a escola A ou B, sendo que poderia ficar livre. [...] eu penso que o georreferenciamento é cabível em cidades de grande porte apenas. [...] atenderia se todos que receberam a carta pra vir pra esta escola, procurassem no tempo normal de matrícula, mas boa porcentagem nem chega a nos procurar, já vai pra lista de espera da escola onde ele quer a vaga e assim como alguns que querem esta escola, sei que não fazem matrícula na escola para onde foram designados e vem pra lista de espera da minha escola. [...] o que acontece é isso, aí depois de encerrado o prazo de matrículas, começa aquela coisa, desiste da vaga aqui porque consegue vaga lá e vice-versa. [...] os pais preferem pôr em outra escola, onde um irmão mais velho estuda, então podem ir juntos. [...] esse é o ponto negativo, obrigar o aluno a ir para a escola que não é da vontade.

E6 – [...] ele acaba não dando muita abertura para o aluno escolher o seu local de estudo. [...] ele ainda traz bastante confusão nas escolas no início do ano na hora de realizar as matrículas. [...] acaba distribuindo melhor os alunos entre as escolas. [...] só que ao mesmo tempo causa este problema, por que eu acho que a família, apesar de tudo, ela tem o direito de escolher onde o filho vai estudar.

E7 – Creio que na parte técnica auxilia bastante. Elimina a burocracia, facilita bastante para os pais. [...] agora, existe algumas dificuldades, os alunos reclamam e os pais também, que é

sobre não poder colocar o aluno onde eles querem. [...] eu não tenho o número exato, mas creio que de dez a quinze por cento dos alunos matriculados na escola pegam a documentação para ir para outra escola. [...] o ponto negativo é basicamente a questão do pai não ter a opção de escolha.

E8 – [...] Na prática não acontece, não na totalidade [...] não dá certo porque a escola errou, porque matematicamente pela conta de luz, eles não fazem absolutamente nada errado, aí eles culpam a secretária por qualquer erro que possa acontecer. [...] o pai acaba conseguindo colocar o filho aonde ele quer [...] então é nesse sentido que eu acho que o georreferencial não acontece. [...] mas com certeza uma escola deve ficar inchada e uma outra deve ser reduzida [...] o georreferencial deveria funcionar sim, mas não funciona [...] eu creio que a idéia do governo é boa, é planejada. Investimentos em educação requerem planejamento, então, todo esse trabalho é positivo [...] o governo garante a vaga, mas não garante na escola que o pai quer.

Analisando as unidades de registro dos dois agentes sociais, o representante da equipe da SEED e os diretores das escolas da rede estadual de Campo Mourão, percebemos que o discurso do representante da SEED vai no sentido de justificar o método georreferenciado de matrículas como um mecanismo que organiza as matrículas na rede, buscando a eficiência e eficácia com a maior redução de custos possível.

A eficiência e eficácia se referem a atender a demanda por vagas na rede estadual, eliminando as filas em algumas escolas a cada início de ano, visto que o sistema se antecipa, acomodando toda a demanda.

A redução de custos percebe-se quando o entrevistado afirma que com o sistema é possível prever com segurança a necessidade de construção ou ampliação de escolas, bem como se economiza com transporte escolar.

O grupo de diretores concorda que o sistema é funcional do ponto de vista administrativo, porém salienta que ao mesmo tempo coíbe o direito de livre escolha dos pais, quer seja por considerar outras escolas melhores, ou porque um irmão acompanha o outro, ou por outras razões. Percebe-se, neste grupo, uma preocupação mais em nível pedagógico e social enquanto que a equipe da SEED coloca todas as escolas no mesmo nível quanto à qualidade

de ensino e justifica o sistema unicamente pelo viés da racionalidade.

Outro fator que chama atenção é que o segundo grupo desconhece de fato a origem do sistema. Enquanto que o primeiro entrevistado, sob a justificativa de que é responsável pela parte técnica, limitou-se a dar explicações sobre o seu funcionamento, atribuindo à sua chefia a competência de falar sobre a responsabilidade política do sistema.

3.3.2 Os Objetivos do Sistema

Analisamos as seguintes unidades de contexto desta categoria:

- a) Otimização de custos;
- b) Ampliação gradativa do sistema;
- c) Extensão do sistema para a rede municipal de ensino.

As unidades de registro desta categoria demonstram que a SEED, por meio do entrevistado E1, preocupa-se com a redução de gastos na educação e para que a economia seja a máxima possível. O Estado deseja em breve atingir todos os municípios com pelo menos duas escolas. Para os diretores entrevistados, E2, E3, E4, E6 e E7, o sistema tem por objetivo organizar melhor o sistema de matrículas na rede. O E5 e o E8 são mais contundentes ao afirmarem que o sistema não só é desnecessário, como não acontece na prática.

E1 – [...] Buscamos as localizações geográficas da moradia do aluno para um direcionamento para uma escola próxima desse aluno. [...] a possibilidade de gerenciar o espaço físico, como que está sua rede e onde se deve construir, onde se devem ampliar as escolas. [...] é ter todo um planejamento antecipado da situação do município. [...] se a demanda está crescente. [...] os alunos permanecem naquela escola, sempre perto de onde estão. [...] mas a grande maioria permanece no bairro. Acaba permanecendo no bairro. [...] e não achar que é ali que tem que ser construída. Eu posso indicar com precisão onde devemos atuar na construção ou ampliação. [...] com relação ao transporte escolar você tem uma, digamos, uma melhor utilização. [...] para se ter otimização de gastos que podem estar ocorrendo desnecessariamente em alguns municípios. [...] você pode em relação ao transporte escolar ter, como eu já havia dito, uma melhor utilização desse recurso. [...] esse ano estamos partindo

para municípios menores, com até duas escolas. [...] as escolas municipais, no primeiro ano os alunos já são georreferenciados. Em Curitiba, praticamente toda entrada é georreferenciada. [...] em Maringá nós temos este sistema. [...] Campo Largo também implantou. [...] e no ano passado entrou o município de Guarapuava [...] hoje já estamos praticamente nos municípios com duas escolas.

E2 – A segurança do aluno no seu território. [...] a questão do transporte. Se o aluno está aqui, não precisa ir para o centro. [...] manter o aluno no seu bairro.

E3 – Acho que ocorre uma melhor distribuição dos alunos conforme a região que eles moram.

E4 – [...] Às vezes ele vai estudar em uma escola mais distante, ele vai depender do chamado vale transporte.

E5 – [...] Eu acho isso uma aberração, é um custo altíssimo pra decidir sobre a escola A ou B, sendo que poderia ficar livre [...] mas eu penso que o georreferenciamento é cabível em cidade de grande porte apenas. [...] nós tivemos essa capacitação para diretores em Curitiba no início de junho e lá nos foi colocado que todos os municípios com no mínimo duas escolas estará sendo implantado o georreferenciamento. [...] o aluno não precisa andar tanto, não usa o transporte escolar.

E6 – [...] Então eu acho que o georreferenciamento tenta organizar melhor o espaço. [...] acaba distribuindo melhor os alunos entre as escolas.

E7 – Creio que na parte técnica auxilia bastante. Elimina a burocracia. [...] um ponto positivo é o aluno saber, de antemão, onde ele vai ser matriculado.

E8 – [...] O georreferencial deveria funcionar sim, mas não funciona. Se funcionasse representaria economia, seria economia no transporte escolar, no transporte coletivo [...] a questão de ônibus [...] depois que ele consegue colocar o filho onde quer, ele vai brigar por uma vaga no transporte escolar. Então essa questão do transporte escolar é negativa porque onera o Estado, o município.

As unidades de registros desta categoria nos faz observar que provavelmente existam outros objetivos no sistema que não apenas a otimização de custos, visto que em Campo Mourão,

cidade de médio porte, a movimentação de alunos de uma escola para outra continua grande.

O sistema é burlado todos os dias. Praticamente quem deseja estudar em uma escola que não é a mais próxima de sua residência, consegue, e como isto acontece? Será que as direções estariam manipulando as cartas que devem ser encaminhadas aos pais? Estariam estas direções disputando alunos ou até mesmo selecionando-os?

Considerando a possibilidade de esses fatos estarem acontecendo, então, realmente, não se justifica sua implantação em cidades médias e/ou pequenas com os objetivos mencionados pela SEED.

A idéia de que existam outros objetivos no sistema é o fato de que todos os entrevistados disseram desconhecer sua origem. O desconhecimento da origem pelos diretores é compreensível, eu mesmo não conhecia até iniciar este trabalho, mas o que pensar quando o departamento responsável pelo sistema na SEED afirma desconhecer a origem?

Estas considerações nos remetem a algumas inferências próprias de que o sistema contribui muito mais para o controle social do que para a otimização dos gastos.

3.3.3 Democratização e Qualidade das Escolas

Para a elaboração da categoria três, identificamos as seguintes unidades de contexto:

- a) A diferença está no pedagógico?
- b) A diferença está na estrutura física?
- c) As escolas centrais são as mais procuradas?

Observamos nas unidades de registro que o representante da SEED coloca todas as escolas em condições de igualdade, tanto na questão pedagógica, quanto na questão da estrutura física e os diretores entrevistados, com exceção do E7, fazem uma defesa um tanto quanto apaixonada da qualidade das suas escolas, mas concordam que há diferença na estrutura física.

E1 – [...] Então, ele tem essa liberdade. Se a escola que foi indicada não for do seu gosto, no período devido, ele pode fazer a escolha. [...] eu acho que a secretaria vê as escolas todas no

mesmo nível. Todas recebem os mesmos recursos. [...] agora, no caso de qualidade, do pai preferir aquela escola boa, entre aspas, por ser a melhor do município, então ele sempre tem a opção de, no período devido, poder realizar a transferência na rede. [...] a parte pedagógica eu não me envolvo muito.

E2 – Não. Não vejo diferença porque os professores que trabalham na escola do bairro são os mesmos que trabalham nas escolas centrais. O conteúdo e o planejamento são o mesmo, não tem diferença. [...] não, o aluno que reside na área de abrangência de outra escola não vem procurar vaga nesta.

E3 – [...] O nosso colégio é um colégio de periferia e nós temos cinquenta por cento dos nossos alunos que não estudam aqui e sim em outros colégios e conseguem a vaga. [...] eu já percebi é que os colégios da área central, eles são superlotados. [...] e os colégios de periferia já praticamente faltam alunos em sala de aula, nós temos salas ociosas. [...] eu acredito que eles acham que o ensino da área central seja melhor do que o da periferia, não tem outra explicação. [...] a não ser na questão da infra-estrutura, que alguns colégios da área central têm mais. Agora os professores são os mesmos, então acho que não. [...] porque alunos do nosso geo, eles conseguem, não sei como, de que jeito, eles conseguem vaga em outros colégios.

E4 – Dificilmente! Saem poucas transferências. [...] tudo depende da administração e depende também do corpo docente, dos pedagogos. [...] tem diferença sim. [...] a questão também da cobrança que é maior. [...] então a cobrança é bastante grande. [...] então é o trabalho do professor, é o trabalho dos pedagogos, é esta a diferença. [...] talvez o professor tenha mais empenho numa escola do que em outra, ou será que uma escola cobra do professor mais do que a outra?

E5 – [...] Mas boa porcentagem nem chega a nos procurar, já vai pra lista de espera da escola onde ele quer a vaga. [...] um bom tanto nem vem aqui, já ficam na espera da outra escola vizinha. [...] de jeito nenhum. [...] eu não consigo ver o professor trabalhar com qualidade ótima numa escola e com qualidade regular em outra escola. [...] a nossa escola, por exemplo, amargou o pior IDEB de dois mil e cinco de Campo Mourão e fomos para o IDEB de dois mil e sete como o segundo de Campo Mourão.

E6 – Na qualidade da educação eu acho que não existe. Acho que existe diferença de organização de escola para escola. [...] no sentido de direção, de equipe pedagógica, de um

trabalho mais coletivo com professores e funcionários. [...] talvez por acharem que as escolas centrais tem profissionais mais capacitados. [...] tem alunos que se adaptam às escolas centrais mesmo morando em bairro afastado e outros não. [...] o espaço físico mais adequado, isso também chama muito atenção do aluno.

E7 – Eu acho que de uma instituição para outra pode haver diferença sim. [...] nas escolas de periferia é muito comum professores sem experiência. [...] nas escolas mais centrais observa-se que o professor tem padrão na escola. [...] todo ano existe a rotatividade, é superior a cinquenta por cento. [...] de dez a quinze por cento dos alunos matriculados na escola pegam a documentação para ir para outra escola.

E8 – [...] Mas com certeza uma escola deve ficar inchada e uma outra deve ser reduzida [...] todo mundo sabe. Esta escola tem a maior preferência pela estrutura, pelo maior investimento do Governo, pela preferência que às vezes ela não é tão implícita, ela é quase explícita e os pais vão muito [...] a gente sabe de alunos que atravessam a cidade inteira [...] na questão pedagógica, de qualidade de ensino, não tem, mesmo porque os professores são praticamente os mesmos, as instruções são as mesmas, a capacitação também [...] o que tem é aquela visão de que uma escola bem centralizada, que já tem um nome, acaba dando mais status a quem nela estuda e até o aluno se sente feliz em falar que estuda em tal colégio [...] a qualidade de ensino depende mais do corpo pedagógico, dos professores, do que da estrutura que é montada [...] os pais da área central são mais conscientes, acompanham mais, cobram mais e pensam na continuidade da educação dos filhos, logo querem resultados e isso acaba influenciando o resultado das avaliações como o ENEM e o IDEB.

Os dados confirmam que existe diferença na qualidade entre as escolas da rede. O IDEB e o ENEM são maiores nas escolas centrais em relação às escolas dos bairros. A questão é o que proporciona esta diferença. O entrevistado E1 afirma que a mantenedora não discrimina nenhuma escola, que os recursos são distribuídos equitativamente entre elas. Os entrevistados E2 a E7 fazem uma defesa contundente quanto ao trabalho dos professores, mas afirmam que algumas escolas possuem estrutura física melhor que outras e que isto pode ter implicações na qualidade do ensino.

Apenas o entrevistado E7 revela uma situação comum e importante nas escolas de bairro. É o fato de que, enquanto as escolas centrais possuem um quadro de professores, na sua maioria,

efetivos, as escolas mais retiradas sofrem com a rotatividade de educadores todos os anos, que no caso de sua escola, chega a mais de cinquenta por cento.

As afirmações do entrevistado E7 revelam que os professores efetivos preferem trabalhar nas escolas centrais por estarem mais próximas de suas residências e por elas possuírem estrutura física melhor. Isto faz com que o ano letivo inicie de forma mais organizada e o quadro de professores consegue dar sequência a uma metodologia de trabalho. Tem professor que inicia com uma turma de quinta série, por exemplo, e a acompanha por quatro anos, até a conclusão do ensino fundamental. O mesmo acontece no ensino médio.

Mas porque as escolas centrais são mais bem equipadas, tanto pedagogicamente quanto na estrutura física? Alguns fatores explicam: geralmente são as escolas mais antigas do município e, portanto, há mais tempo recebem investimentos. Como já mencionado, os professores efetivos as preferem, dada a facilidade de acesso. O fato de serem as mais antigas lhes confere o status de tradição, o que atrai os pais mais preocupados com a educação dos filhos. Quanto aos educandos, percebe-se que os das escolas centrais têm mais acesso às tecnologias atuais, especialmente à internet.

Concordamos com os diretores quando afirmam que os professores que trabalham nas escolas centrais e de bairros devem ministrar os mesmos conteúdos, entretanto, entendemos que as condições de trabalho interferem nesse processo.

Outro fato importante levantado pelo E8 é que existe escola no município que recebe atenção especial e que esta atenção chega a ser explícita. Esta observação é unânime entre os entrevistados.

3.3.4 O Resultado do georreferenciamento na Visão dos Agentes Sociais

Para a elaboração desta categoria, identificamos as seguintes unidades de contexto:

- a) O sistema não foi devidamente incorporado pelas direções e pelos pais;
- b) Numa cidade de médio porte como Campo Mourão, o sistema parece ser desnecessário;
- c) O antigo sistema de fluxo atendia às necessidades do município.

Nas unidades de registro, percebemos que o sistema é burlado tanto pelos pais como por algumas direções que “disputam” os alunos. O representante da SEED faz uma defesa contundente do sistema e se recusa falar sobre as ações judiciais impetradas por pais que desejam manter seus filhos em determinadas escolas, a exemplo do que aconteceu no município de Londrina em 2007 e veiculado no Jornal Folha de Londrina de 19 de dezembro de 2007. Na ocasião, mais de cem alunos de quarta e oitava séries do ensino fundamental dos colégios estaduais Newton Guimarães, Aplicação e Hugo Simas conseguiram liminares na justiça para permanecerem nestas escolas no ano seguinte. Por causa do georreferenciamento, os estudantes teriam de ser transferidos para colégios mais próximos de suas residências. A mãe que encabeçou o movimento classificou a medida do governo como uma “invasão de privacidade”, e disse mais: deveríamos ter o direito de escolher uma escola melhor para nossos filhos, para que eles concorram de igual para igual quando forem prestar vestibular” (Folha de Londrina, 2007). Vejamos o que disseram os entrevistados:

E1 – [...] Apesar de que anteriormente nós tínhamos um outro sistema de matrículas, que seria por fluxo. Seria a escola municipal mais próxima da estadual. [...] praticamente foram os municípios com três escolas e até abaixo. Esse ano estamos partindo para municípios menores, com até duas escolas. [...] hoje já estamos praticamente nos municípios com duas escolas. [...] então o pai não tem necessariamente que matricular o aluno naquela escola que foi indicado pela secretaria. [...] então ele tem essa liberdade. [...] essa questão judicial eu não acompanhei. [...] no caso de qualidade, do pai preferir aquela escola boa, entre aspas, por ser a melhor do município, então ele sempre tem a opção de, no período devido, poder realizar a transferência na rede. [...] o resultado é satisfatório. [...] você não vê as filas que ocorriam antes nas escolas. [...] hoje é uma comodidade em relação a isto. [...] é sempre bom estudar próximo de casa né!

E2 – (Pontos negativos) – não tenho nada para mencionar. [...] não, o aluno que reside na área de abrangência de outra escola não vem procurar vaga nesta.

E3 – Sim, eu concordo, mas acho que ele não vem sendo cumprido. [...] nós temos cinquenta por cento dos nossos alunos que não estudam aqui e sim em outros colégios e conseguem a vaga. [...] os colégios da área central, eles são superlotados. [...] nós temos salas ociosas. [...] a questão do não controle disso. [...] então cada aluno deveria ficar na sua região e nós temos salas ociosas, porque estes alunos estão em outro colégio com salas superlotadas.

E4 – Fere o direito de o cidadão brasileiro procurar a escola que mais lhe convém para o seu filho. [...] isto impede que ele busque a escola que está mais distante da sua casa. [...] porque você está forçando o aluno a estudar naquela escola próxima da sua casa, e ele não quer estudar ali, ele quer conhecer um novo ambiente, então está forçando o aluno a estudar naquela escola.

E5 – Eu diria nem que sim, nem que não na verdade. Eu acho que ele é sim em algumas cidades e não em outras. [...] mas em cidades do porte da nossa ou até menor, tem cidade que tem duas ou três escolas apenas no município e querem aplicar o georreferenciamento. [...] eu acho isso uma aberração, é um custo altíssimo pra decidir sobre a escola A ou B, sendo que poderia ficar livre. [...] atenderia se todos que receberam a carta para vir pra esta escola, procurassem no tempo normal de matrícula. [...] então eu atenderia se todos viessem, mas o que acontece é isso, um bom tanto nem vem aqui. [...] nem sempre a escola perto da casa é a escola que é da vontade da família. Às vezes na família tem irmãos, pessoas que vão e voltam juntas. [...] os pais preferem pôr em outra escola, onde um irmão mais velho estuda, então podem ir juntos.

E6 – [...] Ele acaba não dando muita abertura para o aluno escolher o seu local de estudo. [...] ele ainda traz bastante confusão nas escolas no início do ano na hora de realizar as matrículas. [...] então, acho que acaba limitando muito essa questão do aluno não poder escolher onde vai estudar.

E7 – [...] Os alunos reclamam e os pais também, que é sobre não poder colocar o aluno onde eles querem. [...] um ponto positivo é o aluno saber de antemão, onde ele vai ser matriculado. [...] o ponto negativo é basicamente a questão do pai não ter a opção de escolha.

E8 – Eu não concordo, porque na prática não acontece [...] realmente eu acho que é um tempo perdido [...] então eu acho que não atende o chão da escola, não satisfaz [...] o pai acaba conseguindo colocar o filho onde ele quer [...] é nesse sentido que eu acho que esse georreferencial não acontece [...] há movimento de alunos na cidade toda, porque ele escolhe a escola que quer [...] o georreferencial deveria funcionar sim, mas não funciona [...] é uma forma de controle [...] o pai acaba conseguindo colocar o filho onde ele quer, por pressão, com ajuda de terceiros [...] quando era só para as quintas séries, eu achava que funcionava um pouco melhor [...] eu acredito que não é necessário Campo Mourão ter o georreferencial. [...]

nós sabemos que o pai às vezes nem faz a matrícula [...] ele faz a matrícula em dois lugares e depois opta por onde tem preferência.

A análise desta categoria revela que, com exceção do E1, os demais são unânimes em afirmarem que o sistema georreferenciado de matrículas, na prática, não acontece. O E3, por exemplo, relata que cinquenta por cento dos alunos da sua área de abrangência conseguem matricular-se em outras escolas. Para que isto aconteça, é necessário que as outras escolas desconsiderem a carta enviada pela SEED determinando o local de matrícula dos alunos.

Outro fato pode estar ocorrendo, a seleção de alunos. Através do sistema SERE, é possível acessar o boletim de qualquer aluno da rede. Desta forma, é possível aceitar os alunos “desejáveis”, mesmo que pertençam à área de abrangência de outra escola e descartar os alunos “indesejáveis” com o artifício do georreferenciamento.

Os entrevistados relatam que sofrem pressão no início do ano por parte dos pais, amigos e políticos que procuram a escola solicitando vagas. As escolas centrais são as mais pressionadas e acabam recebendo grande quantidade de matrículas dos bairros por conta disso.

Os entrevistados identificados como E1 e E8 lembram que antes o sistema de matrículas era por fluxo, ou seja, as escolas estaduais recebiam na quinta série os alunos egressos da quarta série das escolas municipais mais próximas e que estes alunos, se quisessem, permaneciam até a conclusão do ensino médio, não era necessário georreferenciá-los da oitava para a primeira série, mesmo que este aluno tivesse mudado para longe, sua vaga continuaria garantida. Este mecanismo realmente funcionava e sempre havia transferências expedidas e recebidas por motivos vários, gerando a movimentação de uma porcentagem de educandos entre as escolas. Considerando que as filas no período de matrículas em Campo Mourão ocorriam somente em uma das escolas da rede estadual, que é a mais antiga, mais central e, portanto, a mais tradicional, nos parece pouca a justificativa para a implantação do sistema. O que mais haveria?

3.4 ANÁLISE E RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

A exploração dos dados da pesquisa nos questionários nos permitiu uma quantidade demasiada de inferências. Delimitamos algumas categorias que julgamos mais pertinentes. Para isto, realizamos a chamada leitura flutuante proposta por Bardin (1977) e definimos as seguintes categorias:

- a) Categoria 1 – Grau de instrução;
- b) Categoria 2 – Renda familiar;
- c) Categoria 3 – A qualidade das escolas na opinião dos entrevistados;
- d) Categoria 4 – Nível de aceitação do sistema georreferenciado de matrículas;

3.4.1 Grau de Instrução

Estabelecemos esta categoria porque acreditamos que a criação do sistema georreferenciado de matrículas está relacionado com o grau de instrução da população. O georreferenciamento escolar acomoda as classes sociais promovendo o controle social, ao mesmo tempo em que gera economia para o Estado, principalmente com transporte escolar. Para Lefebvre (2008), a urbanização da sociedade é acompanhada de uma deterioração da vida urbana: explosão dos centros, pessoas segregativamente repartidas no espaço. E mais:

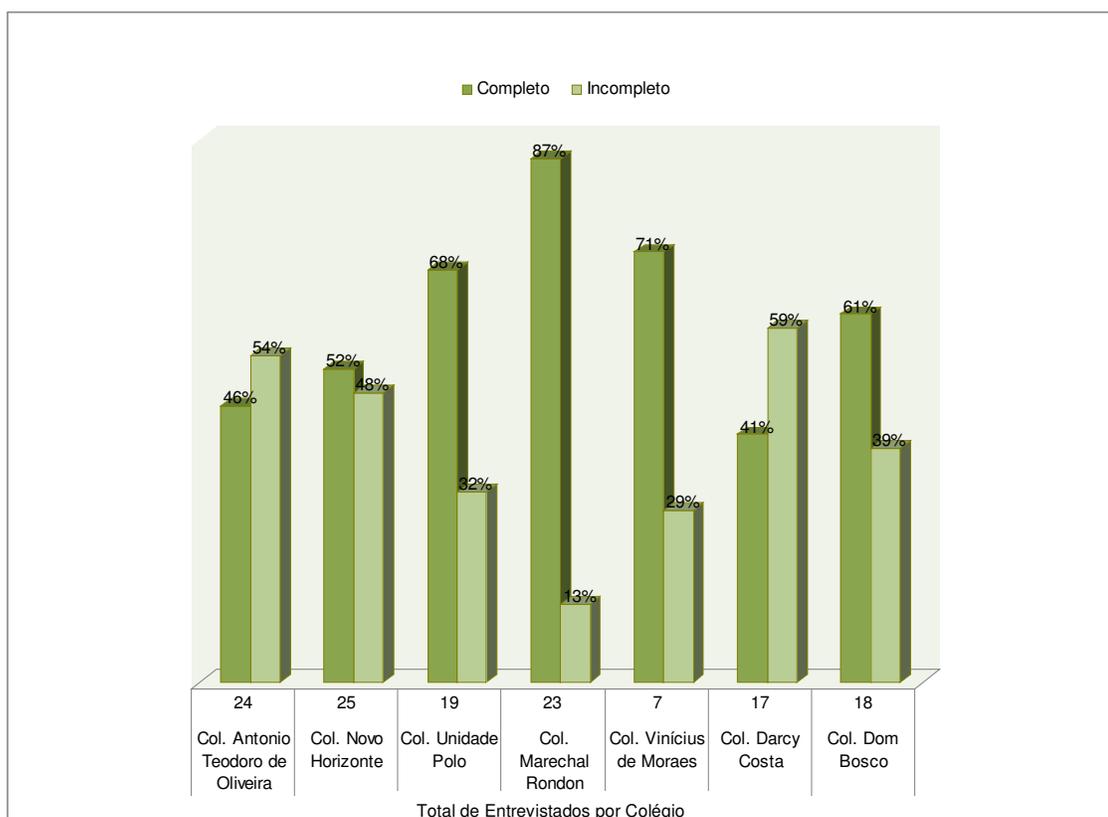
O caso limite, o último resultado é o gueto. Observemos que há vários guetos e tipos de guetos: os dos Judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devida às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos da riqueza. O lazer tem seus guetos (LEFEBVRE, 2008, p. 98).

Então parece correto afirmar que o georreferenciamento escolar cria guetos no entorno de cada escola com características próprias. Os três gráficos a seguir mostram o grau de instrução dos pais pesquisados. Por si só, este dado revela uma forma de segregação e o que responderam tem relação direta com o nível de escolaridade.

Quadro 2 – Ensino Fundamental.

Colégio	Total Entrevistas	Completo	Incompleto
Col. Antonio Teodoro de Oliveira	24	46%	54%
Col. Novo Horizonte	25	52%	48%
Col. Unidade Pólo	19	68%	32%
Col. Marechal Rondon	23	87%	13%
Col. Vinicius de Moraes	07	71%	29%
Col. Darcy Costa	17	41%	59%
Col. Dom Bosco	18	61%	39%
Total	133		

Fonte: O autor, 2009.

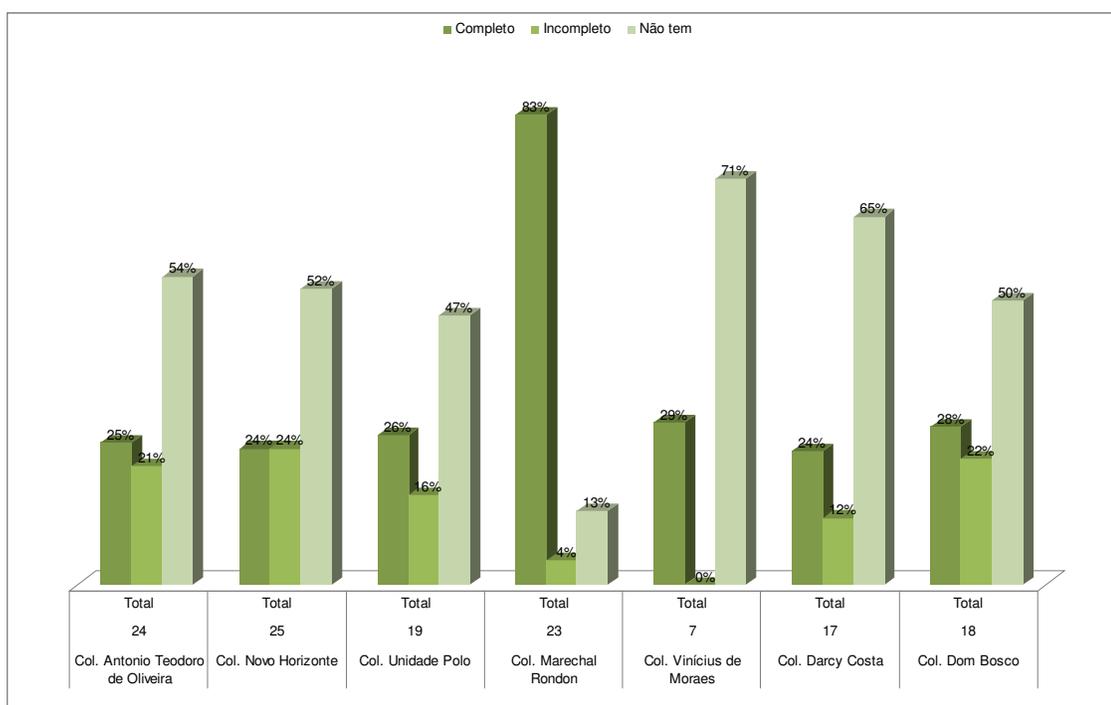
**Figura 5 – Gráfico do Ensino Fundamental.**

Fonte: O autor, 2009.

Quadro 3 – Ensino Médio.

Colégio	Total Entrevistas	Completo	Incompleto	Não Tem
Col. Antonio Teodoro de Oliveira	24	25%	21%	54%
Col. Novo Horizonte	25	24%	24%	52%
Col. Unidade Pólo	19	26%	16%	47%
Col. Marechal Rondon	23	83%	04%	13%
Col. Vinícius de Moraes	07	29%	0%	71%
Col. Darcy Costa	17	24%	12%	65%
Col. Dom Bosco	18	28%	22%	50%
Total	133			

Fonte: O autor, 2009.

**Figura 6 – Gráfico do Ensino Médio.**

Fonte: O autor, 2009.

Quadro 4 – Ensino Superior.

Colégio	Total Entrevistas	Completo	Incompleto	Não Tem
Col. Antonio Teodoro de Oliveira	24	25%	21%	54%
Col. Novo Horizonte	25	24%	24%	52%
Col. Unidade Pólo	19	26%	16%	47%
Col. Marechal Rondon	23	83%	04%	13%
Col. Vinícius de Moraes	07	29%	0%	71%
Col. Darcy Costa	17	24%	12%	65%
Col. Dom Bosco	18	28%	22%	50%
Total	133			

Fonte: O autor, 2009.

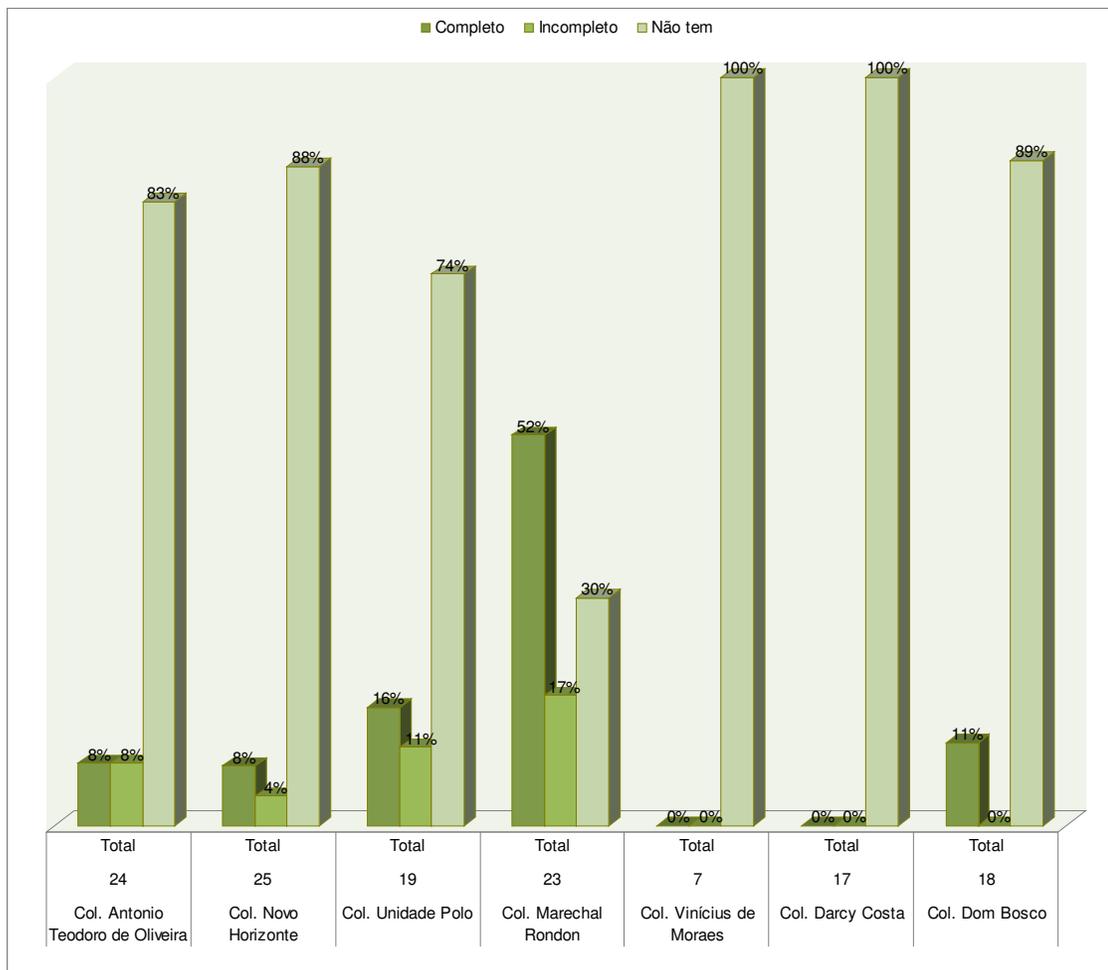


Figura 7 – Gráfico do Ensino Superior.

Fonte: O autor, 2009.

A figura 5 mostra a enorme diferença do colégio mais central de Campo Mourão, o Marechal Rondon, em relação aos demais. Este colégio detém a maior porcentagem de pais com ensino fundamental completo, 87%; em segundo lugar, está o Colégio Vinicius de Moraes com 71%; em terceiro, o Colégio Unidade Polo com 68%; em quarto, o Colégio Dom Bosco com 61%; em quinto o Colégio Novo Horizonte com 52%, em sexto o Colégio Antonio Teodoro de Oliveira com 46% e em último, o Colégio Darcy José Costa com 41%.

Na figura 6 – Ensino Médio a diferença aumenta muito, vejamos: o Colégio Marechal Rondon apresenta 83% dos pais com ensino médio completo, enquanto que nos demais colégios este índice cai consideravelmente. O Colégio Vinicius de Moraes tem apenas 29%; o Colégio Unidade Polo tem 26%; o Dom Bosco 28%, o Novo Horizonte 24%, o Antonio Teodoro de Oliveira 25% e o Darcy José Costa 24%.

Quando observamos a figura 7 - ensino superior notamos ficar clara a contradição entre a principal escola central e as demais; o Marechal Rondon apresenta 52% dos pais com ensino superior completo; O Darcy José Costa e o Vinicius de Moraes declararam que 100% dos pais não possuem ensino superior; o Dom Bosco, apenas 11% possui ensino superior, o Unidade Polo, 16%; Novo Horizonte, 8% e Antônio Teodoro de Oliveira 8%.

Um fato chama atenção: O Colégio Unidade Polo localizado na área central da cidade tem porcentagem de pais com ensino fundamental completo menor que o Colégio Vinicius de Moraes e próximo do Colégio Dom Bosco. Estas duas escolas são as mais distantes do centro, o que explica, então, este fato? Embora o Colégio Unidade Polo esteja no quadro central da cidade, ele está exatamente na extremidade deste quadro. Ao norte de sua localização, estão alguns dos bairros mais carentes e este é o colégio mais próximo que oferta o ensino médio, logo, ainda que sua localização seja considerada central, sua clientela é, preponderantemente, dos bairros, sendo que alguns são muito carentes.

A análise do grau de instrução é importante, porque revela que a parcela da sociedade que possui mais escolaridade é a que ocupa a área central da cidade, não só para estudar, mas para trabalhar e morar. É também, a porção da sociedade que possui a maior renda familiar, conforme Gráfico 4

A renda somada com o grau de instrução favorece o acesso à informação e ao conhecimento, gerando, assim, como diria Lefebvre (2008), o gueto dos favorecidos.

3.4.2 Renda Familiar

Estabelecemos esta categoria, porque entendemos que a renda familiar é responsável por promover ou não a mobilidade das pessoas. Na verdade, a renda é o que define o local de moradia, a escola onde se vai estudar, enfim, o estilo de vida das pessoas. A renda, assim como a religião e outros fatores, funcionam como inibidores de um estado democrático, porque se não há renda, não há acesso, logo, não há liberdade, portanto não há democracia. Touraine (1996) define democracia pela interdependência de três princípios: limitação do poder, representatividade e cidadania e não pelo domínio de um deles.

Fazemos esta citação para mostrar que o georreferenciamento escolar se revela antidemocrático. Não houve participação da sociedade, sequer das direções de escolas para decidir sobre sua implantação. Logo não houve o quesito da representatividade. Se foi imposto pelo governo, desrespeitou-se o quesito da limitação do poder, por conseqüência, o quesito cidadania fica comprometido.

Relembramos aqui, a hipótese levantada no projeto de pesquisa de que o georreferenciamento escolar não contribui para a democratização da escola pública, a qual pretendemos comprovar ao final deste. O gráfico a seguir mostra a diferença na renda familiar entre as escolas.

Quadro 5 – Renda Familiar.

Colégios	Menos de 1 Sal.	De 1 a 3 Sal.	De 3 a 6 Sal.	Mais de 6 Sal.	Não Citou
Col. Antonio Teodoro de Oliveira	00	16	06	01	01
Col. Novo Horizonte	03	18	03	01	00
Col. Unidade Pólo	01	09	06	02	01
Col. Marechal Rondon	01	09	10	03	01
Col. Vinícius de Moraes	00	04	03	00	00
Col. Darcy Costa	03	12	02	00	00
Col. Dom Bosco	02	14	02	00	00

Fonte: O autor, 2009.

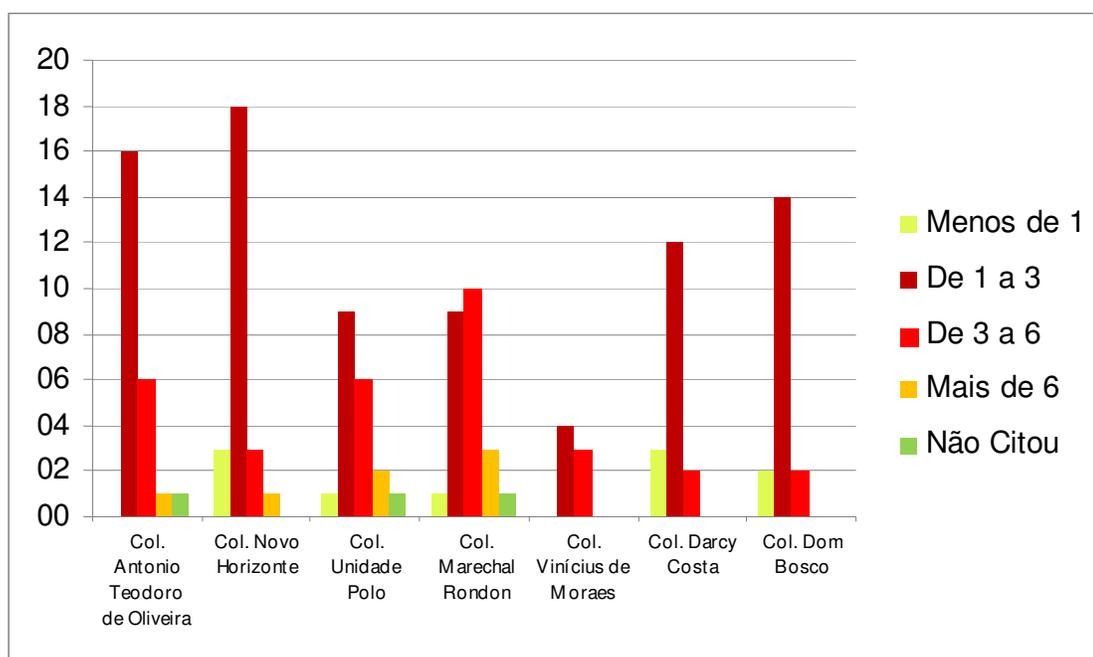


Figura 8 – Renda Familiar.

Fonte: O autor, 2009.

A escola mais central se destaca das demais, tanto pela renda maior, como pelas profissões mencionadas na pergunta número dois do questionário destinado aos pais conforme Apêndices IX e X. Aparecem profissões como bancário, agrônomo, jornalista, enquanto que nas demais escolas predominam atividades como diarista, zeladora, doméstica, dentre outras.

A limitação financeira obriga as pessoas a buscarem o transporte coletivo para sua locomoção. No caso dos estudantes, o governo oferece o transporte escolar com ônibus das prefeituras e/ou o transporte coletivo das empresas particulares, ambos subsidiados pelo governo do estado.

A resposta à pergunta quatro do questionário destinado aos pais revela que o georreferenciamento escolar contribui para que o governo economize com transporte de alunos. Apenas 7,28% afirmaram utilizar ônibus como meio de transporte, sendo que a maioria, 70,28% disse que os filhos vão a pé para a escola. Na resposta à pergunta número seis, onde os pais foram questionados sobre qual meio de transporte usariam caso conseguissem transferir os filhos para outra escola de sua preferência, o índice vai a 25,56% dos 14,28% que responderam na questão número cinco que se pudessem transfeririam o filho (a) para outra escola.

O que constatamos na pesquisa é que o georreferenciamento escolar gera economia de transporte e que esta economia pode ser ampliada na medida em que o georreferenciamento também o for e que a necessidade do governo de subsidiar o transporte reside no fato de que o estado tem a obrigação de oferecer educação a população e isto implica proporcionar o acesso e, ainda, que a população, em virtude da baixa renda, não consegue suprir sozinha esta necessidade.

3.4.3 A Qualidade das Escolas na Opinião dos Entrevistados

Evidencia-se que 42,86% dos entrevistados responderam que há diferença na qualidade da educação ofertada pelas escolas e 57,14% disseram que não há. Dentre os motivos alegados, destacamos aqueles que mais chamaram atenção:

1) Quem faz a diferença são os professores – este item apareceu dez vezes e nos remete ao

diretor entrevistado identificado como E7 que deu a seguinte resposta sobre a qualidade das escolas: [...] eu acho que de uma instituição para outra pode haver diferença sim. [...] nas escolas de periferia é muito comum professores sem experiência. [...] nas escolas mais centrais observa-se que o professor tem padrão na escola. [...] todo ano existe a rotatividade, é superior a cinquenta por cento. [...] de dez a quinze por cento dos alunos matriculados na escola pegam a documentação para ir para outra escola.

O diretor e os pais têm razão ao afirmarem que os professores contribuem para a qualidade da educação ofertada pelas escolas. As escolas centrais são as primeiras a serem escolhidas pelos professores concursados no momento de fixarem padrão. Quanto mais distante for a escola, maior será o número de professores com contrato temporário e, conseqüentemente, a rotatividade será, também, maior. Um pai respondeu que os professores melhores e mais preparados preferem as escolas de centro. É fato e o que determina isto, é, também, e, principalmente, a questão do transporte.

O governo poderia socializar a distribuição dos professores pelas escolas oferecendo em espécie, na quantia apropriada, os recursos para locomoção dos trabalhadores conforme a distância, mas não o fará porque o objetivo é a economia.

2) Quem faz a diferença é a direção e a diferença está no regimento escolar – estes itens aparecem sete vezes cada e revelam que a sociedade compara as administrações escolares e as regras e normas contidas nos regimentos escolares como, por exemplo, o cumprimento de horários e o uso do uniforme.

3) Tem escola com melhor estrutura – este item aparece seis vezes e com razão. Vejamos algumas respostas dadas na pergunta número oito do questionário:

- a) As escolas dos bairros não são verde-abacate – esta resposta faz referência à principal escola da área central que é pintada de verde e parece revelar sentimento de “raiva” do entrevistado;
- b) Sim, esteticamente, pois são centrais. O estado foca somente nessas escolas e as dos bairros, só Deus que olha;
- c) As do centro são mais bonitas porque só estuda playboy – esta resposta tem sentido parecido com a da letra “A”;

- d) Os governantes favorecem aquilo que é mais visto pela sociedade. Basta fazer uma visita que a diferença é nítida;
- e) Porque centro é centro.

Estas respostas que destacamos e as demais que se encontram no apêndice número X são coerentes. A população reconhece perfeitamente as diferenças entre as escolas.

4) Tem escola mais exigente que oferece mais conteúdo – este item aparece seis vezes e faz referência às escolas centrais. Outras respostas reforçam a idéia que se tem de que as escolas centrais são melhores, vejamos: “porque centro é centro”; “as carteiras são sujas, o grau de ensino é baixo”; “as escolas de bairro dependem do governo e as centrais não”; “as escolas centrais utilizam computadores, as dos bairros não muito. A estrutura física é diferente” e “o estudo é de melhor qualidade nas escolas centrais. Os alunos fazem até piada com as escolas de bairro, chamando de favelados”.

Percebe-se nesta categoria que além de serem verdadeiras as citações quanto à qualidade, tanto da estrutura física, como pedagógica, existe outra questão que é a da discriminação. Termos como playboy e favelados são de fato utilizados pelos alunos, ora para referirem-se aos que moram e/ou estudam no centro, ora para referirem-se aos que residem e estudam nos bairros, os professores sabem bem disso.

O georreferenciamento escolar ao forçar a fixação das pessoas nas escolas próximas de suas casas contribui para acirrar os sentimentos de preconceito e discriminação e tira da escola a capacidade extraordinária que lhe é peculiar de socializar sentimentos como o de tolerância, por exemplo.

3.4.4 Nível de Aceitação do Sistema Georreferenciado de Matrículas

A partir das entrevistas com os diretores e dos questionários aplicados aos pais, percebemos que o georreferenciamento escolar funciona parcialmente, atingindo a parcela mais carente da população que reúne todas as dificuldades possíveis, quais sejam: financeira, necessidade de cuidar da casa e de irmãos mais novos, lidar com o preconceito, dentre outros. Aquelas pessoas que querem matricular-se em outras escolas que não da sua área de abrangência,

conseguem. Vejamos o que respondeu uma mãe na questão número nove do questionário aplicado aos pais: “favorece a comunidade da escola. É uma boa forma de organização, **existe flexibilidade**” (grifo nosso). Ora! O “existe flexibilidade” significa dizer que quem quer e tem condições burla o sistema.

O diretor de uma das escolas mais distantes do centro identificado como E3 nos dá uma dimensão mais exata da aceitação do sistema quando questionado se concorda ou não com o método georreferenciado de matrículas. Vejamos o que respondeu o diretor: “Sim, eu concordo, mas acho que ele não vem sendo cumprido, porque o nosso colégio é um colégio de periferia e nós temos cinquenta por cento dos nossos alunos que não estudam aqui e sim em outros colégios e conseguem a vaga”.

Outro fato que comprova o funcionamento parcial do sistema é detectado na análise do que responderam os pais nas perguntas três e cinco do questionário. A questão número três pergunta se os pais matricularam seus filhos por meio do método georreferenciado de matrículas, sendo que 55,63% responderam que sim e 42,10% que não. A questão número cinco pergunta se os pais transfeririam seus filhos para outra escola. 14,28% responderam sim e 85,72% disseram não.

Se considerarmos que 42,10% não matricularam seus filhos obedecendo ao georreferenciamento e que 14,28%, se pudessem, transfeririam seus filhos para outra escola teríamos um total de 56,38% da população que não aprova o sistema.

3.5 A REALIDADE DAS ESCOLAS PESQUISADAS: UMA ANÁLISE DOS COLÉGIOS NOVO HORIZONTE, VINÍCIUS DE MORAES E UNIDADE POLO

Para averiguarmos sobre as declarações da existência de diferença na qualidade entre as escolas, tanto pedagógica, quanto fisicamente, selecionamos três escolas e alguns itens de comparação. As escolas periféricas escolhidas foram o Colégio Novo Horizonte e o Vinicius de Moraes e da área central escolhemos o Colégio Unidade Polo. Para definirmos os itens de comparação, levamos em consideração o que disseram os diretores nas entrevistas e o que responderam os pais nos questionários. Os itens analisados foram: dependências administrativas; existência de laboratórios de física, química e biologia; quadra poliesportiva;

laboratório de informática; refeitório; quadro de professores e os índices do ENEM (Quadro 6, 7 e 8).

Quadro 6 - Infra-Estrutura dos Colégios.

Instalações	Novo Horizonte	Vinícius de Moraes	Unidade Polo
Dependências Administrativas	Inadequado	Inadequado	Adequado
Laboratório de Informática	Inadequado	Inadequado	Adequado
Laboratório de Química, Física e Biologia	Não possui	Não possui	Inadequado
Quadra Poliesportiva	Inadequado	Adequado	Adequado
Refeitório	Não possui	Não possui	Adequado

Fonte: O autor, 2009.

Quadro 7 - Recursos Humanos – Quadro de Professores dos Colégios.

Professores	Novo Horizonte		Vinícius de Moraes		Unidade Polo	
	<i>Março</i>	<i>Dezembro</i>	<i>Março</i>	<i>Dezembro</i>	<i>Março</i>	<i>Dezembro</i>
Professores efetivos lotados no estabelecimento	02	02	18	13	40	18
Professores efetivos não lotados no estabelecimento	04	05	8	09	17	20
Professores efetivos com aulas extraordinárias	06	04	15	16	15	18
Professores com contrato temporário	03	07	16	27	11	34

Fonte: O autor, 2009.

Quadro 8 - Resultados do ENEM.

ANO	COLÉGIOS		
	Novo Horizonte	Vinícius de Moraes	Unidade Polo
2005	42,09	40,84	42,56
2006	39,13	41,71	42,76
2007	45,05	49,90	51,64
2008	44,05	49,39	48,66
Média dos quatro anos	42,58	45,46	46,40

Fonte: O autor, 2009.

Em relação aos dados do quadro 6 quanto à infra estrutura, observamos que as do Colégio Unidade Polo são melhores do que as do Colégio Novo Horizonte e Vinícius de Moraes. Nas dependências administrativas do Colégio Novo Horizonte e Vinicius de Moraes notamos que os espaços são inadequados. Uma das razões é o fato de que os dois colégios citados compartilham suas dependências com escolas da rede municipal, enquanto que o Colégio Unidade Polo funciona em prédio próprio com ambientes destinados a cada função administrativa e pedagógica.

Quanto ao laboratório de informática, constatamos que os três colégios possuem os equipamentos enviados pelo Governo do Estado, porém, tanto o laboratório do Colégio Novo Horizonte como o do Vinicius de Moraes funcionam em salas adaptadas. Enquanto no Novo Horizonte foi utilizada uma sala de aula; no Vinicius de Moraes, o laboratório foi instalado na biblioteca. No Colégio Unidade Pólo, o laboratório funciona em ambiente próprio.

No quesito laboratório de física, química e biologia, verificamos que o Colégio Novo Horizonte e Vinicius de Moraes não os possuem. O Colégio Unidade Polo possui os três laboratórios em um mesmo ambiente e conta com uma funcionária administrativa efetiva formada em química para assessorar os professores.

Em relação à quadra poliesportiva, o Colégio Novo Horizonte possui uma quadra coberta, porém inadequada, visto que a mesma é aberta, o que possibilita a entrada de sol em determinados horários e da chuva. O Colégio Vinicius de Moraes tem um ginásio de esportes, portanto adequado. O Colégio Unidade Polo possui dois ginásios de esportes, além de um campo de futebol e pista de atletismo.

O Colégio Novo Horizonte e o Vinicius de Moraes não possuem refeitório, obrigando os alunos fazerem suas refeições em pé no pátio. O Colégio Unidade Polo tem ambiente adequado com mesas e cadeiras.

Em relação aos dados do quadro 7, quanto ao quadro de professores dos referidos colégios, analisamos as demandas do mês de março e dezembro com o intuito de verificarmos a movimentação de professores com base nestes dois momentos, início e término do ano letivo, ainda que a movimentação ocorra durante todo o ano. Consideramos o quadro de professores efetivos no estado lotados no estabelecimento; os efetivos não lotados no estabelecimento; os efetivos lotados ou não com aulas extraordinárias e os com contrato temporário¹.

Os dados obtidos no quadro 7 indicam que os colégios mantêm a maioria dos seus professores efetivos. Porém verificamos também que muitos desses efetivos lotados no estabelecimento

¹ Professores efetivos são os concursados. Os efetivos com lotação são os concursados fixados nos estabelecimentos de ensino. Os efetivos sem lotação são aqueles concursados e não fixados nos estabelecimentos de ensino. As aulas extraordinárias se referem a complementação de carga horária a que tem direito os professores concursados. Os contratos temporários se referem aos professores contratados para suprir carga horária existente e não suprida pelos efetivos.

estão fora de suas funções, atuando no NRE ou remanejados para colégios centrais ou próximos às suas residências, mas mantendo suas lotações no colégio de origem. Isto desencadeia a movimentação em série de professores efetivos, tanto de parte dos que tem lotação como daqueles que não possuem, mas que completam sua carga horária em mais de um colégio. Esta situação explica a diferença do número de professores lotados no estabelecimento em março e dezembro. Esta grande movimentação pode ser observada no exemplo do Colégio Vinícius de Moraes quando no mês de março contava com 18 professores lotados e 16 contratos temporários e no mês de dezembro o número de lotados no estabelecimento caiu para 13, enquanto que os contratos temporários elevaram-se para 27. Esta tendência foi verificada também no Colégio Unidade Polo, que tinha em seu quadro 40 professores lotados no mês de março e apenas 11 contratos temporários, caindo para 18 o número de professores lotados no mês de dezembro e subindo para 34 o número de contratos temporários. Ainda que esta tendência seja semelhante nos três colégios, os maiores conseguem manter um quadro de professores efetivos lotados relativamente grande, o que não acontece nos colégios menores, pois verificamos que alguns lotados estão atuando fora do local de lotação.

No quadro 8, temos os resultados do ENEM dos três colégios nos anos de 2005 a 2008 e pudemos constatar que o Colégio Unidade Polo obteve a melhor colocação nos anos de 2005 a 2007 e apenas em 2008 ficou com média inferior ao Vinícius de Moraes, mantendo a maior média dos quatro anos em relação aos Colégios Novo Horizonte e Vinícius de Moraes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpre-nos relembrar nestas considerações finais o objeto desta pesquisa. Investigamos o espaço geográfico escolar como mecanismo político de controle a partir do sistema georreferenciado de matrículas instituído no Estado do Paraná em 2001.

O que nos levou a definir este objeto de estudo foi, em primeiro lugar, nossa formação como geógrafo e em segundo a experiência de dezessete anos como professor na rede estadual de ensino do Estado do Paraná, sendo que onze destes em direção de escolas.

Ao longo desse período, ou seja, a partir do início da década de 1990, tivemos dois governadores que se alternaram no cargo por quatro mandatos. De características totalmente opostas, porém, convergentes em alguns momentos, estes governos dão argumentos para concordarmos com Saviani (2008) que afirma não existir no Brasil um sistema educacional, o que temos é apenas uma estrutura, por meio da qual, poderemos um dia, alcançarmos um sistema.

O fato de não termos um sistema educacional consistente, duradouro, explica em parte nosso objeto de estudo. Os políticos se alternam no poder e com eles os governos, demonstrando com suas ideologias que, via de regra, estão subordinados ao modo de produção capitalista e seguem, portanto, determinações de organismos internacionais como: BID, BIRD, FMI, UNESCO, USAID. Isto fica evidenciado na retrospectiva que fizemos na segunda parte do trabalho quando percorremos o período a partir da década de 1930 até os dias atuais, mostrando as várias reformas na educação para adaptar-se e atender as necessidades do mercado. Neste contexto, optamos por pesquisar o sistema georreferenciado de matrículas.

O sistema georreferenciado de matrículas foi gestado na década de 1990 no governo neoliberal de Jaime Lerner, quando da implantação do PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Estado do Paraná. Como mencionamos na seção dois, este sistema foi uma imposição do Banco Mundial como forma de economizar com transporte escolar e construção e/ou ampliação de escolas. Mas o sistema revela mais do que isto. Ele demonstra eficácia no controle social. As pessoas se tornam “encurraladas” no entorno das escolas próximas de suas residências. Assim, quem reside na área central, pode estudar no centro, onde normalmente estão as escolas mais bem supridas, tanto fisicamente, como de recursos humanos.

Nas entrevistas com os diretores e principalmente nos questionários aplicados aos pais, pudemos observar a disputa pelo direito à cidade. A pesquisa revelou que a maior parte dos pesquisados procura se deslocar dos bairros em direção ao centro e que o contrário não ocorre em hipótese nenhuma, ou seja, não há registro de pessoas que saiam da área central em busca de escolas nos bairros por considerá-las melhores.

Para averiguarmos o que disseram os pesquisados, selecionamos alguns itens relacionados a estrutura física e ao pedagógico e fomos em três colégios verificar suas condições. Em todos os itens verificados, notamos que a estrutura física e pedagógica do Colégio do quadro central, Unidade Polo, encontrava-se em melhores condições que as dos colégios fora do quadro central, sendo que alguns dos itens sequer existiam nestes colégios. Este é um dos fatores que faz com que as escolas centrais sejam disputadas pela sociedade.

O governo por meio do sistema georreferenciado de matrículas cumpre o papel de acomodar a população que o modo de produção capitalista discrimina. É nesta perspectiva convergente que governo e mercado revelam o quão segregadores o são. Ambos fazem o discurso da liberdade e da democracia, mas não dão as condições para que isto se efetive. Na verdade o que acontece é que grande parte da sociedade não tem acesso ao ensino privado que possui melhor estrutura. Resta-lhe, então, a rede pública de ensino, e nela as pessoas não têm o direito de escolha. São, portanto, duplamente discriminadas.

Concluimos que nossas hipóteses foram confirmadas: a de que o sistema de matrículas por georreferenciamento das escolas e dos alunos conforme está estruturado, não contribui para a qualidade do ensino ou para sua democratização; e que esta proposta de organização perpassa mecanismos ideológicos e políticos de dominação, com implicações ideológicas e políticas que refletem na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão.

Concluimos, também, que se o governo fornecesse a todas as escolas o mesmo padrão de qualidade física e pedagógica, o georreferenciamento escolar se justificaria, cumprindo dupla função: a de democratizar o ensino de qualidade e a de reduzir gastos, especialmente com o transporte escolar.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. 223 p.
- BEMPARANÁ. **Depois de décadas, recomeça a pavimentação da estrada boiadeira**. Disponível em: www.bemparana.com.br. Acesso em: 2009. 02 p.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Atlas, 1988. 180 p.
- BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. São Paulo. N. 68, 1998. p. 45-50.
- COAMO. **Área de atuação da Coamo**. Disponível em: www.coamo.com.br. Acesso em: 2009. 02 p.
- COMCAM. **Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão**. Disponível em: www.comcam.com.br. Acesso em: 2009. 04 p.
- DAE. **Diretoria de Administração Escolar**. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/dae/>. Acesso em: 2009. 03 p.
- DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Set/Out/Nov/Dez nº 18, p.35-40, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- IBGE. **Município de Campo Mourão**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 2000. 05 p.
- IPARDES. **Base de dados do Estado**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>. Acesso em: 2009. 04 p.
- _____. **Leituras Regionais: Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004. 05 p.
- _____. **Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em 2008. 04 p.
- JORNAL FOLHA DE LONDRINA. **Liminar derruba georreferenciamento**. Londrina, 12 dez. de 2007. 01 p.
- LEFEDVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 192 p.
- _____. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.
- LIMA, Maria das Graças de. A didática do professor de geografia: caso da cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese

de doutorado, 2001.

LOBO, Mirna Luiza Cortopassi; AMATO, Franco. **Sistema de microplanejamento da rede estadual de ensino**. Disponível em: <http://www.cieg.ufpr/microplan.ciegufpr.pdf>. Acesso em: 2009. 12 p.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado) – Belo Horizonte, 2003. 216 p.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: www.mec.gov.br/coneb. Acesso em 2009. 02 p.

MENEZES, Helton. **Mapas do Estado do Paraná e do Município de Campo Mourão**. Mapas Diversos. 2009. Originais em CD. 04 p.

MIRANDA, Maria Eliza. **Educação, espaço e poder**. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992. 210 p.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo: v.1, n.3, 1996.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Estado e políticas sociais no Brasil**. Curitiba: Edunioeste, 2001. 292 p.

_____. **Ajuda externa para educação brasileira da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel: Edunioeste, 1999. 192 p.

_____. **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. 238 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008. 475 p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. 350 p.

SUDE. **Superintendência de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: www.diaadia.pr.gov.br/sude. Acesso em: 2009. 03 p.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 286 p.

VENTURINI, Luiz Antonio Bittar. **Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. 239 p.

APÊNDICES

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA COM REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Tema de Pesquisa: Sistema de Matrícula Georreferenciado

Entrevistado 01

Gênero: Feminino; () Masculino (x)

Idade: 28 anos.

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino Fundamental:

Primário (1ª a 4ª série) () Conclusão _____;

Ginásio (5ª a 8ª série) () Conclusão _____;

1º Grau (1ª a 8ª série) (x) Conclusão 1994.

b) Ensino Médio:

Normal () Conclusão _____; Colegial (x) Conclusão 1998; Curso Técnico () Qual? _____; Conclusão _____;

c) Ensino Superior

Curso: Administração de Empresas Com Habilitação em Comércio Exterior.

Instituição: Centro Universitário Positivo

Conclusão: 2003.

Curso: _____

Instituição: _____

Conclusão: _____

d) Pós-Graduação:

Strictu Sensu () Conclusão _____.

Instituição: _____

Especialização: _____

Lato Sensu () Conclusão _____

Instituição: _____

Dissertação: _____

Doutorado () Conclusão _____.

Instituição: _____

Tese: _____

2) ATUAÇÃO

Magistério () Tempo de atuação _____ anos.

Séries de Atuação: _____

Coordenação Pedagógica () Tempo de atuação _____ anos.

Direção Escolar () Tempo de atuação _____ anos.

Supervisão Escolar () Tempo de atuação _____ anos.

Outras funções () Qual (is)? _____.

3) ATIVIDADE ATUAL:

Cargo/Função: Técnico Administrativo.

Setor: SUDE – Superintendência de Desenvolvimento da Educação/ DAE – Departamento de Administração Escolar/ CPRF – Coordenação de Planejamento da Rede Física/ GEO – Georreferenciamento Escolar.

4) O QUE É O SISTEMA DE MATRÍCULA GEORREFERENCIADO?

Bom, é o sistema de matrículas onde buscamos as localizações geográficas da moradia do aluno para um direcionamento para uma escola próxima desse aluno, evitando muitos problemas com relação à procura de vagas. Esse aluno já teria uma vaga assegurada próximo de onde ele mora.

5) ANO DE IMPLEMENTAÇÃO:

Ele foi implementado em 2001, na outra gestão. Ele vem ocorrendo desde 2001, até hoje, sempre em expansão. Entrevistador - 2001 é na gestão do Governo Anterior, Jaime Lerner? Entrevistado – Isso, exatamente.

6) QUAL É A INTENÇÃO DO SISTEMA DE MATRÍCULA GEORREFERENCIADO?

Além de você facilitar a procura pela escola, a vaga desse aluno assegurada em legislação, o direcionamento do aluno para a escola mais próxima, segundo a legislação que diz que ele tem direito, que esta dita no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição com relação à escola pública e gratuita próxima de sua residência e também com a própria mantenedora a possibilidade de gerenciar o espaço físico dela, como que está sua rede, e onde deve se construir, onde se deve ampliar as escolas, onde tem uma demanda muito maior que a oferta.

7) A ADOÇÃO DO SISTEMA DE MATRÍCULA GEORREFERENCIADO FOI INFLUENCIA DE ALGUMA POLÍTICA EDUCACIONAL?

Não, como está implantado desde 2001, acabei entrando em 2003 ou 2004, nessa gestão. Nesse momento, não saberia te dizer.

8) HÁ EXEMPLOS DE SUA EXPERIÊNCIA? () Sim; () Não.

Até então eu não soube de nenhum outro Estado. Então não posso confirmar se há este sistema implantado em outro Estado. Entrevistador – e algum outro Estado já procurou o Estado do Paraná para conhecer o método? Entrevistado - Já, já! Estivemos com a Secretaria de Mato Grosso, eles conheceram o sistema, veio um Estado do Nordeste conhecer nosso sistema.

9) SE SIM, ONDE?

10) O GEORREFERENCIAMENTO TEM ORIGEM NO:

() PQE (Programa Qualidade Da Educação);

() PROEM (Programa De Extensão, Melhoria E Inovação Do Ensino Médio);

() Não se insere em nenhum programa.

Não, não saberia te dizer, mas em documentações e históricos, a gente pode até verificar. Neste momento, não saberia te dizer.

11) É UMA INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO INSPIRADO EM POLÍTICA DEFINIDA PELO BANCO MUNDIAL?

Também não saberia te dizer neste momento.

12) COMO FUNCIONA O SISTEMA DE MATRÍCULAS GEORREFERENCIADO?

Bom, o que nós precisamos é uma parceria com a COPEL. A COPEL tem todos os postes georreferenciados. Então, a partir destes postes ligados a um código de consumidor, no caso a fatura da COPEL, nós sabemos, é aquele poste que esta em frente à casa, a residência desse consumidor. No caso seria o aluno. Então, nós temos a localização precisa de onde ele reside, desde que toda informação esteja correta, e fazemos o direcionamento. Nós temos o que chamamos nas escolas, no seu entorno, uma área de abrangência. Entrevistador - O que seria basicamente esta área? Entrevistado - é como se fosse as fronteiras, um polígono. A escola estando no centro, o mais central possível, e ali ao redor dessa escola que nós temos os possíveis alunos dessa escola. Entrevistador - estes postes possuem uma numeração? Uma identificação? Entrevistado - isso! Há esse código de identificação do consumidor na fatura da COPEL. Entrevistador - é a mesma identificação do poste? Entrevistado - não é a mesma identificação, porque sempre o código de identificação muda. Você tem uma, por exemplo, eu pedi um desligamento hoje dessa unidade consumidora, ele muda o código, só que ao fazer uma ligação é gerado outro código. E esse código é vinculado a este poste. Então há uma vinculação entre o poste e a unidade consumidora. Quando eles fazem esta ligação, eles sabem qual o poste que está ligado e tem a coordenada geográfica.

13) QUAIS INFORMAÇÕES ESTE SISTEMA OFERECE À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO?

Basicamente, para nós, a informação da, de toda a rede, de como se comporta o local de crescimento, ou não, se a demanda está crescente e a oferta, a possibilidade de visualizar possíveis construções novas, ampliações de salas. É ter todo um planejamento antecipado da situação do município.

14) O GEORREFERENCIAMENTO PERMITIU OUTRA ORGANIZAÇÃO À ESCOLA?

(x) Sim; () Não.

15) SE SIM, QUAL?

Sim, permitiu. Praticamente toda a comunidade está naquela escola. Tem uma escola no Bairro. Os alunos permanecem naquela escola, sempre perto de onde estão. Está certo que há aquela opção do pai de estudar em outra região, mas a grande maioria permanece no bairro. Acaba permanecendo no bairro.

16) QUAIS SÃO OS PONTOS POSITIVOS DO SISTEMA DE MATRÍCULAS GEORREFERENCIADO?

Acho que além, principalmente do uso de ferramentas tecnológicas, para auxiliar para que se tenha todo um planejamento das escolas de toda rede, tem a possibilidade de prever. Você pode prever onde exatamente deve-se construir uma escola ou quando se deve ampliar essa escola. E não achar que é ali que tem que ser construída. Eu posso indicar com precisão onde devemos atuar na construção ou ampliação. Isso na área da educação.

17) CONSIDERANDO AVALIAÇÕES, QUAIS ASPECTOS DEVEM SER REPENSADOS?

Eu acho que basicamente você sempre busca aperfeiçoar esta tecnologia, busca ter maior precisão, principalmente nas informações que chegam até nós. Acho que a busca é constante na melhoria do processo e inovações, sempre inovando.

18) SUA INTENÇÃO É ATINGIR QUAL ORGANIZAÇÃO UTILIZANDO O SISTEMA DE MATRÍCULAS PELO MÉTODO GEORREFERENCIADO?

Olha! A que ponto? Deixa-me compreender bem! Organização no sentido de? Com relação ao transporte escolar você tem uma, digamos, uma melhor utilização, uma melhor utilização com relação ao transporte escolar, podem-se evitar utilizações desnecessárias. Hoje, inclusive, há um projeto em andamento do transporte escolar em que estão georreferenciando todas as formas de transporte escolar. Então, já é outra ferramenta aliando a matrícula à localização do aluno para você otimizar os custos né, para se ter otimização de gastos que podem estar ocorrendo desnecessariamente em alguns municípios.

19) DO PONTO DE VISTA DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, O GEORREFERENCIAMENTO CONTRIBUIU PARA QUE ORGANIZAÇÃO?

Organização tanto na parte de planejamento, prever onde estão os alunos. É uma ferramenta inovadora. Você basicamente conhece onde está sua demanda. Você sabe onde exatamente está sua demanda. Você pode em relação ao transporte escolar ter, como eu já havia dito, uma melhor utilização desse recurso, acaba evitando um investimento desnecessário em alguma região onde não haveria necessidade de investimentos.

20) EM 2008, 65 MUNICÍPIOS ADOTARAM O SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO. QUAL FOI O CRITÉRIO DE SELEÇÃO DESSES MUNICÍPIOS?

Basicamente o tamanho do município. O número de escolas. Nós levamos em conta o maior número de escolas. Porque não o menor número? O município que só tem uma escola estadual em todo o município, praticamente não há necessidade de fazer um direcionamento de matrícula. Você tem esses alunos no sistema, só que não há necessidade de eu encaminhar uma carta matrícula, sendo que aquela escola é a única que ele tem disponível no município, então é aquela escola que ele vai ser matriculado. Digamos assim, a grande maioria, quase cinquenta por cento dos municípios do Paraná, tem-se ali uma ou no máximo duas escolas. Nos grandes municípios é onde nós temos, principalmente, a maior quantidade de problemas, onde nós podemos é, a distribuição das escolas estão, digamos assim, há uma opção maior de procura pelos alunos, então ele pode procurar uma escola no centro ou em outra região. Apesar de que anteriormente nós tínhamos um outro sistema de matrícula, que seria por fluxo. Seria a escola municipal mais próxima da estadual. Era assim que se fazia esse direcionamento. Então, digamos assim, teria uma organização melhor das escolas. Mas agora

com a localização da moradia, melhoramos cada vez mais.

21) QUANTOS MUNICÍPIOS ADOTAM O SMG EM 2009, E QUAL FOI O CRITÉRIO UTILIZADO PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO?

Em 2009, nós passamos a 129 municípios georreferenciados. Isso na rede estadual, somente na rede estadual. O mesmo critério é utilizado. Praticamente foram os municípios com três escolas e até abaixo. Esse ano estamos partindo para municípios menores, com até duas escolas. Porque nos maiores municípios é onde nós temos um grande problema com a demanda. As demandas são maiores, os locais, os bairros, principalmente, nós temos, em alguns municípios, problemas de oferta de vagas. Ali nós podemos verificar e solucionar mais rapidamente com a implantação mais rápida do geoprocessamento, da matrícula por geo. Alguns municípios já tem implantado, como Curitiba que há algum tempo já tem a matrícula por georreferenciamento. As escolas municipais, no primeiro ano, os alunos já são georreferenciados. Em Curitiba, praticamente toda entrada é georreferenciada, pré, primeiro ano, de quarta, saindo da escola municipal e indo para a estadual e da oitava para o primeiro ano do ensino médio. Em Maringá nós temos este sistema, foi implantado em 2007, se não me engano. Campo Largo também implantou no mesmo ano de Maringá com o auxílio da secretaria de estado da educação e no ano passado entrou o município de Guarapuava. Guarapuava implantou o sistema para a rede municipal. Só que em Guarapuava, Campo Largo e Jacarezinho há um diferencial. Lá eles não tem o fornecimento pela COPEL. Em Guarapuava, nós tivemos o auxílio da SANEPAR, que eles têm um sistema de geo da, no caso seria o código da SANEPAR, pela matrícula da SANEPAR. Campo Largo pela operadora de energia que segue o mesmo sistema da COPEL, é pelos postes georreferenciados e Jacarezinho pela CPFL Santa Cruz, operadora de São Paulo que também utiliza o mesmo sistema. Inicialmente o sistema começou em Curitiba em 2001, basicamente começou pelos grandes centros.

22) PEQUENOS MUNICÍPIOS, CONTENDO DUAS ESCOLAS NO MÍNIMO, SERÃO CONTEMPLADOS?

Todos. Hoje já estamos praticamente nos municípios com duas escolas. Nos municípios com apenas uma escola você tem os alunos basicamente com verificação de demanda, controle de demanda, verificação, também se há necessidade de ampliação, ou até a construção de uma segunda escola.

23) HÁ DIFERENÇAS DE CRITÉRIOS PARA A ADOÇÃO DO SMG EM CIDADES PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES?

Não há diferenciação, o que tem é a complexidade. Complexidade pela criação dessas áreas de abrangência, pela quantidade de escolas que nós temos nesses municípios. Mas assim, critérios, basicamente, não tem. Os critérios são os mesmos, o que tem é a complexidade pelo tamanho do município, extensão, número de escolas. A complexidade de um município que tem quatro para uma Curitiba que tem 160 escolas é o desenho de áreas. Se formos considerar Curitiba e região metropolitana, temos cerca de 260 escolas. Então acho que é uma diferença significativa, mas os critérios sempre são os mesmos de Curitiba e região metropolitana para uma cidade de menor porte.

24) COMO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PRETENDE RESOLVER O PROBLEMA DOS PAIS QUE ENTRAM NA JUSTIÇA REIVINDICANDO O DIREITO DE SEUS

FILHOS DE FREQUENTAREM AS ESCOLAS DE SUA PREFERÊNCIA? PODEMOS CITAR O CASO DOS 79 ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ ALOÍSIO ARAGÃO, DE LONDRINA, QUE PUDERAM PERMANECER NA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA APÓS AÇÃO JUDICIAL.

Essa questão judicial eu não acompanhei, porque toda resposta é dada pela chefia, então essa parte eu não entraria em detalhes, porque eu respondo mais pela parte técnica. Nós temos um cronograma de matrículas onde ocorre a garantia da vaga. Então o pai não tem necessariamente que matricular o aluno naquela escola que foi indicado pela secretaria. Ele matricula, garante a vaga nessa escola e há um período específico pra ele realizar a transferência, caso haja vaga. Então, ele tem essa liberdade. Se a escola que foi indicada não for do seu gosto, no período devido, ele pode fazer a escolha.

25) A ADOÇÃO DESSE SISTEMA VISA RESOLVER OS PROBLEMAS EXISTENTES ENTRE AS ESCOLAS MUITO PROCURADAS EM RAZÃO DE SUA QUALIDADE, E AS ESCOLAS MENOS PROCURADAS PELA MESMA RAZÃO?

Eu acho que a secretaria vê as escolas todas no mesmo nível. Todas recebem os mesmos recursos. Nós tratamos todas as escolas iguais, inclusive nós não sabemos quem é o aluno A e o aluno B. Se o aluno A tem mais condições. Tratamos os alunos sempre da mesma forma, todos iguais. Mesma coisa as escolas, sempre tratamos dessa forma. Agora, no caso de qualidade, do pai preferir aquela escola boa, entre aspas, por ser a melhor do município, então ele sempre tem a opção de, no período devido, poder realizar a transferência na rede, que é disponibilizado aos pais um período devido.

26) PARA QUE ESSE PROBLEMA SE RESOLVESSE NÃO SERIA INTERESSANTE ENVOLVER A LOTAÇÃO TAMBÉM DOS PROFESSORES?

Isso eu também não poderia responder, porque eu trabalho mais tecnicamente. A parte pedagógica eu não me envolvo muito, então eu não poderia responder e outra que a informação de lotação eu não tenho a informação de como fica a movimentação desses professores, então eu não poderia te dizer.

27) QUAL AVALIAÇÃO SE FAZ DA ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SMG QUANTO AOS SEUS RESULTADOS?

O resultado é satisfatório. Uma porque você não vê as filas que ocorriam antes nas escolas. Quando estavam terminando a quarta série no município e indo para a rede estadual, a primeira coisa era sair correndo atrás de uma escola. Hoje é uma comodidade em relação a isto, eles tem uma garantia de vaga. Eles recebem um comunicado e se dirigem àquela escola e não enfrentem mais aquela busca por uma escola. Às vezes você tem uma escola no bairro que você não tenha conhecimento e daí você acaba procurando em outros bairros distantes. Um outro ponto positivo é que o aluno permanece próximo de casa. É sempre bom estudar próximo de casa né. E os pais, por ser uma escola próxima, podem ter uma participação mais efetiva nas atividades escolares. E pelo georreferenciamento da própria secretaria de educação, ela acaba investindo os recursos de forma correta, necessária, investindo no local correto.

OBRIGADO!

APÊNDICE II

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Tema de Pesquisa: Sistema de matrícula georreferenciado

PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS

Entrevistado 02

Gênero: () Feminino; (x) masculino.

Idade: 52 anos.

Cargo/função: Diretor

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Conclusão: 1980

b) Ensino médio:

Normal () conclusão _____; Colegial (x) conclusão 1982

Curso técnico () Qual? _____

Conclusão: _____

c) Ensino superior:

Curso: Economia

Instituição: FECILCAM

Conclusão: 1986

Curso: Ciências com habilitação em matemática

Instituição: UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista

Conclusão: 2002

d) Pós-graduação:

Strictu senso (x) conclusão 1998

Instituição: FECILCAM

Área: Educação Matemática

Strictu senso () conclusão _____

Instituição: _____

Área: _____

Especialização:

Lato sensu () conclusão _____

Instituição: _____

Dissertação: _____

Doutorado () conclusão: _____

Instituição: _____

Tese: _____

2) ATUAÇÃO:

Magistério () Tempo de atuação: 22 anos;
 Séries de atuação: quinta e oitava e ensino médio
 Coordenação pedagógica () Tempo de atuação _____ anos;
 Direção escolar () Tempo de atuação (06 meses);
 Supervisão escolar () Tempo de atuação _____ anos;
 Outras funções () Qual(is)?
 Secretário de saúde do município de Mamborê por sete anos
 Administrativo na Coamo

3) VOCÊ CONCORDA COM O MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim () Não

Por que?

Eu acho que é uma segurança, uma questão de organização, de manter o aluno no seu bairro. O aluno não toma o espaço de outro em outra escola. Ele é obrigado a defender o seu bairro.

4) SUA ESCOLA CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA DE MATRÍCULAS DETERMINADO PELA SEED ATRAVÉS DO PROCESSO GEORREFERENCIADO?

() Sim () Não

Atende. Inclusive, nós temos alunos que foram embora do bairro para escolas centrais por questão de direção, por questão de valorização e que hoje estão retornando bastante e nós estamos recebendo.

Em caso de resposta negativa, qual a porcentagem que fica sem atendimento _____ %

5) APÓS A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, QUAL A PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE SOLICITAM TRANSFERÊNCIA PORQUE CONSEGUIRAM VAGA EM OUTRA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA? _____ %

Pela experiência deste ano, o percentual é pequeno. Se eu precisar falar em números, foi muito pouco. Talvez por questão de cursos, curso técnico, por exemplo, teve aluno que saiu.

6) O CONTRÁRIO TAMBÉM ACONTECE? APÓS O PERÍODO DE MATRÍCULAS, ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS PROCURAM A SUA POR QUE A PREFEREM? QUAL A QUANTIDADE?

Como eu já mencionei antes, está havendo retorno de alguns alunos que saíram da nossa escola e que estão retornando. Entrevistador – mas eu digo assim, alunos de outras escolas, que estão dentro da área de abrangência de uma outra escola, eles saem dela e vem procurar esta escola ou não? Entrevistado - não, o aluno que reside na área de abrangência de outra escola não vem procurar vaga nesta.

7) EM SUA OPINIÃO, EXISTE DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS? POR QUÊ?

Não. Não vejo diferença porque os professores que trabalham na escola do bairro são os mesmos que trabalham nas escolas centrais. O conteúdo e o planejamento são o mesmo, não tem diferença.

8) CITE TRÊS PONTOS POSITIVOS DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E TRÊS NEGATIVOS:

Pontos positivos:

A segurança do aluno no seu território. Isto é fundamental.

A questão do transporte. Se o aluno está aqui, não precisa ir para o centro.

Pontos negativos:

Não tenho nada para mencionar.

9) VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Qual?

Não conheço a origem. Eu sou diretor novo, então eu estou me inteirando das ações este ano com os cursos de capacitação, onde eu tive uma melhor noção e com os repasses da secretaria.

OBRIGADO

APÊNDICE III**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA****Tema de Pesquisa:** Sistema de matrícula georreferenciado**PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS****Entrevistado 03**

Gênero: () Feminino; (x) masculino.

Idade: 47 anos.

Cargo/função: Diretor

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Conclusão: 1973;

b) Ensino médio:

Normal () conclusão _____; Colegial () conclusão _____;

Curso técnico (x) Qual? Técnico em contabilidade

Conclusão: 1986

c) Ensino superior:

Curso: Economia

Instituição: Fecilcam

Conclusão: 1986

Curso: Ciências Química

Instituição: Unoeste (Presidente Prudente)

Conclusão: 1998

d) Pós-graduação:

Strictu senso (x) conclusão: 2000

Instituição: Fecilcam

Área: Educação Ambiental

Strictu senso (x) conclusão

Instituição: Fecilcam

Área: Auditoria e Gerência Contábil

Especialização:

Lato sensu () conclusão

Instituição: _____

Dissertação: _____

Doutorado () conclusão _____

Instituição: _____

Tese: _____

2) ATUAÇÃO:

Magistério (x) Tempo de atuação: 15 anos;

Séries de atuação: Ensino Médio

Coordenação pedagógica () Tempo de atuação _____ anos;

Direção escolar (x) Tempo de atuação: 2,5 anos;

Supervisão escolar () Tempo de atuação _____ anos;

Outras funções (x) Qual(is)?

Instrutor do SENAC

3) VOCÊ CONCORDA COM O MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

(x) Sim () Não

Por quê?

Sim eu concordo, mas acho que ele não vem sendo cumprido, porque o nosso colégio é um colégio de periferia e nós temos 50% dos nossos alunos que não estudam aqui e sim em outros colégios e conseguem a vaga. Entrevistador – mas porque você concorda com o método georreferenciado de matrículas, que benefícios ele traz? Entrevistado – o que acontece aqui em Campo Mourão, como eu já percebi é que os colégios da área central, eles são superlotados, o que pode atrapalhar no rendimento escolar do aluno e os colégios de periferia já praticamente faltam alunos em sala de aula, nós temos salas ociosas.

4) SUA ESCOLA CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA DE MATRÍCULAS DETERMINADO PELA SEED ATRAVÉS DO PROCESSO GEORREFERENCIADO?

(x) Sim () Não

Em caso de resposta negativa, qual a porcentagem que fica sem atendimento _____ %

5) APÓS A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, QUAL A PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE SOLICITAM TRANSFERÊNCIA PORQUE CONSEGUIRAM VAGA EM OUTRA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA?

Eu acho que em torno de 15% ou mais.

Entrevistador – e o que leva estes alunos a pedirem transferência, visto que você tem a vaga?

Entrevistado – Bom, eu não sei a resposta, eu acredito que eles acham que o ensino da área central seja melhor do que o da periferia, não tem outra explicação.

6) O CONTRÁRIO TAMBÉM ACONTECE? APÓS O PERÍODO DE MATRÍCULAS, ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS PROCURAM A SUA POR QUE A PREFEREM? QUAL A QUANTIDADE?

Esporadicamente. Acontece bem menos.

7) EM SUA OPINIÃO, EXISTE DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS? POR QUÊ?

Eu acredito que não. A não ser na questão da infra-estrutura, que alguns colégios da área central têm mais. Agora os professores são os mesmos, então acho que não.

8) CITE TRÊS PONTOS POSITIVOS DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E TRÊS NEGATIVOS:

Positivos:

Acho que ocorre uma melhor distribuição dos alunos conforme a região onde eles moram. Facilita, em minha opinião, para você planejar o número de turmas para o ano seguinte. Se você tem que abrir vagas ou não.

Eu acho também que, até certo ponto fazendo com que o aluno valorize mais a sua região.

Negativos:

Pelo menos um sim!

A questão do não controle disso, porque alunos do nosso geo, eles conseguem, não sei como, de que jeito, eles conseguem vaga em outros colégios. Então cada aluno deveria ficar na sua região e nós temos salas ociosas porque estes alunos estão em outro colégio com salas superlotadas. Entrevistador – Teria mais algum ponto negativo? Entrevistado – não!

9) VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Qual? _____

OBRIGADO

APÊNDICE IV**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA****Tema de Pesquisa:** Sistema de matrícula georreferenciado**PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS****Entrevistado 04**

Gênero: () Feminino; (x) masculino.

Idade: 62 anos.

Cargo/função: Diretor

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Conclusão: 1963;

b) Ensino médio:

Normal (x) conclusão: 1967; Colegial () conclusão _____;

Curso técnico () Qual? _____

Conclusão: _____

c) Ensino superior:

Curso: Matemática

Instituição: FAFIMAM - Mandaguari

Conclusão: 1972

Curso: Física

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Conclusão: 1975

Curso: Pedagogia

Instituição: FAFIMAM

Conclusão: 1980

d) Pós-graduação:

Strictu senso (x) conclusão: 1990

Instituição: UNICENTRO - Guarapuava

Área: Modelagem em Matemática

Strictu senso (x) conclusão: 1998

Instituição: Fecilcam

Área: Modelagem em Matemática

Especialização:

Lato sensu () conclusão

Instituição: _____

Dissertação: _____

Doutorado () conclusão _____

Instituição: _____

Tese: _____

2) ATUAÇÃO:

Magistério (x) Tempo de atuação: 45 anos;

Séries de atuação: Ensino Médio;

Coordenação pedagógica (x) Tempo de atuação: 2,5 anos;

Direção escolar (x) Tempo de atuação: 09 anos;

Supervisão escolar (x) Tempo de atuação: 02 anos;

Outras funções (x) Qual(is)? Vereador

3) VOCÊ CONCORDA COM O MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

(x) Sim () Não

Por quê?

Em respeito ao sistema criado pela Secretaria de Educação do Estado sob a superintendência do DAE – Diretoria de Administração escolar tem como alternâncias favoráveis ao aluno que mora próximo à escola.

4) SUA ESCOLA CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA DE MATRÍCULAS DETERMINADO PELA SEED ATRAVÉS DO PROCESSO GEORREFERENCIADO?

(x) Sim () Não

Em caso de resposta negativa, qual a porcentagem que fica sem atendimento _____%

5) APÓS A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, QUAL A PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE SOLICITAM TRANSFERÊNCIA PORQUE CONSEGUIRAM VAGA EM OUTRA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA? _____ %

Difícilmente! Saem poucas transferências. São poucas e nós não temos uma porcentagem. Entrevistador – mas existe aluno que faz a matrícula nesta escola porque o georreferenciamento obriga e depois ele sai e vai para outra escola porque é a vontade dele ou não? Entrevistado – não, não!

6) O CONTRÁRIO TAMBÉM ACONTECE? APÓS O PERÍODO DE MATRÍCULAS, ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS PROCURAM A SUA POR QUE A PREFEREM? QUAL A QUANTIDADE?

Sim! Entrevistador – e qual a quantidade, você tem idéia, é muito, é pouco? Entrevistado – quantidade regular, não é uma quantidade grande, mas procuram.

7) EM SUA OPINIÃO, EXISTE DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS? POR QUÊ?

Não, tudo depende da administração e depende também do corpo docente, dos pedagogos, embora a grade curricular seja a mesma e, além disso, também tem professores que dão aula na escola e também na outra escola. Então é difícil falar na diferenciação da qualidade, é meio complicado. Entrevistador – mas você acha que existe ou não diferença? Por exemplo, nós temos o IDEB que é um medidor que mostra que existe diferença entre as escolas. Tem o ENEM que é outro medidor, que também mostra que há diferença entre as escolas. Tem ou não diferença entre as escolas e por quê? O que de repente faria com que houvesse estas diferenças? Entrevistado Tem diferença sim. Entrevistador – em sua opinião o que leva uma escola a ter uma qualidade um pouco maior do que a outra? Entrevistado – acho que o que leva uma escola a ter qualidade maior do que a outra é a questão, por exemplo, do trabalho, dos projetos que são feitos na escola. A questão também da cobrança que é maior. Embora a gente não esteja na outra escola pra saber como é, agora eu vejo pela nossa escola que a cobrança é bastante grande, cobra-se bastante, se exige o desenvolvimento dos projetos. Então é o trabalho do próprio professor, é o trabalho dos pedagogos, é esta a diferença que acontece entre as escolas, onde às vezes uma tem qualidade de ensino melhor do que outra. Entrevistador – mas se um professor trabalha numa escola e trabalha também em outra, porque uma escola vai melhor que outra onde ele trabalha? Entrevistado – isto é um pouco complicado, é difícil você medir isso, porque sinceramente não tenho como te responder isso, depende do professor, talvez o professor tenha mais empenho numa escola do que em outra, ou será que uma escola cobra do professor mais do que a outra? Então são coisas que devem ser analisadas com mais profundidade.

8) CITE TRÊS PONTOS POSITIVOS DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E TRÊS NEGATIVOS:

Positivos:

Um ponto positivo é que o aluno está próximo da escola, então este acesso garantindo a escola próxima é um ponto positivo;

O segundo ponto positivo seria a questão do deslocamento dele, às vezes ele vai estudar em uma escola mais distante, ele vai depender do chamado vale transporte, vai depender do transporte e daí ele deixa de depender desse vale transporte.

E outro ponto positivo que a própria secretaria coloca em pauta é a questão da qualidade de vida dele e a questão que ele possa ter um maior rendimento escolar. Então estes são os três pontos que eu acho positivo.

Negativos:

Fere o direito de o cidadão brasileiro procurar a escola que mais lhe convém para o seu filho. Este é um dos pontos negativos, porque todo cidadão tem o direito de ir e vir, isto impede que ele busque a escola que esta mais distante da sua casa;

Outro ponto negativo é a questão do deslocamento, porque ele vai ter que se valer deste vale transporte, dessa locomoção;

Outro ponto negativo, também sobre o deslocamento do aluno mais distante é que às vezes ele sai de uma realidade diferente, porque se o aluno reside lá num bairro, ele esta bem conectado com a realidade daquele bairro e no momento que ele vem para uma escola central, há um choque de idéias, de conceito, ou questão de às vezes até de aprendizagem. Então até ele se adaptar, é um ponto negativo. Entrevistador – mas o que poderia criar um choque no aluno que sai de um bairro e vem para a área central da cidade? Entrevistado – é o seguinte, é

devido à questão da ambientação, porque ele esta num ambiente diferente no momento que o aluno vem, até ele se adaptar no processo de aprendizagem, ele vai encontrar bastante dificuldade de adaptação, ele vai encontrar dificuldade de aprendizagem, embora, é lógico que cabe a escola procurar fazer, usar de todos os instrumentos, mecanismos necessários para adaptar este aluno. Entrevistador – e você acha que o aluno da região central da cidade tem as mesmas dificuldades de adaptação se ele fosse para uma escola de bairro, por exemplo? Entrevistado – também, também teria. Embora isto não queira dizer que o aluno, às vezes do bairro não esteja preparado, porque nem sempre o aluno que está bem próximo da escola, um aluno do centro, ele tem mais conhecimento do que o aluno que esta mais distante. Entrevistador – e obrigatoriamente este aluno ao ficar no bairro não seria uma forma de segregação ou discriminação? Entrevistado – acho que sim, eu acho que é sim, porque é outro ponto que eu posso considerar como negativo, porque você esta forçando o aluno a estudar naquela escola próxima da sua casa, que ele não quer estudar ali, ele quer conhecer um novo ambiente, então está forçando o aluno a estudar naquela escola e conseqüentemente, ele pode de repente não produzir. Assim como, no momento dele ser forçado a se deslocar ou ser forçado a estudar no ambiente que ele considere não propício, então pode ter conseqüências na sua aprendizagem.

9) VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Qual? _____

OBRIGADO

APÊNDICE V

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Tema de Pesquisa: Sistema de matrícula georreferenciado

PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS

Entrevistado 05

Gênero: () Feminino; (x) masculino.

Idade: 51 anos.

Cargo/função: Diretor

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Conclusão: 1974;

b) Ensino médio:

Normal () conclusão _____ ; Colegial () conclusão _____;

Curso técnico (x) Qual? Corretor de imóveis

Conclusão: 1977

c) Ensino superior:

Curso: Administração

Instituição: FECILCAM

Conclusão: 1982

Curso: Esquema II

Instituição: UNOESTE – Presidente Prudente

Conclusão: 1987

Curso: Formação Pedagógica Matemática

Instituição: UNIPAR - Paranavaí

Conclusão: 2000

d) Pós-graduação:

Strictu senso (x) conclusão: 1997

Instituição: UFPR

Área: Educação de Jovens e Adultos

Strictu senso () conclusão _____

Instituição: _____

Área: _____

Especialização:

Lato sensu () conclusão

Instituição: _____

Dissertação: _____

Doutorado () conclusão _____

Instituição: _____

Tese: _____

2) ATUAÇÃO:

Magistério (x) Tempo de atuação: 26 anos;

Séries de atuação: Ensino Fundamental e Ensino Médio

Coordenação pedagógica () Tempo de atuação _____ anos;

Direção escolar (x) Tempo de atuação: 15 anos;

Supervisão escolar () Tempo de atuação _____ anos;

Outras funções () Qual(is)?

3) VOCÊ CONCORDA COM O MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim () Não

Por que

Eu diria nem que sim, nem que não na verdade. Eu acho que ele é sim em algumas cidades e não em outras, ele teria que ser analisado por porte de cidades para aplicação do georreferenciamento. Em cidades de porte grande como Curitiba, Londrina, eu sei que há problema de vagas, crianças que estão em uma escola distante e não tem vaga porque alguém está ocupando, mas em cidade do porte da nossa ou até menor, tem cidade que tem duas ou três escolas apenas no município e querem aplicar o georreferenciamento. Eu acho que nestas cidades deveria ficar poucos casos que eu sei que acontece aí, sim há a intervenção do núcleo e é dada a vaga para o aluno, mas eu penso que o georreferenciamento é cabível em cidades de grande porte apenas. Entrevistador – eu não sei se você sabe, mas o governo quer implantar o sistema georreferenciado de matrículas em todas as cidades do Paraná com pelo menos duas escolas, no caso ele vai abranger praticamente todas as cidades. Entrevistado – sei, nós tivemos essa capacitação para diretores em Curitiba no início de junho e lá nos foi colocado que todos os municípios com no mínimo duas escolas estará sendo implantado o georreferenciamento. Eu acho isso uma aberração, é um custo altíssimo pra decidir sobre a escola A ou B, sendo que poderia ficar livre.

4) SUA ESCOLA CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA DE MATRÍCULAS DETERMINADO PELA SEED ATRAVÉS DO PROCESSO GEORREFERENCIADO?

(x) Sim () Não

Atenderia se todos que receberam a carta para vir pra esta escola, procurassem no tempo normal de matrícula, mas boa porcentagem nem chega a nos procurar, já vai pra lista de espera da escola onde ele quer a vaga e assim como alguns que querem esta escola, sei que não fazem matrícula na escola onde foram designados e vem pra lista de espera da minha escola. Atenderia porque eu forneço o número de vagas pra SEED e é ela quem vai, através desse numera que vai designar as cartas para as escolas. Então eu atenderia se todos viessem,

mas o que acontece é isso, um bom tanto nem vem aqui, já ficam na espera da outra escola vizinha por que quer a vaga lá, ou porque tem que atravessar a perimetral ou por motivos alheios, o que acontece é isso, aí depois de encerrado o prazo de matrículas começa aquela coisa, desiste da vaga aqui porque consegue vaga lá e vice-versa.

Em caso de resposta negativa, qual a porcentagem que fica sem atendimento _____ %

5) APÓS A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, QUAL A PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE SOLICITAM TRANSFERÊNCIA PORQUE CONSEGUIRAM VAGA EM OUTRA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA? _____ %

Mais ou menos em torno de vinte a vinte e cinco por cento. Entrevistador – e você saberia as razões, eles dizem por quê? Entrevistado – é o que eu te coloquei, boa parte é por questão de perimetral, se moram no bairro do outro lado da perimetral, os pais tem medo dos filhos atravessarem a perimetral, então optam por uma escola vizinha, tipo o Dom Bosco ou Vinícius de Moraes. Entrevistador – mas quando foi feito o georreferenciamento, ou seja, quando foi delimitada a área de abrangência de cada escola, se não me engano foi em 2007 que fizeram isso aqui em Campo Mourão, já não foi previsto essa questão de perimetral. Entrevistado – é o que nos é colocado, mas a nossa perimetral, a Kenedy não é respeitada não. O grande Lar Paraná é dividido em três partes no sentido transversal à Kenedy, uma fatia é do Dom Bosco, outra fatia é do Antônio Teodoro e a terceira fatia é do Vinícius de Moraes, mas no sentido transversal à Kenedy, que é a perimetral, onde o pai tem medo de atravessar.

6) O CONTRÁRIO TAMBÉM ACONTECE? APÓS O PERÍODO DE MATRÍCULAS, ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS PROCURAM A SUA POR QUE A PREFEREM? QUAL A QUANTIDADE?

Muitos, eu atendo o universo daquilo que saiu daqui e ainda sobra uma espera grande, a procura é muito grande pela nossa escola.

7) EM SUA OPINIÃO, EXISTE DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS? POR QUÊ?

De jeito nenhum, porque o professor hoje em dia, a grande maioria dos professores trabalha em mais de uma escola e eu não consigo ver o professor trabalhar com qualidade ótima numa escola e com qualidade regular em outra escola, ele é o mesmo e nós temos professor em comum com todas as escolas do bairro, então, até mesmo professor em comum com a escola particular e assim por diante, então eu discordo de que tenha escola com melhor qualidade aqui ou lá, o que pode acontecer são questões de morar próximo, questão de turno, manhã ou tarde e aí a escola não oferta, questão do transporte escolar, em alguns casos e até mesmo a questão organizacional, de disciplina, pedagógica, mas isso é em último caso, mas não há diferença na qualidade do ensino não. Entrevistador – e o que você me diz dos índices, como o IDEB, por exemplo, e o ENEM, eles apontam algumas escolas com índices melhores do que outras? Entrevistado – é, ainda é muito estranho, não está bem claro, principalmente o IDEB, esses critérios que chegam. Como é que se chegou naquela nota, você tem uma nota apresentada, mas como é que se chegou naquela nota, qual a matemática disso? Por mais que nos colocam, não é claro. Colocam o que pesa, por exemplo, pesa o IDH, o IDH da onde, qual é o IDH, pesa o índice de reprova, quantas vezes reprova na mesma série, índice de evasão, mas isso tudo não tem dados concretos, só tem que isso interfere. A nossa escola, por exemplo, amargou o pior IDEB de 2005 de Campo Mourão e fomos para o IDEB 2007 como

o segundo de Campo Mourão. Não sabemos como será 2009, vem Prova Brasil. O ENEM é outra coisa, como é que se chega nele, a nota do aluno tudo bem, está claro. Mas a nota da escola, se coloca zero para o aluno que se inscreve e não comparece, então até onde compensa estimular o aluno a participar do ENEM. Agora se fala que vai ser obrigatório. Já tem casos como a UTFPR que abriu mão do vestibular em prol do ENEM. Entrevistador – ou seja, estas notas baixas de algumas escolas nem sempre estão condicionadas ao nível de ensino que essa escola consegue transmitir, o problema de repente é maior por conta da desistência, da evasão e que nas escolas de bairro costuma ser maior, não é professor, e por várias razões, desestrutura familiar, desemprego, não é? Entrevistado – mas nós temos aqui na escola índices que provam que aquele IDEB de 2005 é um absurdo, por exemplo, temos alunos que ganham medalha na olimpíada de matemática, alunos que ganham bolsa de estudos em projetos de nível superior, alunos aí que tem notas excelentes, então temos notas baixas também, como toda escola tem. Em 2005, houve a mudança da média de cinco para seis, são vários fatores que interferiram, a Prova Brasil foi aplicada de uma forma muito grosseira, áspera, sem informação nenhuma para ninguém, então tudo isso pesou. Em 2007 melhorou um pouco mais, mas ainda ficou um pouco confuso essa questão da Prova Brasil. Então está chegando a Prova Brasil de 2009 e estamos confusos quanto a ela.

8) CITE TRÊS PONTOS POSITIVOS DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E TRÊS NEGATIVOS:

Positivos:

Ele busca por o aluno na escola próxima da casa dele. Isto é óbvio, o aluno não precisa andar tanto, não usa o transporte escolar. Este é o principal ponto positivo.

Negativos:

Nem sempre a escola perto da casa é a escola que é da vontade da família. Às vezes na família tem irmãos, pessoas que vão e voltam juntas. O geo aplicado na quinta série e no primeiro ano. O primeiro ano já é aluno da escola, ou seja, sair daqui para outra é complicado. Os alunos de quinta série (quarta série), ele vai sair mesmo, mas é criança ainda de nove, dez ou onze anos. Os pais preferem por em outra escola, onde um irmão mais velho estuda, então podem ir juntos. Então, esse é o ponto negativo, obrigar o aluno a ir para a escola que não é da vontade.

9) VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Qual? _____

OBRIGADO

APÊNDICE VI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Tema de Pesquisa: Sistema de matrícula georreferenciado

PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS

Entrevistado 06

Gênero: () Feminino; () masculino.

Idade: anos.

Cargo/função: Diretora

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Conclusão: 1987;

b) Ensino médio:

Normal () conclusão: 1990; Colegial () conclusão _____;

Curso técnico () Qual? _____

Conclusão: _____

c) Ensino superior:

Curso: Geografia

Instituição: FECILCAM

Conclusão: 1994

Curso: _____

Instituição: _____

Conclusão: _____

d) Pós-graduação:

Strictu senso () conclusão: 1998

Instituição: FECILCAM

Área: Educação Especial

Strictu senso () conclusão _____

Instituição: _____

Área: _____

Especialização:

Lato sensu () conclusão

Instituição: _____
 Dissertação: _____
 Doutorado () conclusão _____
 Instituição: _____
 Tese: _____

2) ATUAÇÃO:

Magistério (x) Tempo de atuação: 18 anos;
 Séries de atuação: 1 a 4 séries, 5 a 8 séries e Ensino Médio
 Coordenação pedagógica (x) Tempo de atuação: 02 anos;
 Direção escolar (x) Tempo de atuação: 06 meses;
 Supervisão escolar () Tempo de atuação _____ anos;
 Outras funções () Qual(is)?

3) VOCÊ CONCORDA COM O MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

(x) Sim () Não

Por que?

Eu acho que tem o lado bom de tentar organizar melhor a clientela das escolas e tem também o lado negativo que acaba causando algumas confusões no início do ano. Ele acaba não dando muita abertura para o aluno escolher o seu local de estudo. Então eu acho que o georreferenciamento tenta organizar melhor o espaço, até para distribuir melhor os alunos entre as escolas, mas acho que ele precisa ser melhor organizado. Ele ainda traz bastante confusão nas escolas no início do ano na hora de realizar as matrículas.

4) SUA ESCOLA CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA DE MATRÍCULAS DETERMINADO PELA SEED ATRAVÉS DO PROCESSO GEORREFERENCIADO?

() Sim (x) Não

Em caso de resposta negativa, qual a porcentagem que fica sem atendimento?

100% não. Não consegue atender todos. Entrevistador – as pessoas obrigatoriamente precisam sair do entorno da sua escola e procurar outra escola porque a sua não comporta todos?
Entrevistada – tem alguns casos que sim, é pouco, em torno de 5%, mas tem.

5) APÓS A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, QUAL A PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE SOLICITAM TRANSFERÊNCIA PORQUE CONSEGUIRAM VAGA EM OUTRA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA?

Aproximadamente doze por cento

6) O CONTRÁRIO TAMBÉM ACONTECE? APÓS O PERÍODO DE MATRÍCULAS, ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS PROCURAM A SUA POR QUE A PREFEREM? QUAL A QUANTIDADE?

Este ano aconteceu, tivemos uma procura bem grande este ano. Tanto que nós tivemos que entrar com o pedido de mais uma turma de 5 série. Então houve uma procura bem grande este

ano, tanto que o resultado foi a abertura de mais uma turma.

7) EM SUA OPINIÃO, EXISTE DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS? POR QUÊ?

Na qualidade da educação eu acho que não existe. Acho que existe diferença de organização de escola para escola. Acho que de organização no sentido de direção, de equipe pedagógica, de um trabalho mais coletivo com professores e funcionários, agora diferença na educação eu não acredito que exista. Entrevistador – mas esta organização a que você se refere não reflete numa educação de melhor qualidade ou de pior qualidade. Entrevistada – eu acredito que no trabalho do professor na sala de aula não reflete. Acho que o professor que está dentro de uma escola que não é tão bem organizada, eu acredito que dentro da sala, ele vai levar a sério o seu trabalho da mesma forma. Talvez se reflita no trabalho em conjunto, no desenvolvimento do trabalho coletivo, lógico que a falta de organização vai acarretar problemas, mas analisando no geral, eu acho que não existe diferença no desempenho do professor em sala de aula. Entrevistador – eu não me refiro ao professor, eu me refiro a escola e a escola é um conjunto. Por exemplo, nós temos o IDEB, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que é um medidor da qualidade da educação entre as escolas e o ENEM também, o Exame Nacional do Ensino Médio que é outro medidor da qualidade da educação nas escolas, e eles apontam que há escolas com índices melhores, de certa forma dá a entender que existe diferença na qualidade. Entrevistada – apesar que eu acredito que o ENEM e o IDEB, muitas vezes há uma controvérsia. Assim, a forma de avaliar o aluno através do ENEM ou através da Prova Brasil, eu acho que não condiz com o dia a dia da escola porque é muito condenado essa forma de avaliação única na escola, no dia a dia do aluno e o ENEM e a Prova Brasil acabam sendo dessa forma. Então, eu acho que um índice, um número nem sempre reflete a qualidade de ensino da escola na minha opinião. Mas se formos analisar do ponto de vista geral, quando se fala em qualidade da educação do ponto de vista geral, esta falta de organização ou a organização da escola, é lógico que vai refletir no desempenho dos alunos, mas acho que quando a gente avalia uma escola através de números, acho que é muito complicado, acho que tem que haver uma cautela muito grande ao se fazer isto, porque eu acho que um número não significa que aquela escola não preparou o aluno, que não trabalhou. Entrevistador – e o que leva alunos a pedirem transferência para outra escola por acharem que a outra é melhor e normalmente a saída acontece das escolas dos bairros em direção às escolas da área central? Entrevistada – eu não sei, talvez por acharem que as escolas centrais tem profissionais mais capacitados e também tem aqueles casos de alunos que procuram outras escolas e no ano seguinte estão de volta, acontece. As vezes procuram outra escola achando que é melhor e no entanto ele vê que a realidade é a mesma e acaba retornando pra onde é mais perto da sua casa, tem vários motivos. Tem alunos que se adaptam às escolas centrais mesmo morando em bairro afastado e outros não, e talvez a organização, o espaço físico mais adequado, isso também chama muito atenção do aluno. Agora a questão do professor, o profissional, o professor, o pedagogo são praticamente os mesmos nas escolas estaduais, então não tem como fazer diferença;

8) CITE TRÊS PONTOS POSITIVOS DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E TRÊS NEGATIVOS:

O ponto positivo que eu vejo é que acaba distribuindo melhor os alunos entre as escolas, pra não acontecer aquela concentração de alunos procurando duas ou três escolas e as outras escolas ficando sem alunos. Só que ao mesmo tempo causa este problema, porque eu acho que a família, apesar de tudo, ela tem o direito de escolher onde o filho vai estudar. Então, acho

que acaba limitando muito essa questão do aluno não poder escolher onde vai estudar, acaba trazendo umas dificuldades. Teve casos este ano que houve georreferenciamento de forma errada. Então, as vezes o aluno estava morando próximo ao colégio mas recebeu a carta para ser matriculado numa escola afastada. Então aconteceram estes tipos de erros. O ponto bom é este, tenta organizar melhor, distribuir melhor entre as escolas os alunos, mas por outro se ele for feito de forma desorganizada, acarreta problemas.

9) VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Qual? _____

OBRIGADO

APÊNDICE VII

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Tema de Pesquisa: Sistema de matrícula georreferenciado

PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS

Entrevistado 07

Gênero: () Feminino; (x) masculino.

Idade: 54 anos.

Cargo/função: Diretor

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Conclusão: 1973;

b) Ensino médio:

Normal (x) conclusão 1979; Colegial () conclusão _____;

Curso técnico () Qual? _____

Conclusão: _____

c) Ensino superior:

Curso: Geografia

Instituição: FECILCAM

Conclusão: 1986

Curso: _____

Instituição: _____

Conclusão: _____

d) Pós-graduação:

Strictu senso () conclusão _____

Instituição: _____

Área: _____

Strictu senso (X) conclusão _____

Instituição: PUC - PARANÁ

Área: O êxodo rural e a agricultura na região de Campo Mourão

Especialização:

Lato sensu () conclusão

Instituição: _____
 Dissertação: _____
 Doutorado () conclusão _____
 Instituição: _____
 Tese: _____

2) ATUAÇÃO:

Magistério (x) Tempo de atuação 31 anos;
 Séries de atuação: 1ª a 4ª séries; 5ª a 8ª e Ensino Médio
 Coordenação pedagógica () Tempo de atuação _____ anos;
 Direção escolar (x) Tempo de atuação 11 anos;
 Supervisão escolar () Tempo de atuação _____ anos;
 Outras funções () Qual(is)?

3) VOCÊ CONCORDA COM O MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

(x) Sim () Não

Por que?

Creio que na parte técnica auxilia bastante. Elimina a burocracia, facilita bastante para os pais. Então, neste ponto eu concordo. Agora, existe algumas dificuldades, onde os alunos reclamam e os pais também, que é sobre não poder colocar o aluno onde eles querem, as vezes na época de matrícula não pode fazer e fica dependendo de ter vaga ou não em outra escola para poder matricular o seu filho.

4) SUA ESCOLA CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA DE MATRÍCULAS DETERMINADO PELA SEED ATRAVÉS DO PROCESSO GEORREFERENCIADO?

(x) Sim () Não

Em caso de resposta negativa, qual a porcentagem que fica sem atendimento _____ %

5) APÓS A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, QUAL A PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE SOLICITAM TRANSFERÊNCIA PORQUE CONSEGUIRAM VAGA EM OUTRA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA? _____ %

Eu não tenho o número exato, mas creio que de dez a quinze por cento dos alunos matriculados na escola pegam a documentação para ir para outra escola. Principalmente no nosso caso que só atendemos no período noturno e o aluno por ser pequeno prefere estudar em outra escola.

6) O CONTRÁRIO TAMBÉM ACONTECE? APÓS O PERÍODO DE MATRÍCULAS, ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS PROCURAM A SUA POR QUE A PREFEREM? QUAL A QUANTIDADE?

Acontece, porém, numa porcentagem bem menor, em torno de cinco por cento

7) EM SUA OPINIÃO, EXISTE DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS? POR QUÊ?

É uma questão difícil de responder, se existe diferença ou não. Eu acho que de uma instituição para outra pode haver diferença sim, agora o porque que isto ocorre é meio complicado pra analisar. Nas escolas de periferia, por exemplo, é muito comum professores sem experiência, existe uma rotatividade muito grande de professores nas escolas. Nas escolas mais centrais observa-se que o professor tem padrão na escola, permanecendo na escola por vários anos e isso facilita muito a educação. Eu creio que se tem diferença de ensino, é neste sentido, a rotatividade do professor de um ano para o outro. Entrevistador – com relação a esta questão, você tem no seu quadro de professores contratados pelo sistema temporário? Entrevistado – Tenho, é superior a cinquenta por cento e todo ano existe a rotatividade.

8) CITE TRÊS PONTOS POSITIVOS DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E TRÊS NEGATIVOS:

Positivos: um ponto positivo é o aluno saber, diante mão, onde ele vai ser matriculado. Em qual escola ele vai efetuar sua matrícula.

Negativos: o ponto negativo é basicamente a questão do pai não ter a opção de escolha.

9) VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Qual? _____

OBRIGADO

APÊNDICE VIII

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Tema de Pesquisa: Sistema de matrícula georreferenciado

PESQUISA COM DIRETORES DE ESCOLAS

Entrevistado 08

Gênero: (x) Feminino; () masculino.

Idade: 50 anos.

Cargo/função: Diretora

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Conclusão 1974;

b) Ensino médio:

Normal (x) conclusão 1980; Colegial () conclusão _____;

Curso técnico (x) Qual? Técnico em Contabilidade

Conclusão: 1977

c) Ensino superior:

Curso: Pedagogia – Administração Escolar

Instituição: UNOESTE – Presidente Prudente

Conclusão: 1984

Curso: Matemática e Ciências

Instituição: UNOESTE- Presidente Prudente

Conclusão: 1987

d) Pós-graduação:

Strictu senso (x) conclusão 1995

Instituição: FECILCAM – Campo Mourão

Área: Psicopedagogia

Strictu senso () conclusão _____

Instituição: _____

Área: _____

Especialização:

Lato sensu () conclusão

Instituição: _____
 Dissertação: _____
 Doutorado () conclusão _____
 Instituição: _____
 Tese: _____

2) ATUAÇÃO:

Magistério (x) Tempo de atuação 30 anos;
 Séries de atuação: Ensino Fundamental
 Coordenação pedagógica (x) Tempo de atuação 02 anos;
 Direção escolar (x) Tempo de atuação 08 anos;
 Supervisão escolar () Tempo de atuação _____ anos;
 Outras funções () Qual(is)?

3) VOCÊ CONCORDA COM O MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Por que?

Eu não concordo porque na prática não acontece, não na totalidade, então realmente eu acho que é um tempo perdido, embora a SEED tenha encaminhamentos e de acordo com os estudos deles não dá certo porque a escola errou, porque matematicamente pela conta de luz, eles não fazem absolutamente nada errado, aí eles culpam a secretária por qualquer erro que possa acontecer. Então eu acho que não atende o chão da escola, não satisfaz. Entrevistador – mas porque exatamente ele não funcionaria, uma vez que através da conta de luz, os alunos são identificados, a região onde eles moram e, portanto a escola para onde eles devem ser designados, isso é perfeitamente possível através da conta de luz, mas porque não funciona? Entrevistada – Por exemplo, nós temos alunos que estão bem próximos do pólo e sua carta georreferencial vai para o Rondon, por exemplo. Entrevistador – e porque ele consegue isso em sua opinião? Entrevistada – A SEED explica que se há algum erro, é da escola, que esse erro não existe, que é feito de acordo com a proximidade da escola, então, para a SEED este erro não existe, se acontece, o erro é da escola, porque ela informou errado.

4) SUA ESCOLA CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA DE MATRÍCULAS DETERMINADO PELA SEED ATRAVÉS DO PROCESSO GEORREFERENCIADO?

() Sim (x) Não

Em caso de resposta negativa, qual a porcentagem que fica sem atendimento? 20 %

5) APÓS A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, QUAL A PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE SOLICITAM TRANSFERÊNCIA PORQUE CONSEGUIRAM VAGA EM OUTRA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA? _____ %

Isso acontece e em minha opinião é um ponto negativo porque eles aguardam o tempo de matrícula, o tempo dentro do cronograma do governo, arriscam até, ou fazem matrícula em outra escola e depois tem toda essa andança, que dá em torno de 15 a 20%. Entrevistador – mas você não acha que seria direito dos pais e dos alunos procurarem matrícula na escola de sua preferência? Entrevistada – até por isso eu acho que é um ponto negativo, porque o pai

acaba conseguindo colocar o filho onde ele quer, onde ele acha que o filho tem mias condição, é a opção do pai, ele é livre, então é nesse sentido que eu acho que esse georreferencial não acontece. Que a idéia é boa é, que organiza, organiza. Que o governo não esta errado na sua teoria, não está.

6) O CONTRÁRIO TAMBÉM ACONTECE? APÓS O PERÍODO DE MATRÍCULAS, ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS PROCURAM A SUA POR QUE A PREFEREM? QUAL A QUANTIDADE?

Ocorre também, a mesma coisa, da mesma forma que a escola B não satisfaz, a escola A também não satisfaz, então o fluxo é mais ou menos o mesmo. No final das contas, não sei qual escola acaba ficando com menos alunos, mas nós acabamos encaixando. Aquele que nós perdemos para outra escola, nós acabamos recebendo de uma terceira escola para completar nossas vagas. Então, esses dois movimentos acontecem e eu creio que acontece em todas as escolas, mas com certeza uma escola deve ficar inchada e uma outra deve ser reduzida. Entrevistador – Você consegue identificar alguma escola em Campo Mourão que estaria inchada por esta razão, porque a maioria a prefere? Entrevistada – todo mundo sabe. Esta escola tem a maior preferência pela estrutura, pelo maior investimento do governo, pela preferência que às vezes ela não é tão implícita, ela é quase explícita e os pais vão muito, infelizmente pela estrutura física, pelo status, a gente sabe de alunos que atravessam a cidade inteira e vem tanto para o Pólo como para escolas vizinhas, sendo que tem escola lá, então é nesse sentido que eu digo, o fluxo de aluno que corre em Campo Mourão, não só aqui da asa leste para cá, mas também do Lar Paraná é grande. Há movimento de alunos na cidade toda, porque ele escolhe a escola que quer. O georreferencial deveria funcionar sim, mas não funciona, se funcionasse, representaria economia, seria economia no transporte coletivo, porque nós temos o transporte municipal, mas não funciona.

7) EM SUA OPINIÃO, EXISTE DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS? POR QUÊ?

Não. Da educação não, mas o pai não tem essa noção. Na questão pedagógica, de qualidade de ensino, não tem, mesmo porque os professores são praticamente os mesmos, as instruções são as mesmas, a capacitação também. O que tem é aquela visão de que uma escola bem centralizada, que já tem um nome, acaba dando mais status a quem nela estuda e até o aluno se sente feliz em falar que estuda em tal colégio, é nesse sentido que os pais acabam fazendo a vontade dos filhos. Entrevistador – mas e essa questão de uma escola ter uma estrutura física, de equipamentos melhores do que outra, não reflete na qualidade da educação? Entrevistada – praticamente todas as escolas tem os mesmos equipamentos, maiores quantidade ou mais sofisticado, mas praticamente tem os mesmos equipamentos. E o professor também acaba utilizando os mesmos recursos e não quer dizer que pelo fato de uma escola ser mais bem equipada que o professor utilize. Então, é nesse sentido que eu digo que todas as escolas de Campo Mourão a qualidade de ensino depende mais do corpo pedagógico, dos professores, do que da estrutura que é montada. Então nesse sentido eu creio que não tem diferença. Entrevistador – e como você avalia a questão do IDEB e do ENEM, o fato deles terem um índice melhor dentre as escolas centrais em relação às escolas de bairro, ainda que este ano as escolas de bairro tenham melhorado bastante, mas nos anos anteriores, as escolas centrais apresentaram um índice melhor, tanto no IDEB quanto no ENEM? Entrevistada – até pelo fato dos pais procurarem escolas mais centrais, são aqueles pais que tem um pouco mais de estudo, de condição, o fator social e sócio-econômico melhor, portanto acompanham mais o filho, vai mais à escola para acompanhar os filhos, investe fora da escola também, tem outros

meios, isso acaba com certeza tendo um reflexo na aprendizagem do aluno, enquanto que na periferia, os pais praticamente não vêem os filhos, não acompanham, não vem na escola, a não ser quando são chamados por uma questão disciplinar. Se não tem este acompanhamento, se a criança é solta, o rendimento dela com certeza vai cair também, não que ela não tenha condição de aprender tanto quanto, mas o acompanhamento dos pais influencia bastante e nesse sentido os pais da área central são mais conscientes, acompanham mais, cobram mais e pensam na continuidade da educação dos filhos, logo querem resultados e isso acaba influenciando o resultado das avaliações como o ENEM e o IDEB. Entrevistador – e o fato do aluno sair de uma escola dessas de bairro e vir para uma escola central, não o forçaria a estudar mais, já que o meio o influencia e daí a razão do porque alguns pais que residem nos bairros procuram as escolas centrais, porque enxergam isso? Entrevistada – eu acredito que seja esse o ponto, mesmo na periferia, não quer dizer que todos os pais não acompanham os filhos. Então, tem aquele que acompanha os filhos e por saber ou imaginar que naquele meio o filho vai ficar desleixado com os estudos e quer colocar numa escola aonde ele vai se inserir com os demais, querendo acompanhá-los, isso acaba aumentando o seu rendimento.

8) CITE TRÊS PONTOS POSITIVOS DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS E TRÊS NEGATIVOS:

Eu creio que a idéia do governo é boa, é planejada. Investimentos em educação requerem planejamento, então, todo esse trabalho é positivo. A questão de ônibus. É uma forma de controle, só que nós mexemos com humanos, na prática não ocorre porque o pai é livre para escolher a educação do seu filho, mesmo ele arcando com as despesas ou não, depois acaba acarretando no aumento, no inchaço do transporte escolar. Depois que ele consegue colocar o filho onde quer, ele vai brigar por uma vaga no transporte escolar. Então essa questão do transporte escolar é negativa porque onera o Estado, o município, mas o pai tem o direito de colocar o filho onde ele quer, onde ele imagina. Entrevistador – ele tem o direito, mas esse direito é negado, uma vez que se você pertence a uma área de abrangência de uma determinada escola, você tem a vaga garantida nela e só consegue transferência para outra escola de sua preferência se houver vaga e geralmente não há. Não seria uma discriminação do sistema georreferenciado de matrículas? Entrevistada – eu não sei se não há porque o aluno estudou a quinta, sexta, sétima e oitava séries e sempre morou longe da escola, então na oitava série chega uma carta dizendo que ele tem que mudar para uma escola mais próxima, tirando o direito dele, pois ele está ambientado naquela escola há quantos anos. Ele não vai querer mudar e a escola também vai dar preferência para este aluno que já é nosso há quatro anos. Então não funciona nesse sentido, e também o pai tem direito de colocar onde ele quer, é negado, mas por outro lado o governo garante a vaga, mas não garante na escola que o pai quer. Entrevistador – tem alunos da área de abrangência de uma determinada escola que estudam em outra, porque isto ocorre, de repente algumas escolas não estariam entregando a carta para o aluno para que ele fizesse sua transferência obrigatoriamente, conforme determina o georreferenciamento? Entrevistada – isto pode acontecer. Nós fazemos a coisa dentro do cronograma, tanto é que após o período de matrícula normal, nós acabamos perdendo alunos, porque mesmo sendo da nossa escola, com carta pra cá, ou até o núcleo acaba autorizando a mudança de escola porque vê que houve erro. Então o pai acaba conseguindo colocar o filho onde ele quer, por pressão, com ajuda de terceiros. Entrevistador – e no caso de Campo Mourão, com a experiência que você tem, é necessário o georreferenciamento? Entrevistada – quando era só para as quintas séries, eu achava que funcionava um pouco melhor. Passando para o primeiro ano eu achei que ficou muito conturbado pelo fato do aluno pertencer à escola por quatro anos e ter que mudar de escola. Eu acredito que não é necessário Campo Mourão ter o georreferencial, porque ele não vai

acontecer na prática cem por cento. Nós sabemos que o pai às vezes nem faz a matrícula, ele fica aguardando , arriscando, ou às vezes ele faz a matrícula em dois lugares e depois opta por onde tem preferência.

9) VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim (x) Não

Não! Embora nós sejamos chamados para destacar no mapa, mas de onde partiu? O histórico? não.

OBRIGADO

APÊNDICE IX

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA COM PAIS

Tema de Pesquisa: Sistema de matrícula Georreferenciado

Gênero: Feminino () Masculino ()

Idade:anos.

1) FORMAÇÃO:

a) Ensino fundamental:

Completo () Incompleto () – última série que cursou _____

b) Ensino médio:

Completo () Incompleto () – última série que cursou _____

c) Ensino superior:

Completo () Incompleto () – Curso: _____

2) ATIVIDADE ATUAL:

Profissão: _____

Renda familiar:

Menos de um salário mínimo ()

De um a três salários mínimos ()

Entre três e seis salários mínimos ()

Mais de seis salários mínimos ()

3) VOCÊ MATRICULOU SEU FILHO(A) NA ESCOLA ONDE ELE(A) ESTUDA POR MEIO DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

() Sim () Não

4) UTILIZA QUAL MEIO DE TRANSPORTE PARA CHEGAR À ESCOLA?

5) SE VOCÊ PUDESSE, TRANSFERIRIA SEU FILHO(A) PARA OUTRA ESCOLA?

() Sim () Não

Por quê?

6) CASO CONSEGUISSSE MATRICULAR SEU FILHO(A) NA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA, QUAL MEIO DE TRANSPORTE USARIA PARA SUA LOCOMOÇÃO?

7) VOCÊ ACREDITA QUE HÁ DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA PELAS ESCOLAS?

() Sim () Não

Se sim, quais os motivos?

8) NA SUA OPINIÃO, HÁ DIFERENÇA NA ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS CENTRAIS EM RELAÇÃO AS DOS BAIRROS?

() Sim () Não

Se sim, quais?

9) NA SUA OPINIÃO, O SISTEMA GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS FAVORECE PARTE DA SOCIEDADE?

() Sim () Não

Se sim, qual e por quê?

OBRIGADO

APENDICE X

RESULTADO DA PESQUISA COM PAIS

TOTAL DE ENTREVISTADOS – 133

Colégio Antonio Teodoro de Oliveira – 24

Colégio Novo Horizonte – 25

Colégio Unidade Polo – 19

Colégio Marechal Rondon – 23

Colégio Vinicius de Morães – 07

Colégio Darcy Costa – 17

Colégio Dom Bosco - 18

GÊNERO – Masculino (32,33%) e feminino (67,67%)

FAIXA ETÁRIA:

Menos de 30 anos – 3%

Entre 31 e 40 anos – 42,85%

Entre 41 e 50 anos – 39,85%

Mais de 50 anos – 6,77%

Não citou – 7,52%

1) FORMAÇÃO:

Ensino Fundamental

COLÉGIOS		%		%	TOTAL %
Col. Antonio Teodoro	Completo	45,83	Incompleto	54,17	100
Col. Novo Horizonte	Completo	52	Incompleto	48	100
Col. Unidade Polo	Completo	68,42	Incompleto	31,58	100
Col. M. Rondon	Completo	86,95	Incompleto	13,05	100
Col. Vinicius de Morães	Completo	71,42	Incompleto	28,58	100
Col. Darcy Costa	Completo	41,18	Incompleto	58,82	100
Col. Dom Bosco	Completo	61,11	Incompleto	38,89	100

Ensino Médio

COLÉGIOS		%		%	Não tem/%	Total %
Col. Antonio Teodoro	Completo	25	Incompleto	20,83	54,17	100
Col. Novo Horizonte	Completo	24	Incompleto	24	52	100
Col. Unidade Polo	Completo	36,85	Incompleto	15,79	47,36	100
Col. M. Rondon	Completo	82,60	Incompleto	4,35	13,05	100
Col. Vinicius de Morães	Completo	28,58	Incompleto		71,42	100
Col. Darcy Costa	Completo	23,54	Incompleto	11,76	64,70	100
Col. Dom Bosco	Completo	27,78	Incompleto	22,22	50	100

Ensino Superior

COLÉGIOS		%		%	Não Tem/%	TOTAL
Col. Antonio Teodoro	Completo	8,33	Incompleto	8,33	83,34	100
Col. Novo Horizonte	Completo	8	Incompleto	4	88	100
Col. Unidade Polo	Completo	15,79	Incompleto	10,52	73,69	100
Col. M. Rondon	Completo	52,17	Incompleto	17,39	30,44	100
Col. Vinícius de Morães	Completo	00	Incompleto	00	100	100
Col. Darcy Costa	Completo	00	Incompleto	00	100	100
Col. Dom Bosco	Completo	11,11	Incompleto	00	88,89	100

CURSOS

Não citou - 10
 Geografia – 02
 Pedagogia – 06
 Letras – 02
 Ciências Contábeis – 04
 Administração – 02
 Ciências – 1
 Economia – 1
 Direito – 1
 História – 1
 Agronomia – 1
 Total - 30

Não tem – 103

Total geral – 133

2) ATIVIDADE ATUAL

Não citou – 16
 Não trabalha – 01
 Aposentado – 03
 Serrador – 01
 Doméstica – 10
 Do lar – 35
 Recepcionista de Hotel – 01
 Mecânico Industrial – 01
 Professor – 07
 Vendedor – 02
 Policial Militar – 02
 Motorista – 04
 Soldador – 02
 Caixa – 01
 Zeladora – 07
 Mestre de Obra – 05
 Bordadeira – 01

Vigia – 02
 Operário – 02
 Agricultor – 01
 Marceneiro – 01
 Salgadeira – 01
 Técnico em Contabilidade – 04
 Autônoma – 02
 Contador – 01
 Comerciante – 02
 Financeiro – 01
 Enfermeiro – 01
 Cortadeira – 02
 Bancária – 01
 Copeira – 01
 Gerente ADM – 01
 Jornalista – 01
 Agrônomo – 01
 Aux. De Inspeção – 03
 Telefonista – 01
 Cozinheira – 01
 Babá – 01
 Diarista – 01
 Agente de Saúde – 01
 Mecânico – 01
 Total – 133

RENDA FAMILIAR

Colégios	Menos de 1 sal.	De 1 a 3	De 3 a 6	Mais de 6	Não citou	Total %
Col. Antonio Teodoro	00	16	06	01	01	100
Col. Novo Horizonte	03	18	03	01	00	100
Col. Unidade Polo	01	09	06	02	01	100
Col. M. Rondon	01	09	10	03	01	100
Col. Vinícius de Morães	00	04	03	00	00	100
Col. Darcy Costa	03	12	02	00	00	100
Col. Dom Bosco	02	14	02	00	00	100

3) VOCÊ MATRICULOU SEU FILHO(A) NA ESCOLA ONDE ELE(A) ESTUDA POR MEIO DO MÉTODO GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS?

Sim – 55,63%

Não – 42,10%

Não citou – 2,27%

4) UTILIZA QUAL MEIO DE TRANSPORTE PARA CHEGAR À ESCOLA?

Moto – 0,72%

A pé – 70,28%

Carro – 13,04%
 Bicicleta – 4,34%
 Ônibus – 7,28%
 Não respondeu – 4,34%
 Total – 100%

5) SE VOCÊ PUDESSE, TRANSFERIRIA SEU FILHO(A) PARA OUTRA ESCOLA?

Sim – 14,28%
 Não – 85,72%

PORQUE NÃO?

Porque mora próximo do colégio – 14,28%
 Porque o colégio é bom – 30%
 Por ser funcionário do colégio – 0,75%
 Pela disciplina – 0,75%
 Por ter bons professores – 0,75%
 Pelo desempenho do colégio em vestibulares – 0,75

PORQUE SIM?

Buscaria uma escola melhor – 9%
 Transferiria para a rede particular – 1,5%
 Transferiria para perto de casa – 1,5%
 Por motivo de segurança – 1,5%
 Não respondeu – 39,2%

6) CASO CONSEGUISSE MATRICULAR SEU FILHO(A) NA ESCOLA DE SUA PREFERÊNCIA, QUAL MEIO DE TRANSPORTE USARIA PARA SUA LOCOMOÇÃO?

Ônibus – 25,56%
 Bicicleta – 3,76%
 A pé – 4,52%
 Vã – 0,75%
 Carro – 2,26%
 Não respondeu – 63,15%

7) VOCÊ ACREDITA QUE HÁ DIFERENÇA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA PELAS ESCOLAS?

Sim – 42,86%
 Não – 57,14%

Quais os motivos?

_A diferença está no regimento escolar – 07;
 _Quem faz a diferença são os pais – 01;
 _Quem faz a diferença são os professores – 10;

- _ Quem faz a diferença é a direção – 07;
- _ O que faz a diferença é a quantidade de alunos por sala – 01;
- _ Tem escola mais exigente que oferece mais conteúdo – 06;
- _ Depende do aluno – 02;
- _ As escolas públicas são esquecidas pelo governo – 02;
- _ Tem escola com melhor estrutura – 06;
- _ As particulares são melhores – 02;
- _ A diferença se percebe nos vestibulares – 01;
- _ O Rondon está entre as melhores escolas do Paraná – 01;
- _ O comprometimento dos funcionários do Rondon é o motivo dos meus filhos estudarem nela – 01;
- _ O pedagógico, os professores e funcionários são melhores nas escolas centrais – 02;
- _ O estudo é de melhor qualidade nas escolas centrais. Os alunos fazem até piada com as escolas de bairro, chamando de favelados – 01;
- _ As escolas centrais tem mais aulas. Os professores explicam melhor - 01
- _ Utilização adequada das verbas – 01;
- _ Os professores melhores e mais preparados preferem as escolas de centro – 01;
- _ Tem diferença na merenda – 01.

8) NA SUA OPINIÃO, HÁ DIFERENÇA NA ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS CENTRAIS EM RELAÇÃO AS DOS BAIRROS? SE SIM, QUAIS?

Sim – 64,66%

Não – 33,84%

Não respondeu – 1,5%

- _ As escolas dos bairros não são verde abacate;
- _ Sim, esteticamente, pois são centrais. O estado foca somente nessas escolas e as dos bairros, só Deus que olha;
- _ As do centro são mais bonitas porque só estuda playboy;
- _ Os ambientes como quadras de esporte, refeitório, banheiro, biblioteca e laboratório são melhores nas escolas centrais;
- _ As escolas centrais são mais valorizadas;
- _ Tem diferença na conservação;
- _ Nas escolas centrais a segurança é melhor, a estrutura é segura, exige-se uniforme, as regras são cumpridas à risca;
- _ Os governantes favorecem aquilo que é mais visto pela sociedade. Basta fazer uma visita que a diferença é nítida;
- _ A aparência do colégio central é melhor;
- _ Tem muita diferença;
- _ O tamanho;
- _ Espaço físico, móveis e utensílios, sanitários, área administrativa;
- _ Porque centro é centro;
- _ As carteiras são sujas, o grau de ensino é baixo;
- _ As escolas de bairro dependem do governo e as centrais não;
- _ As escolas centrais utilizam computadores, as dos bairros não muito. A estrutura física é diferente.

9) NA SUA OPINIÃO, O SISTEMA GEORREFERENCIADO DE MATRÍCULAS FAVORECE PARTE DA SOCIEDADE? SE SIM, QUAL E POR QUÊ?

Sim – 45,12%

Não – 52,63%

Talvez – 0,75%

Não respondeu – 1,5%

- _ O sistema favorece quem mora perto da escola;
- _ Os playboys e patrícias, porque eles “pagam pau” para os que moram na periferia ou na favela. Acham que só porque moram na favela são malacos (bandidos);
- _ A sociedade mais favorecida é a classe média, pois quem mora nas áreas centrais é privilegiado e quem mora nos bairros pobres que se danem, são pobres mesmo...”não tem futuro mesmo”. É assim que eles pensam... Isso é um absurdo;
- _ A classe alta, pois sempre vão ter as escolas com mais recursos, já os da classe baixa não tem chance de conhecer outras escolas;
- _ Por um lado é bom a matrícula garantida próximo de casa, mas e se a pessoa não quer aquele colégio?
- _ Favorece muito, porque o aluno pode estudar perto de casa;
- _ Não sei;
- _ Porque sim;
- _ Favorece a comunidade da escola. É uma boa forma de organização. Existe flexibilidade;
- _ Quem mora nas áreas centrais é mais favorecido, pois as escolas são melhores;
- _ Vejo os colégios do centro mais bem estruturados;
- _ A classe média sai na frente, muitos abandonam a escola por discriminação. Todos deveriam ter direitos iguais;
- _ Favorece os alunos de colégio de vila;
- _ Se eu tivesse mais dinheiro compraria uma casa no centro;

APENDICE XI - TERMOS DE CONSENTIMENTO



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, Maria de Lourdes Roberto Ceolin, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

M B R Ceolin

Data: 18/09/2009

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

Elasta

Data: 18/09/2009

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, Dolene A. Ap. Colchon Montezini, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

Dolene A. Ap. Colchon Montezini

Data: 18.09.2009

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

E. Lasta

Data: 18.09.09

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, LEANDRO NILIMOTO, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

✓ Edson Lasta Data: 11/09/09

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

Edson Lasta Data: 11/09/09

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, Carolina Mendes de Lima, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

Data: 18 / 09 / 2009

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

E. Lasta

Data: 18/09/2009

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, Osman Alves Ferreira, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

 Data: 17/09/09

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

 Data: 17/09/2009

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, Marcos Vinícius de Souza, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

Data: 17/09/2009

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

Data: 17/09/2009

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, Quênio Pereira, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

Data: 17/09/09

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

Data: 17/09/09

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Espaço Geográfico Escolar Como Mecanismo Ideológico-Político de Dominação: O Caso Das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **O Espaço Geográfico Escolar Como mecanismo Ideológico-político de Dominação: O Caso das Escolas Públicas do Ensino Médio de Campo Mourão**, respondendo a uma **entrevista** sobre o método georreferenciado de matrículas. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final deste documento. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação. Gostaríamos de esclarecer algumas informações sobre esta pesquisa:

- **Justificativa, objetivos e procedimentos**

A pesquisa se justifica pela importância da análise do processo georreferenciado de matrículas na rede pública estadual de educação no município de Campo Mourão. Os objetivos da pesquisa são: investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e estudar as implicações ideológicas e políticas na organização, produção e reprodução do espaço habitado no município de Campo Mourão. Os procedimentos a serem utilizados nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico acerca do tema escola, ideologia e espaço geográfico; entrevista com a equipe responsável na SEED pelo sistema georreferenciado de matrículas e com seis diretores da rede estadual de ensino de Campo Mourão e aplicação de sessenta questionários aos pais de alunos da primeira série do ensino médio nas mesmas escolas onde os diretores serão entrevistados.

- **Desconfortos e Riscos**

Inexistentes



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

- **Benefícios Esperados**

Análise e compreensão da repercussão que o processo georreferenciado de matrículas exerce na organização do espaço habitado.

- **Forma de acompanhamento e assistência**

O acompanhamento e a assistência serão desempenhados pelos pesquisadores:

EDSON JOSÉ LASTA

FONE: (44)-99280610

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

FONE: (44)-3263.8100

- **Garantia de esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia**

Você será esclarecido (a) sobre a metodologia da pesquisa, em qualquer aspecto que desejar e a qualquer tempo.

- **Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Sua participação não é obrigatória, é voluntária. Você poderá desistir de participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo ou perda de benefícios, mesmo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição.

- **Garantia de sigilo e privacidade**

A entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra para posterior análise de conteúdo, sem a identificação do nome do entrevistado. Sua identidade será protegida, em nenhum momento será revelada, o que não causará qualquer tipo de dano à sua imagem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. As entrevistas, bem como os questionários que serão aplicados aos pais, serão guardados em arquivo para que possam atender possíveis solicitações.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e A Artes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eu, Cláudia Regina L. de Sá, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador Edson José Lasta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar da mesma.

Data: 17/09/09

Edson José Lasta, acadêmico de pós-graduação em Geografia e pesquisador, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo ao voluntário pesquisado.

Data: 17/09/2009

Equipe:

Edson José Lasta – pesquisador
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM - Bloco H12 - Fone (44)3261-4731 e (44)99280610

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima – Pesquisadora responsável
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE/UEM – Bloco J12. Fone: (44)3261-4731 e (44)3263-8100

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – BCE, hall de entrada, à esquerda, antes de passar a catraca – Campus Central – fone: (44)3261-4444.

ANEXO

ANEXO I - AUTORIZAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA



Universidade Estadual de Maringá

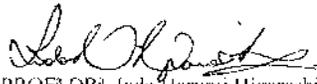
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

Registrado na CONEP em 10/02/1998

CAAE Nº. 0132.0.093.000-09

PARECER Nº. 404/2009

Pesquisador (a) Responsável: Maria das Graças de Lima	
Centro/Departamento: CCH – Departamento de Geografia	
Título do projeto: O espaço geográfico escolar como mecanismo ideológico-político de dominação: o caso das escolas públicas do ensino médio de Campo Mourão	
<p>Considerações:</p> <p>O projeto de pesquisa pretende investigar o espaço geográfico escolar, físico e abstrato, da rede pública de ensino como mecanismo ideológico-político de dominação e as implicações disto na organização, produção e reprodução do espaço habitado no Município de Campo Mourão. Será realizada pesquisa bibliográfica para a análise histórica do objeto de estudo, e pesquisa de campo através da aplicação de entrevistas e questionários para a interlocução com os segmentos sociais que compõem o universo escolar.</p> <p>Em reunião deste Comitê de 05/06/2009, o projeto restou pendente.</p> <p>Em 7/7/2009 a pesquisadora protocolou novos documentos, e, não havendo sido atendidas todas as providências solicitadas, o projeto permaneceu pendente para que se completassem as alterações.</p> <p>Em 21/8/2009, a pesquisadora anexou novos documentos.</p> <p>Parecer:</p> <p>Considerando o atendimento às pendências anteriores,</p> <p>Somos de parecer favorável à sua aprovação.</p> <p>Sugerimos, no entanto, que as gravações sejam destruídas após a transcrição, para a garantia de privacidade dos sujeitos.</p>	
Situação: APROVADO	
CONEP: (X) para registro () para análise e parecer Data: 28/8/2009	
O pesquisador deverá apresentar Relatório Final para este Comitê em: 30/4/2010	
<p>O protocolo foi apreciado e aprovada de acordo com a Resolução nº. 196/96 e complementares do CNS/MS, na 180ª reunião do COPEP em 28/8/2009.</p>	 PROFª.DRª. Ieda Harumi Higashi Presidente do COPEP

Em suas comunicações com esse Comitê cite o número de registro do seu CAAE.
 Bloco 10 sala 01 – Avenida Colombo, 5790 – CEP: 87020-900 – Maringá - PR
 Fone-Fax: (41) 3261-4444 e-mail: copep@uem.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)